

ANA MARIA SCHEFER GAMEIRO

A HISTÓRIA SOCIAL DE UMA ESCOLA OFICIAL
A ESCOLA DO TRAVIÚ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

1997

7705742



UNIDADE BC
N.º CHAMADA: T/UNICAMP
G145h
V. _____ Ex. _____
TCMSO BC/ 30471
PROC. 281/97
C D
PREÇO R\$ 11,00
DATA 23/05/97
N.º GPD _____

CM-00098693-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

G145h Gameiro, Ana Maria Schefer
 A história social de uma escola oficial : a Escola do Traviú /
Ana Maria Schefer Gameiro . -- Campinas, SP :
[s.n.], 1997.

 Orientador : Leticia Bicalho Canêdo.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

 1. Imigrantes italianos. 2. História social. 3. Relações
sociais. 4. Escolas públicas. I. Canêdo, Leticia Bicalho. II
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
III. Título.

ANA MARIA SCHEFER GAMEIRO

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Ana Maria Schefer Gameiro e aprovada pela Comissão Julgadora.

Campinas, 20 de fevereiro de 1997.

Ass.:

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read 'Ana Maria Schefer Gameiro'.

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE em EDUCAÇÃO na Área de Concentração: Administração e Supervisão Educacional à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Leticia Bicalho Canêdo.

Aos meus pais, Jorge (*in memoriam*) e Nelly, que tanto investiram na minha educação.

Ao Luiz, Júnior, Gustavo e Rodrigo, que juntos me ajudaram a crescer.

Agradecimentos

Diferentes professores deste Departamento foram fundamentais na realização deste trabalho.

Em primeiro lugar agradeço à professora Letícia Bicalho Canêdo que, com extrema capacidade intelectual e habilidade em suas críticas, soube, com rigor, orientar meu trabalho.

Sou muito grata também às professoras Águeda Bernardete Uhle e Zeila de Brito Fabri Demartini que demonstraram competência e objetividade ao pontuarem essa pesquisa durante o exame de qualificação.

Com estas professoras reparto as eventuais qualidades deste trabalho e me desculpo diante daquilo que, apesar de seus esforços, não fui capaz de realizar.

Fora da Universidade, muitos amigos, também educadores ou não, ajudaram ao longo destes três anos: o delegado de ensino João de Vasconcelos soube ser solidário acreditando no meu trabalho; as amigas Glaci, Lenir, Aninha e Ângela contribuíram distintamente na execução dessa pesquisa, com amizade acima de tudo.

Em especial, cabe aqui um agradecimento à equipe de funcionários da Unicamp que, com eficiência e carinho, sempre me atendeu.

Por fim, sou grata imensamente aos diferentes moradores do Traviú, que me ajudaram e me receberam no decorrer do trabalho e aos alunos da E.E.P.G "Jurandyr de Souza Lima", que me abriram os olhos para um mundo novo.

À CAPES que deu apoio financeiro indispensável à realização da pesquisa.

SUMÁRIO

	Pg.
INTRODUÇÃO: Trajetórias de vida, trabalho e pesquisa	01
CAPÍTULO I : História, escola e memória	13
1. Reconhecendo o espaço social do bairro Traviú	14
2. “ O que é um imigrante ?”	17
3. Sonhando em “fazer a América”	22
4. Passado e presente: relação de trabalho no Traviú	29
5. A escola pública do Traviú: lugar de conflito	46
6. Anexos do Capítulo I	65
CAPÍTULO II : Do passado ao presente: a história da escola	71
1. Burocracia e cotidiano	72
2. Entre o ontem e o hoje: a inserção da população no cotidiano escolar	77
3. A história do bairro narrada pelos alunos: o processo de transmissão	99
4. O Morangal: um espaço concreto muitas vezes ocultado	107
5. Anexos do Capítulo II	117
CAPÍTULO III : Uma janela para o observador: o Conselho de Escola	127
1. Entre o Estado e a Escola: o especialista de educação	128
2. O Conselho de Escola: da legalidade à possibilidade	133
3. A polêmica em torno da reorganização do ensino	143
4. Considerações finais	147
5. Anexo do Capítulo III	149
BIBLIOGRAFIA	151

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi o de questionar a participação de um grupo de descendentes italianos dentro da escola pública local. Com esse estudo foi possível enxergar como o espaço da casa, da tradição, da intimidade italiana, permeou a escola, espaço público gerido pelo Estado, transformando-a num lugar por eles consagrado.

O trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro, intitulado *História, escola e memória*, procurou-se encontrar a origem da participação do grupo nas decisões internas da escola. No segundo, *Do passado ao presente: a história da escola*, buscou-se mostrar como a história produzida pelos imigrantes e transmitida pela escola legitimou o poder deste grupo ao mesmo tempo em que garantiu, apesar desta legitimação, uma intensa participação dos mesmos no cotidiano escolar. No terceiro capítulo, *Uma janela para o observador: o Conselho de Escola*, destacou-se a importância do Conselho de Escola como instrumento mediador dos conflitos sociais ali existentes e o papel do especialista de educação diante de uma realidade tão peculiar.

Através dessa pesquisa foi possível verificar como os registros burocráticos encobrem as verdadeiras relações que se estabeleceram numa escola onde ocorreu um confronto entre a identidade pessoal dos imigrantes e a identidade nacional, criada pela experiência de vida e trabalho no Brasil.

Com o estudo da história social da escola do Traviú, pode-se reconstruir um processo através do qual a Escola Pública se tornou, efetivamente, do povo e não do Estado; foram os italianos do Traviú que,

através de constantes e variadas intervenções, imprimiram àquela escola o seu ritmo de vida e o seu modo de pensar.

INTRODUÇÃO: Trajetórias de vida, trabalho e pesquisa

"...havia tudo por fazer; tudo que outrora desejara fazer: combater o erro, achar a verdade, dizê-la, esclarecer o mundo, talvez ajudar a mudá-lo. Precisaria de tempo, de esforços para cumprir uma parte que fosse das promessas que me fizera: mas isso não me assustava. Nada estava ganho; tudo permanecia possível..."

(Simone de Beauvoir, 1954)

INTRODUÇÃO

A idéia de iniciar um estudo, intitulado **A História Social de uma Escola Oficial; a Escola do Traviú**, deve-se a uma preocupação por mim experimentada, como especialista de educação¹, na rede pública do Estado de São Paulo. Ao afastar-me da direção da EEPG “Jurandyr de Souza Lima”, confesso: saía incomodada com o que acontecera entre 1988 a 1993, época em que dirigi a escola. Questionava a maneira do grupo de descendentes de imigrantes italianos atuarem no interior da mesma.

Recordando minha chegada à escola do bairro, lembrei que ao lado de uma grande satisfação, experimentei um medo enorme de errar, de fracassar. A satisfação ligava-se ao calor humano da comunidade² onde se situava a escola. O medo de errar vinha do fato de que esta apresentava características específicas por atender a um grupo tradicional de imigrantes italianos, tendo em destaque uma **forte participação** dentro da escola. Localizada em zona periférica, região agrícola, trata-se de uma escola de pequeno porte, situada no bairro Traviú³, na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo.

O bairro ocupa uma área onde a riqueza é produzida pela cultura da uva e do morango, pelo comércio e exportação de frutas, inclusive congeladas. A região vem sendo ocupada por imigrantes italianos e seus descendentes desde o final do século passado.

¹ Nesse trabalho, o termo especialista de educação reporta-se, especificamente, à figura do diretor de escola.

² A expressão “comunidade”, muitas vezes usada nessa dissertação, não tem um significado sociológico mais rigoroso; pretende significar, apenas, o conjunto dos usuários da referida escola. Maiores distinções em torno das palavras comunidade e sociedade ver: Max WEBER, **Conceitos básicos de Sociologia**, pp. 77-81.

³ Palavra de origem indígena que significa guia. Segundo os mais antigos moradores o nome foi dado devido ao monte existente bem próximo do local que norteava os bandeirantes que por ali passavam.

Como diretora dessa escola, vivi naquela época uma contradição muito séria. Estando desde 1973 a serviço da escola pública, carregava comigo uma visão ingênua da escola republicana, irrealizável em nossa sociedade, ou seja, a de acreditar que a escola pública tinha que ser igual para todos sem considerar que todos não são iguais. Sob essa ótica, como diretora, defendia sempre a participação da comunidade dentro da escola, mas não pensava que, como a comunidade não é feita de gente igual, uns têm mais poder do que os outros. E isso, dentro da escola do Traviú, era uma característica marcante.

No interior de um espaço de conflitos, eu, a diretora da escola, almejava um papel de mediadora e sentia-me incapaz de equacionar todas as nuances dos conflitos. Isto decorria não só por causa das pressões legais, mas também porque cada escola tem suas especificidades.

Por este motivo, a EEPG "Jurandyr de Souza Lima", mostra-se como um lugar privilegiado para a pesquisa educacional: ali estão, como em todas as demais escolas, as regras oficiais a serem seguidas. Contudo, ali também aparece, com uma intensidade bem maior do que a usual, a força de um grupo social.

Isso se dá porque aquela comunidade participa intensamente do projeto educacional da escola, especialmente nas séries iniciais. Na disciplina de história, por exemplo, o conteúdo passa pelos temas da família, do bairro e do município. Durante as aulas é a memória dos imigrantes e suas tradições inventadas que são assimiladas pelas crianças. Essa história vem para dentro da escola, via trabalhos de alunos, personagens entrevistados, festas, comemorações, toda vez que nós, educadores, pedimos a participação da comunidade na escola.

A EEPG "Jurandyr de Souza Lima" é também a meu ver diferente porque rompe na sua história com a própria origem da escola no local. No início, ela

não era pública no sentido que nós conhecemos, ou seja, estatal, ela era pública no sentido de pertencer à comunidade - ela foi pensada e feita pela comunidade de italianos que viam nela um lugar social fundamental. Nesse sentido, ela servia a todos os membros daquela comunidade - a escola era feita por eles, para eles - não tinha a mediação direta do Estado; se existia, era de forma bem distante.

Os estudos de Durkheim ajudaram-me a perceber o modo como, juntamente com a família, a escola do Traviú nasceu inteiramente comprometida com a preservação e perpetuação dos valores daquela comunidade de italianos.⁴

A escola do Traviú mais uma vez é peculiar porque rompe com a questão da própria escolha dos professores que, até então, saíam da comunidade, sendo portanto membros do próprio grupo de italianos. Se hoje é diferente, ainda assim rompe com a homogeneidade usual nas escolas públicas, porque ali ainda existe, mesmo que de forma diluída, professores, embora concursados pelo Estado, que são do local e que trazem na sua ancestralidade parte dessa história do bairro. Não se trata, portanto, de uma “pessoa qualquer”, trata-se, isto sim, de alguém de lá, que mantém um vínculo com aquela história, que não tem um ano de existência e sim um século.

Foi no diálogo com Max Weber e Pierre Bourdieu que busquei uma compreensão mais profunda da escola. Nesses autores encontrei amparo para duas das questões que mais me afligiam: com Weber, pude entender melhor a questão da burocracia, inclusive descobrindo um aspecto positivo na existência da mesma. Embora para nós a burocracia seja sempre negativa, Weber mostra que, através dela, pode-se garantir uma relativa imparcialidade. Nunca tinha atentado para esta possibilidade, durante o exercício profissional. Foi como pesquisadora que pude,

⁴ Émile DURKHEIM, *Educação e Sociologia*, pp.9-31.

portanto, repensar certas “falsas” verdades para as quais o cotidiano do trabalho acabava me impelindo.⁵

Com Bourdieu, fui capaz de criar instrumentos para uma análise da escola que não se limitasse aos aspectos visíveis, mas que desse conta dos conflitos simbólicos que envolvem a instituição escolar. Com ele, também, penso ter conseguido trazer à tona uma antiga impressão: o que via era apenas a ponta de um *iceberg*, sustentado por uma base encoberta. Foi esta base que tentei revelar com este trabalho.⁶

Busquei compreender a escola não só como uma instituição burocrática mas, sobretudo, como um espaço de relações sociais, abordando três pontos fundamentais: 1. A relação da escola com o lugar no qual está inserida e de que modo, ela acaba sendo esse pólo de conflito; 2. A questão da “participação” contraditória e do domínio de um dos grupos sobre outros dentro da escola, servindo, principalmente, aos interesses de uma parcela da população; 3. Os registros burocráticos padronizados e oficiais do Estado e o encobrimento das verdadeiras relações que se estabelecem. Isso só pode ser reconhecido pela experiência cotidiana do trabalho escolar que, aliás, se perde nos registros padronizados e burocráticos da Secretaria da Educação.

Ao longo da pesquisa fui compreendendo que aqueles que têm capital econômico, são os que têm capital político e que são os mesmos que administram o capital cultural. Via que essa confluência de capital, obviamente

⁵ De Max WEBER utilizei, principalmente, a obra anteriormente citada nesta introdução e também **Ensaio de Sociologia**.

⁶ Pierre BOURDIEU, **Coisas Ditas, O Poder simbólico** e de Pierre BOURDIEU e Jean Claude PASSERON, **A Reprodução**.

domina a escola e, em alguns casos, essa postura pode colocar as pessoas não pertencentes ao grupo dominante, numa situação de perda das relações com seu próprio quadro biográfico, obrigados a se identificarem com o quadro biográfico do grupo dominante.⁷

Por sua vez, no Traviú, o pessoal do morango, da uva e do frigorífico, ou seja, o pessoal que é empregado migrante, deseja o convívio de seus filhos, no interior da escola, com os filhos dos empregadores, porque dessa forma eles vão assumir a cultura do patrão, conforme a “fala” repetida por algumas mães. Nesse caso específico, a escola não lhes agride, porque querem isso, mas os violenta na medida em que transmite uma ilusão. Essa ilusão de que as pessoas enriquecem via o trabalho, tão repetida na história contada pelo grupo de italianos. Isso se torna ainda mais ilusório quando associado a um discurso que contempla o mito de que a escola é a instituição reparadora das diferenças sociais.

Trata-se, portanto, de uma comunidade que se sente “dona” da escola. Desde o início foi heterogênea, do ponto de vista econômico, uns com posse, outros não, mas tinham a homogeneidade do ser estrangeiro. Eles eram estrangeiros, tanto os pobres como os ricos e por isso tinham uma unidade no “estrangeirismo”, no “estranhamento”, pelo fato de serem estranhos, isto é, não eram brasileiros, eram italianos em terras brasileiras. Compartilhavam uma moral própria, como a do trabalho, tanto para o rico como para o pobre.

Mas esta suposta homogeneidade do “estrangeiro” foi fortemente abalada com a chegada de migrantes ao bairro, introduzindo um aspecto complicador: os imigrantes podiam se sentir donos da escola, porque de fato a escola foi feita por eles e para eles. Eles têm uma participação direta, coisa muito

⁷Referência feita por Jean Pierre FAGUER durante o curso *Seminários de Administração I.*, UNICAMP, 2º semestre de 1996.

diferente em relação aos alunos que chegaram depois. Esses migrantes não possuem a história de terem feito a sua própria escola. Não carregam uma tradição que se faz presente através da memória, dando-lhes uma identidade.

O grupo de imigrantes, pelo contrário, ao chegar no Brasil acreditava-se culturalmente superior ao povo brasileiro. Esses imigrantes italianos fizeram a sua escola, deram-lhe suas músicas, suas danças e colocaram tudo dentro da escola do bairro.

Com esta pesquisa, pretende-se levantar a história social da escola, compreender a origem dessa participação diferenciada de imigrantes e migrantes. Pretende-se, também, ressaltar o quanto a história social da unidade escolar rompe uma noção relativamente homogeneizadora da escola pública. Finalmente, quero discutir, atrelando a essas duas questões, a equação entre o burocrático e o social, buscando uma compreensão deste equilíbrio de forças que possa auxiliar a tomada de decisões. Em outras palavras, perdi a ingenuidade da crença de que a escola possa ser um lugar de igualdade em meio a um mundo tão desigual. Mas acredito ainda que, uma compreensão mais profunda da unidade escolar possa coibir exageros, evitando que a balança pese muito mais para um lado do que para outro.

Nessa lógica, as fontes consideradas reúnem documentos diferenciados (que ultrapassam as análises estatísticas frequentemente utilizadas pela Secretaria da Educação) tais como: memória coletiva e individual dos moradores do bairro, memória de antigos professores, depoimentos de diretor, de representantes da igreja e do clube, trabalhos de alunos, questionários, arquivos pessoais de moradores, documentos, fotografias e minha própria experiência transformada, também, em objeto de análise.

Através dessas diversas fontes, foi possível reconstruir a história social da escola, a origem, e as condições próprias do processo educacional ali decorrente. Em outras palavras, tornou-se possível elaborar um registro diferente da escola pública que contemplou os dados quantitativos e, sobretudo, os qualitativos da vida da escola dentro de um bairro tão particular da cidade de Jundiáí: bairro do Traviú.

Privilegiei a observação, consagrada na antropologia, como método de análise. Procurei unir a essa observação a idéia, também originalmente antropológica, da "observação densa", entendida como tentativa de compreensão de símbolos culturais dentro do contexto em que estão inseridos.⁸

Procurei a compreensão da linguagem local, dos códigos de moralidade, da arquitetura, das festas, do entra e sai de gente da EEPG "Jurandyr de Souza Lima", buscando o que está invisível, porém presente e real. Tentei, assim, realizar uma pesquisa etnográfica com a descrição dos valores culturais daquela população, interpretando-os e revelando o significado daqueles símbolos, de tão longa tradição e tão freqüentemente compartilhados.

Não tenho a pretensão de ter realizado uma interpretação "correta". Tenho, sim, o desejo de ter feito uma interpretação possível e ficarei feliz se, ao final do trabalho, o leitor se convencer de que esta é uma interpretação viável. Falo, entretanto, de "dentro" de vários conflitos: os conflitos materiais, econômicos mesmo, os conflitos sociais, simbólicos e de versões transmitidas ao longo do tempo.

Meu trabalho, nesse sentido, também carrega esses conflitos. Existe, por exemplo, uma quantidade muito maior de depoimentos dos proprietários ricos do que dos trabalhadores pobres. Na história do Traviú obtive, para esse trabalho,

⁸ Clifford GEERTZ, *A interpretação das culturas*, pp.13-41 e pp. 278-321.

muito mais versões do vencedor do que do vencido⁹. Provavelmente, o silêncio ou a possível desconfiança destes últimos confirme, uma vez mais, o jogo de poder que existe no interior do Traviú e de tantos outros lugares; é esse mesmo jogo de poder que se revela no interior da escola.

Foi muito importante o contato com os moradores antigos do bairro porque a história do passado e do presente é sempre um caminho de mão dupla, que envolve mais que domínio de uns e a subordinação de outros. Em resumo: não dá para ver a escola só como um reflexo das relações de domínio que se estabelecem no Traviú nem em qualquer outro lugar. Também não dá para dizer que a escola tem toda autonomia possível. Não tem! Ela está exatamente no meio desses conflitos entre dominação e autonomia. Ela age, portanto, com essas duas coisas.

Como pesquisadora fui atraída por todas essas dificuldades que falam das diferenciações internas da instituição escolar, espaço de reprodução social dentro de um campo relativamente autônomo. Parto de uma concepção de escola que considera a existência de certa autonomia relativa da instituição em relação à estrutura social, transformando-a em um campo de luta que envolve, sempre, pelo menos dois lados antagônicos que se movimentam, quer dizer, que estão lutando - não é só ação e reação - é uma via de mão dupla.

No primeiro capítulo da dissertação, *História, Escola e Memória*, busquei analisar a história tradicional do bairro através de uma reflexão crítica para compreender a origem do interesse das famílias tradicionais na participação das decisões no interior da escola e seus reflexos. Ao destacar o trabalho dos imigrantes, fundadores do bairro, procurei enxergar também o outro lado, o qual vem

⁹ Ecléa BOSI. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*.

permitindo a manutenção do poder desse grupo e dissimulando os conflitos emergentes.

No capítulo seguinte, *Do passado ao presente: a história da escola*, o trabalho procura mostrar, o impasse que se estabelece na figura do especialista da educação, ao ter que administrar o universo burocrático frente à realidade do cotidiano. Ao fazer a ponte entre o ontem e o hoje, tentei compreender a relação de poder que se instalou e permaneceu no local. A história do bairro narrada pelos alunos demonstra o processo de transmissão de uma tradição e revela aspectos do jogo de participação e domínio refletidos no interior da escola. Essa história produzida pelos imigrantes e transmitida pela escola, ao ser inculcada na população do Traviú, legitimou o poder de um determinado grupo ocultando outras versões possíveis, passando assim uma visão harmoniosa do local, inexistente na realidade.

No terceiro e último capítulo destacou-se a importância do Conselho de Escola como veículo mediador na fase aguda dos conflitos, permitindo a tomada de decisões de forma participativa. Salientou-se nesse estudo a autonomia relativa da instituição e a necessidade de se pensar na mesma dentro de uma perspectiva de conjunto, relacionada com o equilíbrio de forças existente nos momentos da tomada de decisões.

Finalmente, gostaria de explicar a trajetória deste trabalho que, por vezes, se confunde com a minha própria trajetória.

No diálogo com a teoria, tão novo e difícil para mim, muitas coisas foram mudando. Quando cheguei à Unicamp, sonhava em discutir a participação desigual dos membros daquela comunidade no interior da escola pública, como se eu pudesse garantir uma igualdade que não existe. Por outro lado, sempre tive consciência de que, apesar de tudo, havia algo de extremamente positivo no modo

como aquela escola era encarada pela população local. Depois, com o auxílio de diferentes professores e diferentes autores, pude perceber que não poderia manter este olhar ingênuo e essa postura heróica. E ao mudar de percepção, mudei também o olhar sobre aquela realidade; os problemas aumentaram. Hoje, sinto que tenho mais perguntas do que respostas e esta dissertação, mais do que uma conclusão, revela um caminho.

No Traviú, felizmente, a população participa e nos permite relativizar a onipotência do Estado. Embora esta participação não seja igual para todos, ela existe e não pode ser descartada apenas por ser praticada pelos ricos. Não se deve substituir a marginalização de uns pela de outros.

Os capítulos desta dissertação revelam a trajetória de pesquisa. Ao fazer o primeiro capítulo, ainda ingenuamente, procurei a origem desta tradição tão forte de participação, buscando a história desses imigrantes. A seguir, no segundo, procurei descrever o modo como a escola estava muito mais presa àquela comunidade do que ao Estado, ainda que sendo um lugar de consagração da memória italiana. Mas foi só no terceiro capítulo, ao final do curso e da dissertação, analisando uma situação concreta do Conselho de Escola, que me convenci, efetivamente, da mistura dos espaços da intimidade da casa e do público, aliás, era essa associação que dificultava a minha compreensão. Com este estudo pude enxergar que o espaço da casa, da tradição, da intimidade italiana, entrava naquela escola, espaço público gerido pelo Estado, como um lugar, realmente, de consagração.

Nas páginas seguintes, o leitor verá certos momentos de deslize em que uma “velha” Aninha diretora se impõe diante de uma “nova” Aninha, com uma certa bagagem teórica e de pesquisa em busca de mudar seu modo de pensar.

Por este motivo, repito, o trabalho repete uma trajetória pessoal embora não se limite a ela e ficarei feliz se, ao final, o leitor tiver em mente mais problemas do que conclusões: terei dito o que queria dizer.

CAPÍTULO I

História, Escola e Memória

“ ... cosa fai, Nemézio, racconterò alla mamma che tu hai tolto le scarpe e i calzini ... Dio, Iria, tu non vede che adesso comincio a fare i conti ? ...”

(lembranças da professora Brandina ao relatar as dificuldades de seus alunos no dia do exame de aritmética, em 1936).

CAPÍTULO I

História, Escola e Memória

1. Reconhecendo o espaço social do bairro Traviú

Ao chegar no Traviú, tem-se uma agradável surpresa... após caminhar uns quatro quilômetros por uma estrada vicinal de plantações de uva e morango, depara-se com uma alameda de flamboyans, sibipirunas, jatobás e outras árvores que dão àquele lugar um aspecto alegre e saudável, condição de uma vila toda verde, sem de longe perder a simplicidade deliciosa de uma zona campestre. As casas simples e amplas se dispõem entre gramados muito verdes que mais parecem extensos tapetes.

As pessoas que transitam pelas ruas se locomovem seguramente, como se estivessem caminhando no interior de suas propriedades, tamanha a familiaridade que possuem com o local. No entanto, é notória a existência dos melhoramentos próprios de zona urbana, como pavimentação, iluminação, telefone, posto de saúde, supermercado e clube.

Também chamam atenção do observador outras características que dão ao local um toque especial: além da igreja católica da praça, grande e bonita, existe uma velha igrejinha, a poucos metros da nova. Um obelisco, em granito e bronze, registra os troncos genealógicos das famílias fundadoras do bairro: Lourençon, Tomazetto, Steck e Carbonari. Tudo isso bem ao lado da Escola Estadual de Primeiro Grau "Jurandyr de Souza Lima". Igreja, obelisco e escola

formam o centro das atividades do bairro. O Traviú, tal como uma cidade, cresceu deste centro para a periferia.

Contraditoriamente a este quadro que moldura o bairro, cujo progresso material coexiste harmoniosamente com o bucólico, sobrevive o Morangal. Embora este local não ocupe um espaço visível, e tão pouco seja de fácil acesso aos visitantes, trata-se da moradia de uma parcela de lavradores e operários anônimos que trabalham n

o cultivo da terra. São aproximadamente trinta casinhas de madeira, destituídas dos melhoramentos de zona urbana, com uma aparência miserável.

É comum avistar aos arredores dessas moradias crianças pequenas, entretidas nas brincadeiras próprias de infância, enquanto velhas senhoras mostram-se absorvidas pela "lida" diária, como elas mesmo dizem, quando se referem aos serviços "sem fim" de mulher. Ainda bem próximo das casas começa a plantação de morango, na qual adultos e jovens, trabalham intensamente na sua produção. Hoje, são famílias vindas do interior do Estado, atraídas, quase sempre, pela imagem de riqueza da cidade, com seus polos industriais e ainda com uma intensa atividade agrícola.

Como dissemos, o espaço geográfico ocupado pelo bairro Traviú encontra-se treze quilômetros do centro de Jundiaí, no Estado de São Paulo. A cidade é conhecida como a "Terra da Uva", visto que uma parte do seu território é formado por sete bairros agrícolas, todos eles com características semelhantes quanto ao cultivo da uva¹⁰.

¹⁰ Fundada no início do século XVII por força do movimento bandeirante, a antiga vila de Jundiaí só foi promovida à condição de cidade em meados do século passado (1865). A partir daquele momento, despontaria como centro de produção agrícola, inicialmente com o café e, depois, pela produção de uva e morango. Os registros destes fatos encontram-se no Museu Histórico da cidade e em algumas publicações de historiadores do município. Ver, por exemplo: Aldo CIPOLATO, **Jundiaí na História**.

Dentre eles, o bairro do Traviú ocupa uma área onde tradicionalmente a riqueza é produzida também pelo cultivo do morango, pelo comércio e exportação de frutas, inclusive congeladas. A região vem sendo ocupada por imigrantes italianos e seus descendentes desde o final do século passado. Porém, ao lado das marcas desses imigrantes, convive o trabalho de lavradores e operários de diferentes origens que ajudaram e têm ajudado na produção desta riqueza material, infelizmente não compartilhada eqüitativamente.

O bairro abriga por volta de trezentas e quarenta famílias, e seu território atinge aproximadamente 350 hectares¹¹. Alguns proprietários, além de cultivarem suas terras em Jundiá, expandiram seu patrimônio e adquiriram propriedades em outras cidades e em outros Estados do país.

¹¹ Dado fornecido em entrevista realizada com a irmã Ana Luiza, no dia 17/10/96. A entrevista mostrou, através das missões, o número de famílias católicas do bairro. Esse dado nos permitiu chegar ao número de famílias que atualmente habitam o Traviú. Irmã Ana Luiza contou-me como se faz o rodízio de imagens sagradas: são dez imagens que circulam entre trinta famílias católicas do bairro, ficando um dia em cada casa ao longo de um mês. Cada imagem fica nas mãos de um zelador, responsável por recolhê-las ao final de cada período, informando mudanças e organizando nova distribuição. Cerca de quarenta famílias não participam destes eventos por não serem católicas. Multiplicando e somando os números chega-se às trezentas e quarenta famílias no local.

2. “ O que é um imigrante ?”¹²

Nos dicionários encontra-se a seguinte definição para o termo “imigrante”: “pessoa que entra em país estranho para viver nele.”¹³

Contudo, gostaríamos de colocar aqui, tal como fez Abdelmalek Sayad, a seguinte questão: O que é um ser imigrante?

A questão da imigração já era discutida polemicamente na Antiga Grécia, diretamente relacionada a questão da cidadania, uma vez que os gregos, por não terem se constituído como um Estado unificado, tornavam-se estrangeiros quando saíam de sua cidade - Estado de origem.

Sócrates, por exemplo, dizia que o imigrante é *atopos*, ou seja, sem lugar, deslocado. Platão, discípulo de Sócrates, completava esta idéia afirmando que o imigrante se situa nesse lugar de ‘bastardo’, ou seja, na fronteira do ser e do não ser social¹⁴. Ele não é cidadão por estar fora do local de nascimento ao mesmo tempo em que, pela permanência na sociedade que o recebe, deixa de ser estrangeiro.

Nos séculos XIX e XX, a questão da imigração mais uma vez vem à tona, por força das correntes migratórias européias derivadas das mudanças econômicas e sociais provindas da Revolução Industrial e da unificação política da Itália e da Alemanha.

¹² Abdelmalek SAYAD. *L’ immigration ou les paradoxes de l’ alterité*, pp.51-77.

¹³ Dicionário Aurélio Buarque de Hollanda FERREIRA, 11ª edição.

¹⁴ Pierre Bourdieu, “ Un analyseur de l’ inconscient”, prefácio à obra de Abdelmalek SAYAD, op.cit., pp. 7-9.

De acordo com Sayad, uma das características do fenômeno da imigração é a de contribuir para dissimular, a si mesmo, sua própria verdade, ligada à contradição vivida pelo imigrante, entre sua situação de direito e de fato¹⁵. Por direito, o imigrante vive um estado provisório: o de ser imigrante. O fato, contudo, é que pelo trabalho, este provisório se torna permanente: “A imigração cria uma situação que parece mais conduzi-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório, agradável de ser prolongado indefinidamente, ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, que é agradável por ser vivido com um intenso sentimento de provisório”.¹⁶

Assim, no imaginário coletivo, inclusive no imaginário do próprio imigrante, cria-se uma ilusão: admite-se uma condição temporária, embora não se estabeleça o período de duração desta condição - que pode durar todo o espaço de uma vida - ao mesmo tempo em que se percebe uma condição de permanência definitiva, embora esta permanência definitiva nunca seja colocada com certeza.

Em outras palavras, juridicamente, ser imigrante é viver um estado provisório; “estar” imigrante, pode se tornar uma condição duradoura, de fato, porque é real. Em ambos os casos, é o trabalho que define o imigrante. É em busca do trabalho que se imigra e por causa dele que se permanece: “O imigrante é uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito...É o trabalho que faz nascer o imigrante e que o faz um ‘ser’ .”¹⁷

Por este motivo, pelo universo de trabalho, sua busca e sua concretização, torna-se paradoxal falar tanto em trabalho imigrante (uma vez que não há imigração por lazer, por exemplo) quanto em imigrante desempregado (uma

¹⁵ Abdelmalek SAYAD, op.cit., “ Qu’est-ce qu’un immigré? , *passim*.

¹⁶ *Ibid.*, p.51.

¹⁷ *Ibid.*, p.61.

vez que a falta de trabalho impede uma justificativa para a condição de ser imigrante). Diferente do nacional, legitimado pelo local de nascimento, o imigrante só pode ser legitimado pelo local de trabalho.

Pelas ambigüidades até aqui expostas é que, todos os interessados na imigração, por sua utilidade econômica, pactuam com aquela ilusão coletiva, inclusive os próprios imigrantes que, dentro de uma sociedade que se lhes mostra hostil, têm a necessidade de se convencer, mesmo contra as evidências, de que sua condição é efetivamente provisória.

A recorrência ao trabalho de Sayad nesta dissertação¹⁸, tem por objetivo mostrar que o Traviú, sua gente e sua história, encontram-se exatamente neste lugar ambíguo entre o ser e o não ser: são italianos fora da Itália, que não querem ser brasileiros, mas que, ao mesmo tempo, sabem que dificilmente voltarão à terra natal.

Os fundadores do Traviú conseguiram “fazer a América”; até enriqueceram. Porém, se confundem em termos culturais: não aceitam a perda dos antigos valores e a formação de uma nova cultura específica. Deixaram de ser *atopos* pelo trabalho, mas continuam *atopos* em termos culturais, insistindo em reproduzir uma Itália no Brasil.

As quatro últimas gerações do Traviú vivem no Brasil uma pequena Itália cultural e procuram estabelecer, naquele espaço, uma relação de domínio, que inverte as posições sociais ocupadas por seus antepassados quando saíram da

¹⁸ Embora seja diferente a condição do imigrante francês com a do brasileiro, (pelo fato de lá o imigrante não ser aceito) mesmo assim, essas características aqui apontadas são comuns.

Itália. Lá, por terem sido derrotados, foram obrigados a emigrar. Aqui, meio italianos na cultura e meio brasileiros na riqueza, querem vencer.

Talvez por isso os moradores ricos do Traviú, descendentes dos fundadores, sejam tão briosos de suas riquezas e busquem tanto preservar o passado. O sucesso no Brasil, para aqueles que conseguiram comprar as terras e enriquecer, compensa a derrota na antiga pátria. Encarados como estrangeiros e, muitas vezes, desprezados enquanto tal, se tornaram donos de uma parte das terras brasileiras¹⁹.

O resultado desta especificidade é que, mais que um espaço geográfico e econômico, caracterizado pela bem sucedida lavoura e pela exportação, o Traviú se constitui em um espaço essencialmente histórico e social, lugar de uma identidade que é cotidianamente reconstruída, desde o século passado, por aqueles que, ao emigrarem, viram destruídos seus antigos laços sociais.

Mais que isso, essa reconstrução cotidiana da identidade cultural de um grupo que, como diz Sayad, "deixou de ser" ao emigrar, se faz através de relações de poder e de domínio que perpassam desde a vida privada dos moradores até às questões mais gerais e coletivas do trabalhador. Foi assim que, historicamente, os fundadores do bairro e seus descendentes foram forçando os casamentos entre eles - esfera do privado - e submetendo lavradores pobres a uma situação de trabalho semelhante àquela pela qual passaram - esfera do domínio público.

¹⁹ Esta impressão fica evidente não apenas nas memórias individuais dos moradores ricos, mas também nos muitos momentos de festas coletivas, onde a história do bairro é repetidamente revelada. Isto ocorre em ocasiões tais como festas de aniversário do bairro, almoços comunitários, eventos esportivos, apresentações teatrais e outros.

Esta é, aliás, uma especificidade dos habitantes do Traviú, que vai além das interrogações de Sayad. Este autor trabalha, basicamente, com as relações entre o imigrante, sua sociedade de origem, e a sociedade que o recebe. No Traviú, existe um componente a mais: ao longo de um século, os ricos proprietários do Traviú têm oferecido, ao seus trabalhadores, uma experiência semelhante àquela pela qual passaram.

Muitos dos agricultores pobres do Traviú são migrantes. Vieram de outras partes do país, estão fora de seu local de origem, aquela terra não é deles. Deixaram para trás os parentes, a terra conhecida, as particularidades culturais, em busca de trabalho em outras regiões. E são tratados hoje pelos descendentes enriquecidos de imigrantes italianos, como “estrangeiros”, embora estejam dentro de seu país.

Esta análise só se torna possível quando a questão cultural, relativa à experiência de vida, não é submetida ao conceito de nação enquanto unidade territorial. Somos todos brasileiros, mas nossos laços de identidade não são nacionais. Por isso, como os gregos da Antigüidade e os imigrantes do século XIX, os migrantes de hoje são também estrangeiros, porque presos pelo trabalho, ou forasteiros, quando não o encontram.

Tanto os antigos imigrantes quanto os atuais migrantes, permanecem pelo trabalho. Pelo trabalho, esses estrangeiros se tornam homens: “É o trabalho que faz ‘nascer’ o imigrante e o faz um ‘ser’; é o trabalho que, ao findar-se, faz o imigrante ‘morrer’, reduzindo-o ao não ser”.²⁰

²⁰ Abdelmalek SAYAD, op. cit., p.61.

3. Sonhando em “fazer a América”

Historicamente, o regime de trabalho usado no Traviú foi o da parceria. Esse sistema, aliás, é reconhecido pelos moradores como uma herança da experiência vivida na antiga fazenda Sete Quedas, um dos maiores latifúndios do Estado de São Paulo, no fim do século XIX.²¹

A memória coletiva do bairro reserva um grande espaço a essa experiência. Em especial, os moradores mais antigos do Traviú vêm em Sete Quedas a própria origem do bairro. Esta origem não se dá por vínculos geográficos, mas sim pela história de um grupo de italianos que, submetidos inicialmente às precárias condições do trabalho assalariado no Brasil do final do século passado, conseguiram realizar o sonho de “fazer a América”, tornando-se proprietários.

Essa mudança, de empregado a patrão, é reiterada constantemente pelos moradores que ostentam, orgulhosos, a escritura origem da compra das terras.

²¹ Ver Odilon Nogueira MATTOS, “O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo.” Comunicação apresentada na 6ª. sessão de estudos, no dia 9/9/1971. PUC Camp. O texto me foi doado por René Tomazetto, membro de uma das famílias fundadoras do Traviú.

Parte da escritura de compra do Traviú, datada de 1893

<p>n.º 3 p. 133 a 134 r. 2.º Tabelião Alvira Lima</p>	<p>1.º Trazido d'Escritura de compra e venda como pacto adjecto que fazem o Capitão Francisco Augusto de Moraes Campos e Roberto Carbonari e outros por <u>de 1883</u>, em</p>	<p>Carbonari, salteiro e José de Lorenzoni de- hira, todos moradores e antes - gante nesta cidade e os outorgados na Comarca de Campinas, pessoas co- nhecidas de mim Tabelião pelas pu- pias de que tracto e deu li' q'pelo en- tergante vendidos porante as mesmas testemunhas me foi dito que vende ello senhor e possueve a "justa titula" da terra denominada "Traviú" nesta Comarca sem vara de moção serviçum para colar as cafunas utili- za existentes, e mais benfiteorias, terreiros, dois burros, e dois cavul- los, roca de milho e milho no Paol de milho. Foi de p'cha foi no sequinta Comarca no Espigão de En- fial, valho dividindo com terras do sítio do "Tentem", e segue até o pro- do mesmo cafunat, e d'ahi segue a mesmo a procurar o Corrego em uma Palleta, fazendo divisa com João Francisco, e d'ahi se segue cor- rege abaixo até outra palleta, a di- recta do corrego sempre dividindo com João Francisco, desta Palle- ta segue a seguir a procurar outra Palleta no Espigão, que divid' com terras da herança de <u>collejas e Blá- noel da Silva Prado</u>, e d'ahi se- gue sempre pelo Espigão a procura-</p>
<p>Leitão quantos esta publica Scriptura de compra e venda com o pacto adjecto mesm, que no anno de Nascimento de <u>João Senhor Jesus Christo de mil oitoc- entos e noventa e tres</u>, aos vinte e oite d'Outubro, nesta cidade de Ju- diary, com meu Cartorio perante mim Tabelião, e as duas testemunhas de nome <u>Francisco de Moraes Campos</u> e outros por <u>de 1883</u>, em proceçao a uma parte como outor- gante vendedor o Capitão Francisco Augusto de Moraes Campos, salteiro, e a outra parte como outorgados, com- pradores <u>Roberto Carbonari e sua mulher Angela Carbonari Dome- nica Thomazito, e sua mulher Elza- beth Thomazito Paulo Lorenzon, e sua mulher Luiza Lorenzon Pimenta Lorenzon e sua mulher Barbara de Lorenzon Jacob Carbonari e sua mu- lher Seraphina Carbonari e Paulo Thomazito, e sua mulher Pascoa Thomazito, Rosa Pimentelli, e Giuseppe Stache, viúvos, Antonio Carbonari</u></p>		

Contam esses mais antigos moradores que seus pais, fundadores do bairro, ao emigrarem da Itália para o Brasil em 1883, foram primeiramente trabalhar na fazenda Sete Quedas, em Campinas, sob o sistema de parceria. Depois de dez anos, o grupo de imigrantes conseguiu adquirir as terras do Traviú, prazo relativamente curto quando comparado à realidade mais geral dos trabalhadores imigrantes no país²²

²² Apenas como exemplo daquela realidade, ver Thomas DAWATZ, Memórias de um Colono no Brasil.

Desde o início da segunda metade do século XIX, a questão da mão de obra se tornava problemática no Brasil. Com o fim do tráfico e com as periódicas medidas abolicionistas²³, o escravismo vinha se tornando cada vez mais oneroso²⁴. Ao mesmo tempo, a lavoura de café e a exportação do produto se expandiram e passavam a oferecer perspectivas cada vez melhores de lucro para os proprietários. Inicialmente produzido no interior do Rio de Janeiro, com mão de obra exclusivamente escrava e por fazendeiros de mentalidade mais conservadoras, o café marcha para São Paulo, em busca de melhores terras e incorporando novas relações de trabalho²⁵.

Esses cafeicultores de São Paulo organizam a entrada de imigrantes no Brasil, inicialmente sob iniciativa particular e, após algumas décadas, quando o café já se consolida como a maior fonte de lucro, passam a forçar o Governo a adotar medidas de estímulo à imigração. Por sua vez, nesse mesmo período, a Itália atravessa uma fase crítica em sua economia, resultante da instabilidade provocada pelas lutas civis durante o processo de Unificação. A fome, a perda da terra, a vitória do norte sobre o sul na Itália e, conseqüentemente, a submissão do último ao primeiro, foram fatores que contribuíram com imediata oferta de imigrantes, aventureiros e esperançosos de “fazerem” a América. Essa situação se casava a do Brasil, na qual os latifundiários paulistas de café, necessitavam, urgentemente em

²³ O processo de abolição da escravidão no Brasil tem sido alvo de um profundo debate historiográfico. Alguns historiadores, seguindo a sucessão cronológica da promulgação das leis abolicionistas, defendem a idéia de que a abolição ocorreu como um processo lento e gradual. Este é o caso de escritos consagrados da USP, na década de 70, principalmente. Outros, criticam essa explicação por perceberem que, dentro desses parâmetros, a abolição tem sido resultado, exclusivo, de uma vontade branca. A esta versão, contrapõem a idéia de que os escravos também foram decisivos no processo de abolição, uma vez que as fugas, as rebeliões, os protestos e a presença constante nas ruas, despertava o temor de uma guerra de raças que as leis abolicionistas pretendiam abafar. Sobre este debate ver Sívia Hunold LARA, “Trabalhadores Escravos”, *in*: **Revista Trabalhadores** 1, pp. 4-19.

²⁴ Ver Michael HALL, “Imigrantes”, *in* **Trabalhadores** 3, pp. 3-5.

²⁵ Warren DEAN, **Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura.**

suas lavouras, de uma alternativa de mão de obra, devido à alta do preço do escravo.

O poder dos fazendeiros de café de São Paulo vinha crescendo decisivamente, uma vez que era da lavoura e da exportação do produto que o país arrecadava a maior parte dos seus dividendos. Por força desse poder, a imigração, que inicialmente foi realizada apenas pela iniciativa privada²⁶, passou a ser também subsidiada pelo Estado em larga escala, amenizando os custos econômicos: diante da grande oferta de trabalhadores imigrantes e sem a necessidade de um investimento inicial tão grande e arriscado, os fazendeiros puderam contar com uma mão de obra mais barata e disciplinada²⁷. Assim, as portas foram abertas para a imigração européia em larga escala.

As famílias que posteriormente fundaram o bairro do Traviú, submeteram-se, inicialmente, ao trabalho dentro desse sistema de parceria, na fazenda Sete Quedas²⁸.

Por esse sistema, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes de seu país de origem até o porto de Santos e, depois, do litoral para o interior do Estado de São Paulo. Custeava também os mantimentos e instrumentos necessários à sobrevivência e ao trabalho dos imigrantes. Esse investimento inicial do cafeicultor era contabilizado como dívida do imigrante, sobre a qual recaíam juros de 6% a 12% ao mês. O resultado desse sistema de trabalho era, de um lado, o imenso lucro do proprietário e, por outro, a "escravidão branca" para o imigrante.

²⁶ As primeiras tentativas, nesse sentido, foram as do Senador Nicolau Pereira Campos Vergueiro, que incentivou a vinda de famílias de imigrantes alemães e italianos para sua Fazenda de Ibicaba, contratados para trabalhar no sistema de parceria. *In: Revista Trabalhadores*, Imigrantes 3, pp. 30-34.

²⁷ Ver Boris FAUSTO, *História Geral da Civilização Brasileira . O Brasil Republicano*, pp. 103-113.

²⁸ Segundo a memória do Sr. Hilário Caniato, historiador do bairro. Ver também Odilon Nogueira de MATTOS, *op. cit.*, p. 765.

Por este motivo , esse sistema era conhecido popularmente como “parceria de endividamento”²⁹

Nesta pesquisa, o ano de 1883 e a questão de imigração serão usados como marcos para a periodização da história. Esta data servirá como ponto de referência para a história do bairro do Traviú que, como tantos outros, foi fundado, no mesmo período, por imigrantes italianos, livres nas suas esperanças e presos às suas saudades.

Em 1883, ao chegarem na Fazenda Sete Quedas, os personagens dessa história, submetidos à parceria, conviveram com o sistema de escravidão. A fazenda fora dividida em duas partes e a que coube aos imigrantes foi denominada Saltinho.

...como é sabido o imigrante italiano recusava-se a trabalhar lado a lado com os escravos negros. Além disso, no final do século XIX os proprietários das terras procuravam alternativas mais lucrativas para a questão da mão de obra e o trabalho escravo convivia com o trabalho assalariado do imigrante. Conta a memória do bairro, que no Núcleo Colonial localizado em outro bairro rural da cidade, os negros eram recebidos pelos italianos com paus e pedras. Dizem que muitos morriam. No Traviú, entretanto, o registro da memória é outro: Sr. Herman Vaccari diz que o bairro aceitava os negros e em troca do trabalho ofereciam-lhes comida e roupa lavada. Essa escravidão em tempo de trabalho assalariado é de acordo com o Sr. Herman, prova da bondade dos habitantes do Traviú ...

²⁹ Embora a parceria tenha sido usada mais nas décadas de 1840 e 1850, muitos imigrantes, após 1880, ainda entraram no país sob esse contrato de trabalho. Este pode ser o caso dos fundadores do Traviú, chegados ao Brasil em 1883, como parceiros em Sete Quedas. A esse respeito ver: Lúcio KOWARICK, **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**, p. 89. Ainda , para uma descrição mais detalhada do sistema de parceria, bem como de seu “nome” mais popular, ver: Wagner REINHARDT. “ Os parceiros de Ibicaba” ,in: **Revista Trabalhadores** n. 3, Imigrantes.

Os imigrantes do Traviú permaneceram trabalhando por dez anos nas terras de Saltinho, dentro do sistema de parceria. Tal sistema, com algumas mudanças, acompanha até hoje os contratos entre trabalhadores e proprietários no bairro. Só foi suspenso no período da compra da Fazenda Traviú pelo grupo de fundadores. É que, no início, o trabalho era realizado somente pelos membros das famílias dos imigrantes. Afinal tinham passado recentemente de lavradores a proprietários.

Diferentemente do que ocorria com a maior parte dos imigrantes italianos que chegavam ao Brasil absolutamente empobrecidos, algumas das famílias fundadoras do Traviú chegaram com algum pecúlio. Submeteram-se inicialmente às mesmas condições de trabalho que os demais. Contudo, com certeza, esse pecúlio inicial colaborou, e muito, com a possibilidade de aquisição das terras.

Na memória dos fundadores, entretanto esta passagem de lavrador à proprietários é atribuída, exclusivamente, ao trabalho e ao esforço³⁰. Criando também uma outra "útil" ilusão: para o imigrante, a vitória econômica que se sobrepõe à nostalgia da terra natal e o sucesso daquele que era visto como forasteiro. Para o país que recebe esta mão de obra, a criação de uma imagem positiva, marcada pela hospitalidade e pela idéia do Brasil como terra de possibilidades.³¹

Os novos proprietários do Traviú não demoraram muito a substituírem o cultivo do café pelo da uva. Esta substituição fez parte do entrecruza-

³⁰ Cf. a história narrada pelos alunos Evandro e Érico, capítulo II .

³¹ Ver Abdelmalek SAYAD, *op.cit.*, pp. 52-60.

mento de diferentes fatores, sobretudo de uma estratégia ³² utilizada pelo grupo, uma vez que os primeiros habitantes do Traviú trouxeram experiências com a viticultura da Itália. Os imigrantes não tinham propriamente uma vivência com o café. O café era distante da vida deles. A uva sim fazia parte de seu *habitus* ³³ Além disso, bem na passagem do século, época em que se deu essa mudança, o café já começava a apresentar problemas de super produção, o que ocasionava fortes baixas no preço do produto no mercado internacional. Embora o governo e os principais cafeicultores tenham tomado medidas de segurança durante o Convênio de Taubaté (1906), especialmente as de garantia de preço mínimo por saca e a compra dos excedentes pelo governo, como forma de equilíbrio entre a oferta e a procura, os riscos continuavam grandes. Maiores, ainda, para pequenos proprietários de origem imigrante, sem estímulo para aquisição de terras e produção por parte dos órgãos públicos, e sem condições de obterem financiamentos bancários ³⁴.

Com o aumento da produção da uva, foi necessária a introdução de mão de obra externa e os proprietários buscaram uma forma própria de contrato de trabalho. A partir de então passaram a contratar meeiros. Por sistema de “meia”, entende-se aquele em que o meeiro planta nas terras do proprietário e com este divide o resultado da colheita ao meio. Já no tradicional sistema de parceria,

³² Estratégia, no sentido dado por Pierre Bourdieu, resultado de um senso prático, tal qual num jogo em que o bom jogador faz o que se pede e exige o jogo. Espera-se do jogador uma invenção permanente para que se mantenha na disputa. Nesse caso, é indispensável a capacidade de estar sempre buscando novas saídas para situações inusitadas. Ver Pierre BOURDIEU, **Les sens pratique**, livro 1, cap-5; livro 2, cap-1e2.

³³ O resultado das ações dependem de um aprendizado anterior denominado por P. Bourdieu de “*habitus*” Trata-se de um sistema de disposições duráveis que gera e organiza a nossa prática de maneira que vamos nos adaptando a um objetivo, sem supor aí a visão consciente do fim e do controle claro das operações necessárias para o atingirmos. Inventa condutas regulares e reguladoras, sem que por isso sejam o produto de obediência a regras. Essas condutas sendo coletivamente organizadas, não são produtos da ação organizada de um regente de orquestra. Ver Renato ORTIZ (org) **Pierre Bourdieu**, p.15.

³⁴ Francisco ALENCAR et. alli. **História da sociedade brasileira**, pp. 238-243.

utilizado em Sete Quedas, o fazendeiro designava o número de pés de café e o tamanho do pedaço de terra para subsistência, coisa que não acontece com a forma atual de contrato de trabalho, defendido atualmente pelos proprietários, como um novo tipo de parceria.

4. Passado e presente: relação de trabalho no Traviú

Ao ser analisada a condição dos trabalhadores não proprietários, sem esse imaginário dos imigrantes que hoje se estabeleceram no bairro usando o sistema de parceria, a situação se revela semelhante àquela dupla condição do provisório/permanente. Para esses homens, meeiros, é o trabalho que justifica e legitima a permanência no local. Em outras palavras, o **trabalhador-morador** do presente enfrenta uma situação parecida àquela vivida pelo **trabalhador-imigrante** do passado : ele só pode morar no bairro enquanto existir trabalho.

Em muitos aspectos, esta ausência da possibilidade de escolha do migrante hoje e sua submissão ao proprietário se aproxima daquela experiência passada do imigrante em relação ao agricultor: diferentemente do que acontece no mundo urbano, o trabalhador do campo é sempre “família”. Para a cidade, é possível ir sozinho; no campo, tanto os ricos, preocupados com a expansão e distribuição de seus patrimônios, quanto os pobres, lutando para garantir a sobrevivência mais imediata, andam em família, modo de trabalho historicamente constituído na zona rural.

Por este motivo, o “trabalhador-imigrante” que enriqueceu é conhecido por seu sobrenome: os Tomazettos, os Stecks. Ele pertence a um “clã”. Do mesmo modo, ao se referir aos trabalhadores pobres de hoje, pensam-no como família: uns trabalham na roça especificamente; outros, principalmente as mulheres,

prestam serviços domésticos. Mas é sempre toda a família que se emprega para o proprietário. E as famílias, aqui, em ambos os casos, envolvem os membros adultos e as crianças. Há uma concretude na percepção do tempo, que é o das gerações; e também na percepção do espaço, do espaço que se tornará herança e do espaço de onde se arranca o sustento do dia-a-dia.³⁵

Em ambos os casos - o do passado e do presente - a noção de família está diretamente ligada ao trabalho: As crianças ricas do Traviú, hoje, preparam-se, na Escola, para herdar as terras, ou, talvez, seja mais correto dizer, essas crianças preparam-se para serem herdadas pelas terras molhadas com o suor e dor dos pais, e assim, poderem bem administrá-las. Seus pais e parentes mais velhos são taxativos em afirmar que o conhecimento escolar significa um instrumento fundamental nessa escalada:

“...veja, Dona Ana, como o Régis cresceu,(...) ele já está no 2º grau(...) O estudo é muito importante, ele deve aproveitar bem para não ser enganado na hora de fazer os negócios (...) Dio, fui tantas vezes roubado nos momentos de vender as uvas lá no Rio de Janeiro, tudo por falta de estudo...”

(Sr. Bonddio Tomazetto - 80 anos)

Do mesmo modo, para as crianças filhas dos lavradores não proprietários, o conhecimento oferecido pela escola também é salientado como fundamental. Nesse caso, o que caracteriza uma diversidade nos depoimentos dos proprietários e dos não proprietários, em relação a importância do conhecimento escolar, é a perspectiva do grupo de empregados em superar também suas

³⁵ José de Souza MARTINS. *Massacre dos inocentes*, pp. 58-59.

condições de trabalho. Em outras palavras, vêm naquele conhecimento transmitido pela escola a possibilidade de afastarem seus filhos do trabalho direto com a terra.³⁶

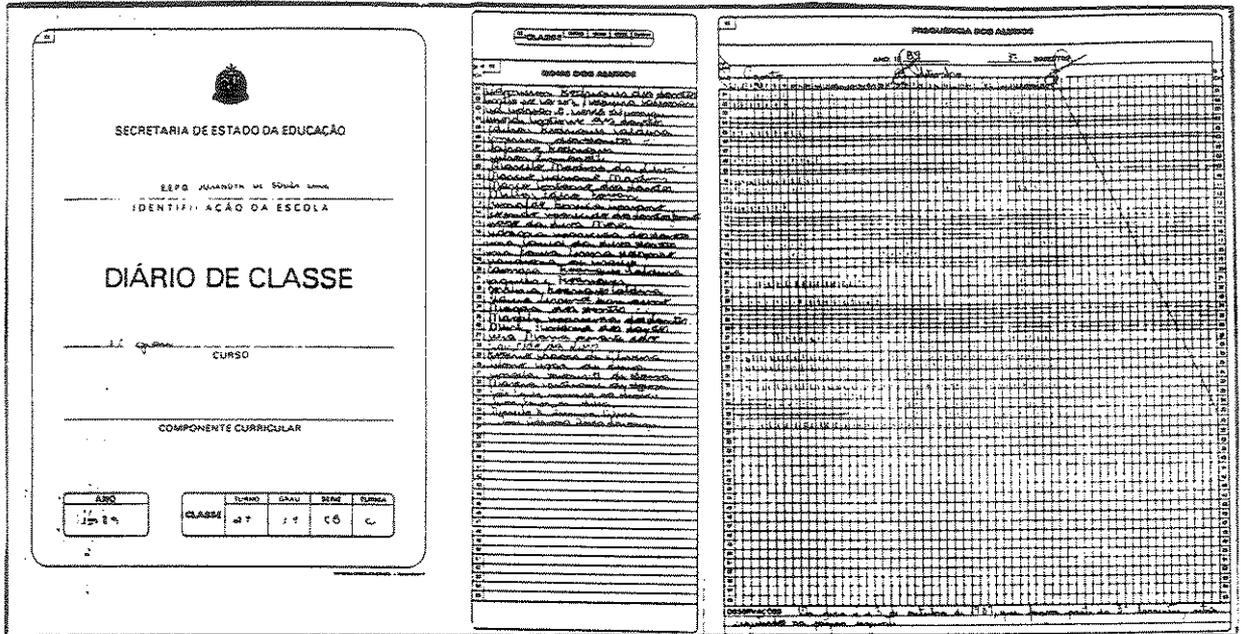
“...embora o Paulo e a Rosemeire ajudam prá valer na colheita, a gente faz de tudo para eles não largarem os estudos. Eu sempre dou conselho para eles(...) só com muito esforço nos estudos é que eles um dia vão conseguir se afastar dessa lida difícil, e arranjar um trabalho melhor...”(Dona Hilda, mãe de alunos)

No entanto, para as crianças mais pobres, contraditoriamente, o trabalho concreto, aquele que se intensifica por ocasião do plantio e da colheita, quando a família precisa de todos, é que as afasta da escola e as empurra para longas jornadas no campo.³⁷

³⁶ Cf., Zeila de Brito Fabri DEMARTINI, **Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras**, p.190.

³⁷ Neste sentido, a realidade do Traviú carrega os mesmos elementos de outras realidades rurais do país, como o das crianças do R.S. e do MA citadas por José de Souza MARTINS, op.cit., pp.60-64.

Os diários de classe mostram que as faltas aumentam nessas épocas:



Agosto, mês de colheita e limpeza do morango, a mão de obra infantil é freqüentemente absorvida no local.

Mas, existem também outras considerações específicas ao local: para os imigrantes italianos e seus descendentes no Traviú, o enriquecimento e a propriedade transformaram o "provisório" em "permanente", sem afastá-lo, contudo, do imaginário do imigrante. Mas para os pobres migrantes brasileiros, tudo é muito concreto, visível, aparente e real. Para a população pobre do Traviú, direito e fato são uma coisa só: eles trabalham na terra e, por este motivo, moram no local. Estão premidos pelas condições mais materiais mesmo de existência. Suas escolhas são mais raras e difíceis, porque não possuem nada além do próprio trabalho e dele dependem para morar.

Neste contexto, a E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima" coloca-se como lugar privilegiado para a observação desta realidade. Ali estudam, juntos, as crianças das famílias ricas e das famílias pobres. A convivência dos profissionais da educação com essas crianças e seus pais e a observação do relacionamento entre elas, confirmam essa realidade.

Foi isto que sentiu a diretora atual da escola, ao conviver com a realidade do trabalhador-morador do bairro, nessa ligação entre o morar no local e o trabalhar com exclusividade para proprietários de terra do Traviú:

"... recebi em minha sala uma funcionária com o seu pedido de demissão. Ela havia sido contratada há dois dias pela A.P.M. da escola para trabalhar como inspetora de alunos. Ao questionar o porquê de sua decisão, já que ambas parecíamos satisfeitas, ela respondeu: ' - sabe, é que eu moro numa casa que é propriedade dos Carbonaris então eu não posso trabalhar em outro lugar que não seja para eles.' Então eu lhe perguntei: - mas e o seu marido, suas filhas, pelo que entendi as moças não trabalham na parte administrativa do frigorífico? ' - sim, mas aqui na escola eu não posso continuar Diretora, senão a gente vai perder a moradia'..." (depoimento da diretora Jussara Palmezan, em agosto /96, na EEPG "Jurandyr de Souza Lima".)

Evidencia-se aqui a força do proprietário conduzindo a vida do trabalhador pobre a ele submetido. Evidencia-se, também, a "confusão" entre o domínio público e o domínio pessoal: a casa, espaço privado de morar da ex-funcionária é dominada por uma força que começa no trabalho e termina na pessoa. Além disso, como os antigos imigrantes, a ex-funcionária (cujo nome ocultamos por motivos óbvios) está presa ao proprietário da terra pelo trabalho na lavoura, ou doméstico, e também pela moradia. Neste caso "moderno", uma nova forma de endividamento se realiza.

E a escola, exatamente por trabalhar com os diferentes grupos sociais do bairro tende a ser, constantemente e ao mesmo tempo, reflexo do que ocorre por além de seus muros e lugar de disputa. É reflexo, à medida em que as contradições sociais presentes nas plantações de uva e no frigorífico são evidentes ali dentro. É lugar de disputa por preparar os ricos para a herança e por dar, aos pobres, a esperança de sair dessa rotina.

No Traviú, antigas tradições com novas roupagens e inversões de papéis, continuam a ser mantidas. Esta situação fica clara também, por exemplo, na explicação que os grandes proprietários dão para expansão constante de seus patrimônios e para aquisição de terras:

“...a gente trabalhou a vida inteira para poder deixar algum pedacinho de terra para os nossos filhos. Graças a Deus, hoje, todos têm a sua parte. Só uma das filhas que casou com comerciante é que não vive da terra; mas eles tem uma bela chácara para descanso...”
(Sr. Bonddio e Dona Mafalda Tomazetto)

Aqui, se repete o argumento do cafeicultor do século passado. Procurando se afastar de uma visão capitalista da riqueza e negando um lucro gigantesco obtido através da exploração da mão de obra, os ricos proprietários de terra do Traviú confirmam o estudo de José de Souza Martins, quando diz que “as terras são acumuladas para depois serem desacumuladas”, isto é, para serem posteriormente divididas entre os herdeiros³⁸.

³⁸ Ver José de Souza MARTINS, op. cit., p. 63.

O que encontramos aqui é uma reprodução da ideologia do sucesso individual, do esforço pessoal como fonte exclusiva de enriquecimento e da idéia de fraternidade. A mesma ideologia que, no século passado, era utilizada para seduzir o imigrante.³⁹

Ideologia porque expressa uma imagem distorcida da realidade, porque inverte causa e efeito, porque pretende apresentar com um dado material - a capacidade individual de um indivíduo - aquilo que foi social e historicamente construído. Ideologia, finalmente, porque coloca a aparência das coisas no lugar da essência das coisas.

Seja pela repetição, seja pelo senso comum, as relações sociais foram adquirindo um "ar" de naturais. Explicando melhor: a questão, no Brasil, era a de que o regime de trabalho escravo apresentava, por motivos óbvios, uma baixíssima produtividade. O trabalho assalariado é muito mais produtivo que o trabalho escravo. Este modo de designar a questão foi ideologicamente "naturalizado". É isto que se percebe, de modo evidente, nas afirmações do tipo: "o trabalho do negro escravo é inferior ao trabalho do branco imigrante." Nesta segunda formulação, uma questão historicamente constituída - a do regime de trabalho (escravidão/assalariamento) é substituída pelo critério de etnia (branco/negro).

Hoje, este discurso se faz no caminho da oposição entre ricos - trabalhadores bem sucedidos - e pobres - vagabundos que, por não trabalharem, deixam de enriquecer.⁴⁰

³⁹ Esta era a alternativa existente para os grupos dominantes, na tentativa de transformar o trabalho em algo positivo dentro de um país que, por mais de trezentos anos, desvalorizou moralmente o trabalho como forma de justificar a escravidão. **Revista Trabalhadores** nº 6, "Classes Perigosas", pp. 2-22.

⁴⁰ Sobre o conceito de ideologia ver Marilena CHAUI, **Convite à Filosofia**, pp. 416-418.

Portanto, na análise das condições de existência concordamos com as propostas discutidas por José Martins, enfatizando a exploração e o domínio sobre os trabalhadores.

Ao domínio material, soma-se o esforço pela manutenção de um domínio simbólico. Em seu estudo sobre o celibato em Béarn, Pierre Bourdieu mostra a situação de camponeses franceses, que tendem a garantir a segurança de sua linhagem através de canais simbólicos, ao mesmo tempo em que reproduzem a propriedade de seus instrumentos de produção. A manutenção da ordem não ocorre apenas pelo direito juridicamente garantido à propriedade, mas também, e fundamentalmente, pela continuidade da linhagem e das tradições. Esta continuidade tende a confundir o histórico com o natural: a propriedade historicamente construída aparece como dado da natureza própria daquela linhagem. Aqui, o invisível fala mais alto que o concreto: os jogos simbólicos de luta são mais fortes que a propriedade privada garantida por lei⁴¹.

Talvez, exatamente por terem experimentados algum sucesso com o sistema de parceria, estes novos proprietários evitem adotá-lo como regime de trabalho, procurando dificultar o acesso a terra.

No caso do sistema de meia, freqüentemente, um proprietário possui vários meeiros. Se com eles divide os lucros, também divide os riscos e possíveis prejuízos. Portanto, ganha duplamente: o meeiro procura aumentar a produtividade para garantir alguma renda, tornando-se um trabalhador disciplinado e, eventualmente, alivia os prejuízos do proprietário. Além disso, o meeiro não possui terras para produção de subsistência, o que o obriga a comprar mantimentos nos

⁴¹ Pierre BOURDIEU, " Celibat et condition paysanne" , Etudes Rurales 5-6, Avril-Septembre 1962, pp. 32-136. Ver também, Leticia Bicalho CANEDO , in: *Revista Educação & Sociedade* número 39, agosto/91, "Estratégias Familiares na produção social de uma qualificação política", pp. 221-242.

armazéns que, freqüentemente, são organizados pelos próprios proprietários. À dificuldade de acesso a terra, soma-se o retorno constante do capital às mãos do proprietário, seja porque este vende a sua produção e do trabalhador, seja devido à compra, por parte do meeiro, de gêneros de subsistência nos armazéns da fazenda. Finalmente, o meeiro tem dificuldades de concorrer com o proprietário, cuja produção maior possibilita a venda por preços mais baixos e dificuldade, ainda, em controlar seus ganhos, uma vez que a produção é vendida pelo dono da terra.

Apesar das diferenças, os fundadores do Traviú denominavam e continuam denominando, até hoje, esse tipo de relação de trabalho como sistema de parceria, procurando não apenas os laços com o passado mas também, e fundamentalmente, colocar a “aparência” no lugar da “essência” deixam em aberto as chances de “melhorar” de vida, num universo onde, de fato, esta possibilidade não existe.

Assim, se na prática econômica o sistema de meia contribui para a manutenção da imobilidade por parte dos lavradores pobres, o imaginário - reprodutor da idéia de parceria - contribui para criar a ilusão de cumplicidade entre patrão e trabalhador, deixando aberta a aspiração de ascensão social: "se como parceiro eu fui capaz, então você também será". O Sr. Bonddio Tomazetto, 80 anos, defende a idéia de que, com trabalho e economia, as pessoas prosperam sim e que muitos meeiros que passaram pelo bairro vinham sem ter o que comer, não sabiam economizar, gastavam facilmente, enquanto que outros eram seguros até demais⁴².

⁴² Sidney CHALHOUN "A Guerra contra os cortiços", *Cadernos do IFCH*, 1993.

" ... ah, o pai do Cidinho Pilão que era meeiro do meu pai conseguiu com muito suor comprar uma terra. A mãe dele fazia manteiga e vendia tudo para fora. Ela era trabalhadora que só vendo, era filha de italianos e seu marido era muito econômico; imagina que aos domingos ele vinha jogar "bocha" com o único interesse de ganhar, ficava até conseguir uns trocados. Depois saía do jogo e ia para casa só que antes passava no armazém lá em baixo que ficava aberto de domingo e comprava alguma mercadoria..."

Na realidade existiu um fator que ajudou nessa história específica da família Pilão, tornando-a uma exceção e não uma regra: ao ser aberta a estrada para passar a rodovia Anhangüera, as terras do pai do Sr. Bonddio Tomazetto foram cortadas. Como seu pai tinha muitas vacas leiteiras e algumas ocupavam um espaço além da rodovia, foi preciso alguém para dar o trato e tirar o leite das vacas. Dessa maneira, este trabalhador obteve a permissão para executar o serviço e receber, em troca, uma parcela do leite, o que aumentou a sua renda.

Realidade e imaginário casam-se com perfeição nas falas dos fundadores do Traviú. Na fala dos trabalhadores, entretanto, outras visões vêm à tona. Depoimentos de moradores mais antigos, empregados e proprietários, evidenciam as contradições desse sistema de trabalho:

"... no inicio a gente foi contratado para trabalhar como empregado e ganhar mil e oitocentos reis. Depois de dois anos passamos a receber dois mil reis, até chegar a cinco mil reis. Aí nos tomamos meeiros. Tocava-se tudo de a meia, tudo que se punha na uva, desde esterco era dividido. O patrão ia bancando e guardando as notas. Ele pagava até a comida. quando terminava a colheita o meu marido e ele sentavam e repartiam o que sobrava em partes iguais. No final para o meeiro era quase nada porque ainda tinha que pagar um jurinho em cima de tudo o que patrão bancou ..." (Da. Idalina Ferreira - 70 anos)

Em contrapartida ao depoimento do empregado, o proprietário de terra do Traviú enxerga o sistema de parceria sob outra ótica:

"... o sistema de parceria é muito bom porque dá condição de expandirmos nossas produções; aliás, é um processo que tanto deu certo que até hoje é transmitido de pai para filho - oferecendo a metade do lucro ao meeiro a produção aumenta em benefício de ambos ... "

(Sr. Waldemar Carbonari - 63 anos)

A E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima", mais uma vez, era um lugar onde estas tensões ficavam claras. Dona Brandina Penteado deu aulas no Traviú. Em 1936, ao remover-se para a segunda escola mista do bairro,⁴³ assistiu episódios que, de acordo com as suas memórias, demonstravam garra dos italianos:

" ... aquele povo trabalhava a semana inteira e quando chegava domingo batiam barro com os pés para fazer tijolos e construir a igreja (...) as mulheres então ficavam esperando o mascate passar e ofereciam um prato de comida em troca de um saco de estopa que faziam cobertas ..."

Por outro lado, foi testemunha também da exploração e injustiça entre os próprios italianos.

"... sabe, eu tinha uma aluna chamada Faustina Brunelli que o pai Frederico Brunelli era empregado do Antonio

⁴³ Cf. Título de Remoção de Brandina Penteado, anexo 1, capítulo I.

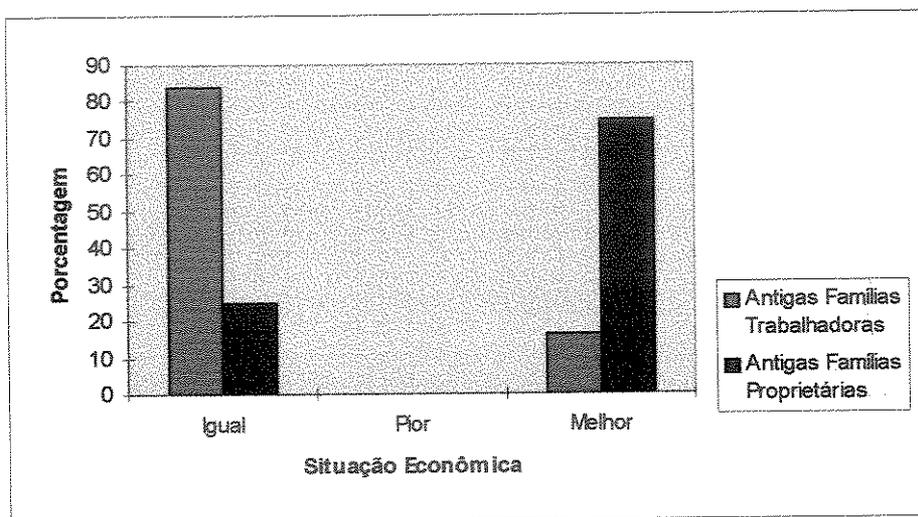
Carbonari, ambos vieram ao Brasil quando pequenos⁴⁴. Essa menina era inteligente e trabalhava na roça como homem. Ao trabalhar na casa do Antonio recebeu no final do mês um par de sandálias (...) Eu me lembro que o Sr. Frederico tinha muitos filhos pequenos e quando foi acertar a conta com o Sr. Antonio após a colheita ele ficou devendo e este o colocou na rua. Foi a sorte deles ! foram trabalhar em Jundiaí na fábrica e depois se dedicaram ao comércio. Hoje a Faustina é riquíssima !!!..."

Se por um lado, as festas constantes, as confraternizações, procuram igualar a todos pela tradição italiana, as memórias tão contraditórias de Dona Brandina, professora da escola do Traviú, mostram que no universo do trabalho os antigos laços de identidade e solidariedade, são substituídos por uma relação tipicamente impessoal e capitalista.

Esta forma de trabalho vigora ainda hoje no Traviú e o gráfico a seguir confirma a contradição deste modo peculiar de "parceria."

⁴⁴ Consta neste capítulo, a escritura de compra da Fazenda Traviú, com o nome dos mais velhos compradores. Documentos e deduções de tradição concluem que as famílias eram constituídas de quarenta e cinco pessoas no total. **Tomasetto**: José, Domingos e Elisabeth (casal) Ernesto, Amabile, Raquel, Salvador, Ana, Eva e Joana. **Lourenzon**: Antonio e Rosa (casal), Romano, Narcisa, João, Jordão, Vicente, Vítório, Paulo, Luiza, Guilherme, Angelo, Maria e Albina. **Steck**: José, Francisco, Angelo, Júlia, Maria e Rosa(na realidade consta na escritura de compra Rosa **Brunelli**, viúva; mas na história oficial não aparece a família Brunelli.Os filhos ocupam um espaço entre parênteses, como agregados natos : Domingas e Frederico Brunelli. **Carbonari**: Roberto e Angela(casal), Jacob, Flora, Antônio, Angela, Roberto, Domingas, Serafina, João, Maria e José.

Situação Econômica entre grupos de moradores do bairro Traviú



Fonte: Questionário aplicado pela pesquisadora, em Jundiaí, primeiro semestre de 1996, num universo de vinte e duas pessoas⁴⁵.

Conforme os dados estatísticos, 75% dos **antigos proprietários** responderam que estão hoje em situação econômica melhor que no passado. Quanto aos 25% que consideram estar hoje em condição igual a do passado, afirmam ter sofrido algum tipo de discriminação, como por exemplo, a união com pessoas de raça negra ou a viuvez para as mulheres. Em relação aos 85% dos **antigos trabalhadores** responderam que se encontram hoje em situação econômica semelhante ao passado. Os 15% que se consideram em melhor situação econômica hoje, enfatizaram que a causa do progresso material não foi trabalho e sim o “acaso” de ter, por exemplo, filha que se casou com proprietário obtendo assim alguma ascensão econômica.

⁴⁵ Vide Anexo 5, capítulo I.

" ... depois de quarenta e um anos de labuta finalmente vou mudar para minha casinha com meu velho. Nós vamos morar no terreno da nossa filha, eles construíram uma casinha que só vendo ..."

(Dona Idalina Ferreira - 70 anos)

É importante observar que o casamento entre diferentes classes não é usual no bairro. Até a quarta geração, os casamentos podiam ser considerados endogâmicos, às vezes até consangüíneos. No registro de matrícula da E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima" ainda hoje se encontram certidões de nascimento que atestam essa situação⁴⁶. O depoimento de Fernanda Vaccari, neta de Maria Tomazetto Vaccari, confirma esta realidade:

" ... eu tenho conhecimento que, ainda hoje, se realizam casamentos pré-estabelecidos entre as famílias de descendentes de italianos em nossa região. Posso afirmar que isso ocorre entre os mais ricos. Em muitos casos, eu percebo que quando não se casam entre os mais próximos do bairro e do município, eles vão buscar seus pares nos municípios que tiveram o mesmo começo, como Piracicaba. Sei lá, parece que existe um ímã que atrai!..."

O fato acima pode ser interpretado como uma forma de preservar com mais intensidade valores culturais. Entretanto, na prática, essa tradição não é encarada como uma questão de preservação, nostalgia ou casualidade; trata-se de um mecanismo eficiente para inserção do grupo no mundo moderno. Por exemplo, no Traviú ainda hoje se mantém as propriedades com aparência tipicamente patriarcal: na mesma terra onde está a casa do pai, se encontram as casas dos

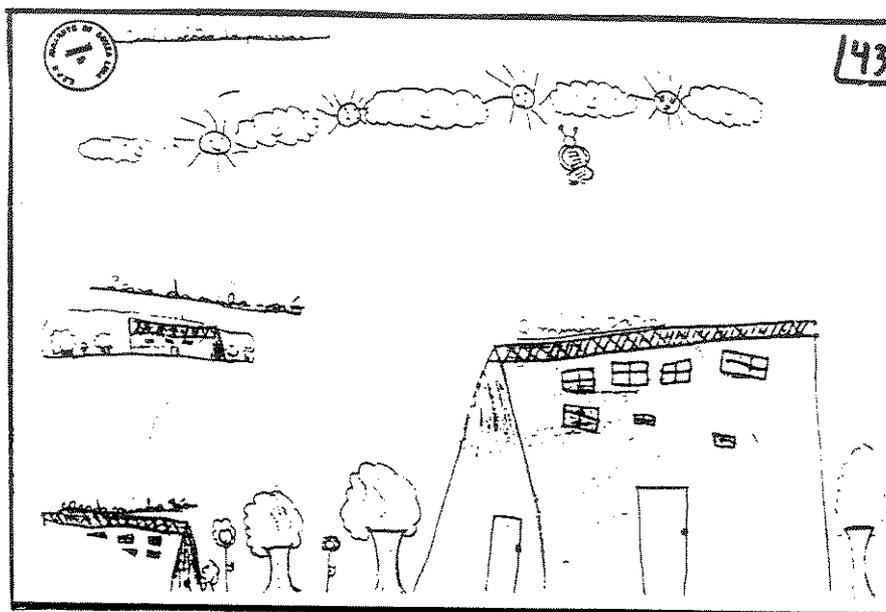
⁴⁶ Ver Certidão de Nascimento de Carolina Thomazetto Carbonari, anexo 2, capítulo I.

filhos. Com exceção da família Steck, que ainda hoje trabalha de maneira associativa, as demais famílias mantêm um empresariado moderno em outros cantos do Estado, tudo separadamente, embora no bairro Traviú partilhem da mesma extensão territorial.

" ... as pessoas no Traviú moram num lote só quando pertencem a mesma família; cada qual constrói sua casa do jeito que quer, o terreno é de todos (...) mas as terras para plantar e os negócios, cada qual tem o seu, tudo já foi separado em cartório. Só a família Steck do bairro que tem negócio em comum ..."

(Dona Mafalda Steck Tomazetto - 73 anos)

Imagem do bairro representada em forma de desenho.



Aluno do Ciclo Básico da Escola⁴⁷.

⁴⁷ Ciclo básico (CB) corresponde as duas séries iniciais do curso de primeiro grau nas escolas da rede pública do Estado de São Paulo. Decreto 21.833 de 28/12/83. Resolução da Secretaria de Educação 241/85 de 29/11/85.

Essa estratégia, conforme ensina Pierre Bourdieu, não chega a ser produto o de um programa inconsciente, sem tão pouco fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional⁴⁸. A ação desses descendentes de italianos tem um sentido prático e está presente nas mais diversas formas de expressão como se estivessem voltados para preservação de seus valores culturais. Desde a infância, como mostra a pesquisa, existe a preocupação em participar das freqüentes atividades sociais do bairro, como os almoços comunitários, por exemplo. Estes acontecem aos domingos em meio a muita polenta, danças, músicas típicas, anedotas e partidas de truco.

Neste sentido, as famílias tradicionais criaram o Grêmio Traviú inaugurado em 1959 e definido como espaço cultural aberto ao público, voltado às artes cênicas e musicais. Nele já foram apresentadas peças teatrais, inclusive uma de autoria de um dos mais antigos moradores chamada *Os viticultores*. A história reproduz o ciclo das videiras e a tradição dos imigrantes, de forma tragicômica.

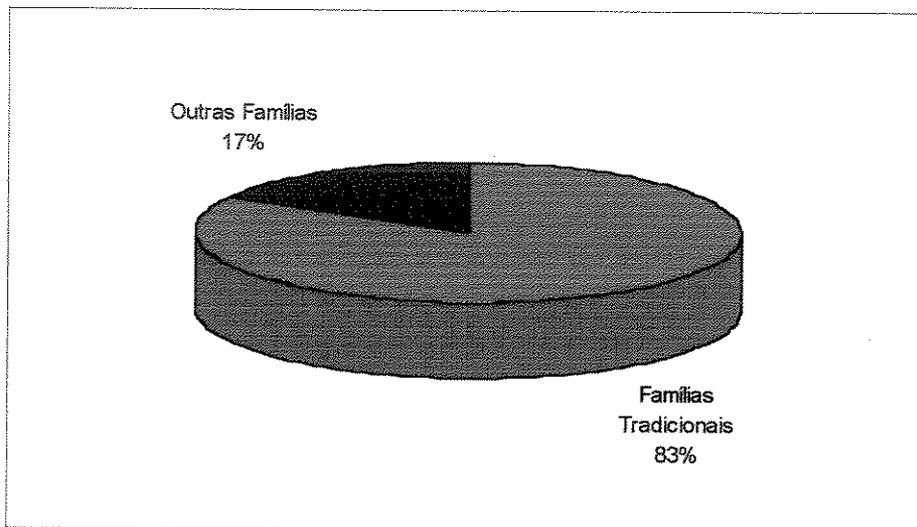
⁴⁸Pierre BOURDIEU, *Coisas ditas*, p.81.

5. A escola pública do Traviú: lugar de conflito

Assim, como os registros da página anterior comprovam, a cultura italiana, marcada por seus antigos fundadores é respirada por todo o bairro. Está presente na produção agrícola, no clube, na igreja, nas festas e, é claro, na Escola Pública.

A atuação dessas famílias italianas proprietárias se faz presente na E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima"⁴⁹. Com base nas Atas das Reuniões do Conselho de Escola na E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima", foram levantados dados em relação à composição dos representantes de pais, no período de 1985 a 1995, de acordo com o artigo 95, parágrafo 1. da L.C. 444/85:

Eleição dos Representantes de Pais no Conselho de Escola 1985 ~ 1995



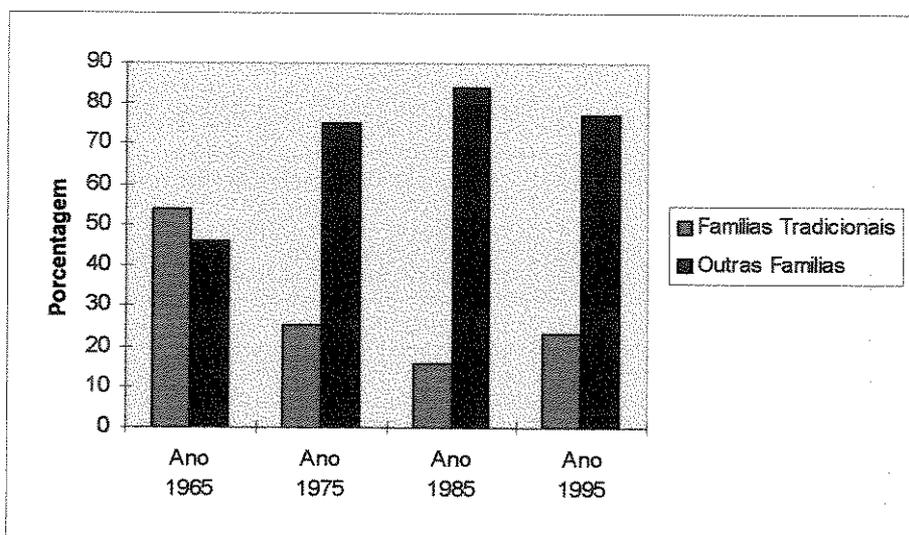
Fonte: Livro Ata de Conselho de Escola da E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima"

⁴⁹ Patrono da escola, sem vínculo com o bairro. Na época houve resistência por parte dos antigos moradores que haviam feito a indicação de Alexandre Vaccari, responsável pelo ensino das primeiras letras às crianças do bairro. No entanto, não obtive informações que justificassem o porquê de não terem aceito tal indicação.

Conforme mostra o gráfico, as famílias tradicionais do bairro dominavam 83% da representação de pais, enquanto que os demais moradores ocupavam 17% desta representação, isto dentro de um período fechado de dez anos.

Um outro dado, revelado pela documentação escolar, diz respeito ao fluxo de matrículas de alunos, em interstícios de dez anos, a partir de 1965. Nele foram apontados, através dos sobrenomes dos alunos, em que proporção as outras famílias moradoras do bairro foram numericamente se introduzindo na escola pública local.

Fluxo de matrículas de alunos - 1965 a 1995



Fonte: Livro ata de Registro de Matrículas da E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima"

O resultado acima comprova que o grupo de descendentes de italianos vem caindo numericamente frente aos demais moradores e o domínio , antes reforçado quantitativamente, se faz hoje apenas pela força política, embora não sem resistências. Esse processo tem provocado inúmeros conflitos que são sentidos pelos próprios alunos como veremos nos próximos capítulos⁵⁰.

Porém, quando se cruzam os dados estatísticos em uma análise mais geral, percebe-se que, embora as crianças das famílias tradicionais estejam numericamente diminuindo, os representantes dos pais no interior da escola, continuam a ser, majoritariamente, aqueles oriundos da população proprietária do bairro.

A manutenção do domínio do grupo das famílias tradicionais sobre as demais continua existindo, apesar da diminuição numérica, e deve-se ao fato de excercerem aquilo que Bourdieu denomina "poder simbólico"⁵¹.

O dado estatístico oficial, embora importante, não consegue revelar toda a complexidade da relação escola-bairro. A observação participante do cotidiano⁵², das relações informais, mostra que as famílias tradicionais do local exercem, de fato, um tipo de poder simbólico, tal como o trabalhado por Bourdieu.

No Traviú, a modernidade, evidente no frigorífico, no uso da tecnologia de última geração e na exportação das frutas de melhor qualidade,

⁵⁰ capítulos II e III.

⁵¹ No sentido dado por P. Bourdieu, como " poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem." Pierre BOURDIEU, **O poder simbólico**.

⁵² A observação participante foi uma das principais formas de pesquisa utilizada durante este trabalho. Ver sobre esta metodologia: Marli ANDRÉ. "A pesquisa no cotidiano escolar", in Ivani FAZENDA (org) **Metodologia da pesquisa participante**, pp. 35-45.

convive com elementos bastante antigos. De certa forma, esses imigrantes bem sucedidos, com seu intenso esforço pela preservação de uma identidade cultural, se apropriam de um fazer político próprio, que é uma decorrência da prosperidade econômica por eles estabelecida no local, estendendo-se em relação à cultura, costumes e tradições do grupo de descendentes italianos.

O poder que possuem sobre as propriedades do bairro também está presente nas relações pessoais nos diferentes locais, tais como a Igreja, o Grêmio e a Escola⁵³. O domínio, neste caso, se reveste de um caráter assistencialista do qual tanto moradores pobres quanto as instituições citadas, não podem abrir mão. Mas há um preço que é pago por esse assistencialismo, pelos pequenos favores, pela melhoria das condições físicas dos prédios, pela ajuda nas horas difíceis, por essa imensa trama de favores recíprocos⁵⁴.

A E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima" se apresenta como um espaço social privilegiado para a análise dessas relações de poder simbólico. Desde a origem e formação da escola local se percebe o domínio das famílias fundadoras, não só no início, quando ocorria a presença maciça de seus descendentes, como ao longo dos anos, num processo que obriga proprietários ricos e trabalhadores pobres a repartirem os mesmos bancos escolares.

No interior da escola, esses proprietários, são pessoas solícitas, prestadoras de serviços e, freqüentemente, presenteiam profissionais da instituição com frutas sazonais como forma de agradar e sutilmente controlar o movimento da instituição. De um lado "cobravam" (termo utilizado por eles) atenção do diretor

⁵³ Cf. cópias das atas da Sociedade Amigos de Traviú, que comprovam a ajuda à escola. Segundo o presidente do clube, embora este seja particular, praticamente, ali, o grupo se propõe a fazer um trabalho social e político no bairro. Anexo 3, capítulo I.

⁵⁴ Reforça-se aquilo que é conceituado por P. Bourdieu de "poder simbólico".

sobre a maneira, por exemplo, do professor conduzir o conteúdo programático; por outro, mobilizavam-se facilmente nos finais de semana para buscar formas de impor seus pontos de vistas. Isso era comum quando a escola conflitava-se com algum padrão comportamental defendido pela igreja e obedecido pela família, tal como a discussão de professores com alunos adolescentes, embasados nas orientações técnicas da oficina pedagógica, visando alertá-los sobre a importância do namoro consciente e de problemas atuais, como a AIDS e a gravidez precoce.

"...minha filha chegou em casa procurando uma coleção que eu sempre mantive muito bem guardada por tratar assuntos que ainda não sejam para sua idade. Inclusive com fotos. Quando eu vi fiquei brava, imagine, além de tudo, ela queria trazer para escola dizendo que a professora pediu..."

(M. M. - mãe de aluna.)

Isto demonstra uma resistência muito forte a qualquer mudança dos padrões de comportamento vigentes entre os moradores do Traviú. Neste caso, evidencia-se que a sexualidade continua a ser um tabu: "ver figuras humanas nuas? Não, nisso a professora extrapolou".

A diretora desde cedo recebia a visita de pais que, gentilmente, prontificavam-se a prestar favores, tal como, a confecção de camisetas escolares de "graça" para a escola, em "troca" de tais posicionamentos:

"... Diretora, embora a gente não se preocupe com a questão de sermos capitalistas e o professor Ayrton, de Geografia, defenda a idéia socialista, a gente gostaria que a senhora ficasse atenta, porque como ele fala muito bem acaba criando situações embaraçosas para os nossos filhos em sala de aula ..." (L.C. - Mãe de aluno).

A fala denuncia o controle atento dos pais sobre o que ocorre no interior da sala de aula. Aqui, os pais conhecem o conteúdo trabalhado pelo professor e procuram jogar com a ambigüidade ajuda-preocupação-controle.

*"... Diretora, o bar é público mas não fica bem o funcionário da escola sair de Jundiá nos finais de semana e ficar bebendo até não agüentar mais, aqui em frente da escola. O comentário é geral, inclusive alguns pais estão falando que desse jeito terão que tirar os filhos da escola ..."
(M.T.M. - Mãe de aluno e representante do conselho da escola)*

Neste segundo caso, a escola certamente, é vista como um lugar para o qual convergem as preocupações com a disciplina do trabalhador. Reforçando os valores morais e a questão do exemplo, a mãe pede em nome dos pais a intervenção da diretora da escola pública na vida pessoal de um dos funcionários, mesmo fora do horário de trabalho.

Na ocasião em que o estabelecimento de ensino foi requisitado para ser zona eleitoral, a diretora recebeu a visita de um dos pais de aluno para o seguinte questionamento:

"... Diretora, foi a senhora que solicitou que a escola fosse cedida para ser posto de votação? - isso é prejudicial ao bairro porque ao ser aberta a urna, específica do Traviú, ficará caracterizada a posição partidária local o que antes ficava espalhada nas diferentes seções eleitorais do município ..."⁵⁵

⁵⁵ Em relação a este fato, pode-se notar que o comportamento atual dos moradores vem se modificando de uns anos para cá. O que outrora foi considerado prejudicial ao bairro, hoje estrategicamente foi aproveitado como um dado favorável, visto que, pela primeira vez um dos descendentes dos fundadores do Traviú disputa um cargo legislativo, afastando-se do cargo de secretário do abastecimento do município.

Da vida particular de uma pessoa até à política institucional do município, passando pela questão do conteúdo e pela atitude dos professores, esses pais incluem a escola como um lugar chave de suas relações de poder.

Contudo, isto tudo era dito junto com as frutas que chegavam para o diretor e para os alunos, junto com a colaboração na melhoria das condições da infra estrutura da escola, junto com as camisetas que eram doadas...

Em outras palavras, as famílias tradicionais investem dinheiro na escola do mesmo modo que o fazem na igreja e no grêmio. Propõem-se a buscar professores na cidade, enfim, colocam-se à disposição. Simultaneamente, procuram o diretor, reconhecendo-o como o mais alto posto na hierarquia escolar, para “pedir”, cobrar e induzir mesmo atitudes. Investem o diretor de uma autoridade pública que ele não possui, porque extrapola os muros da escola . Procuram cooptá-lo em parte pela vaidade, em parte por um suborno disfarçado de auxílio.

Há uma trama de poder tão intensa que professores, funcionários e alunos da escola são “vigiados” o tempo todo.

Pelos casos aqui analisados é possível perceber, claramente, a tentativa de uma forma de dominação política. Nesse sentido, o conceito de neopatrimonialismo, usado por Simon Schwartzman parece adequar-se à realidade da Escola Pública do Traviú: aqueles que possuem propriedades se ajudam mutuamente e os demais, dependentes destes e com poucas chances de concorrer com sucesso com os mesmos, são submetidos⁵⁶. Qualquer tentativa de burlar este domínio - falar em socialismo, beber, perder o segredo do voto - é imediatamente denunciada e todo grupo se une para a luta.

⁵⁶ Simon SCHWARTZMAN, *Bases do autoritarismo brasileiro*, pp. 40-54.

A denúncia é feita tendo por base um direito supostamente adquirido pelos proprietários por força da tradição, e esta é usada como sinal de que sua autoridade pessoal deva ser reconhecida⁵⁷.

Isto faz do Traviú um lugar privilegiado para a pesquisa educacional, especialmente em relação à escola pública, porque da maneira que a comunidade de descendentes italianos participa das decisões na escola, rompe com a homogeneidade do sistema público encontrado na maioria das escolas da rede. Definida como "do povo", a escola pública deve abrir espaço para a participação da população e esta deve se apropriar desse espaço público.

O problema central dessa realidade está na ambigüidade do conceito de "participação" entre os diferentes segmentos da escola pública local. Este se define contraditoriamente às relações específicas do bairro - de poder e controle.

A força dessa participação, ligada a uma política de controle é acentuada pelo interesse do grupo de famílias tradicionais na utilização das instituições locais, como escola e igreja, na transmissão de uma "verdade" histórica⁵⁸, dentro de um enquadramento moral, que auxilia, estrategicamente, na manutenção do poder. Nessa transmissão está marcada a origem do bairro. Uma

⁵⁷ Esta visão contribui para o enriquecimento do conceito de coronelismo, exaustivamente utilizado para tratar do poder dos proprietários de terra no Brasil. José Victor LEAL, **Coronelismo, enchada e voto**. O autor define coronelismo: "uma manifestação do poder privado que coexiste com um regime político de extensa base representativa" op. cit., p.20.

⁵⁸ Em torno dessa questão, de transmissão da verdade histórica contada oralmente, existe um trabalho muito interessante de Janaína Amado. A partir da análise de uma entrevista, ela trabalha a vivência de maneira distinta. O vivido leva à ação e a memória dá significado à ação. No texto, a verdade de Fernandes estava ali (presença do habitus) embora tenha sido julgado a primeira vista por Janaína Amado, como um grande mentiroso. Ver Janaína AMADO, "O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral", 1995 (mimeo).

origem ligada à corrente de imigração, que deveria promover o povoamento de determinadas áreas, por meio do estabelecimento de pequenas propriedades⁵⁹.

A história da fundação e do progresso do bairro, preservada na memória coletiva, mostra apenas o lado do vencedor. É a história de uma luta, nunca a história de uma dominação⁶⁰.

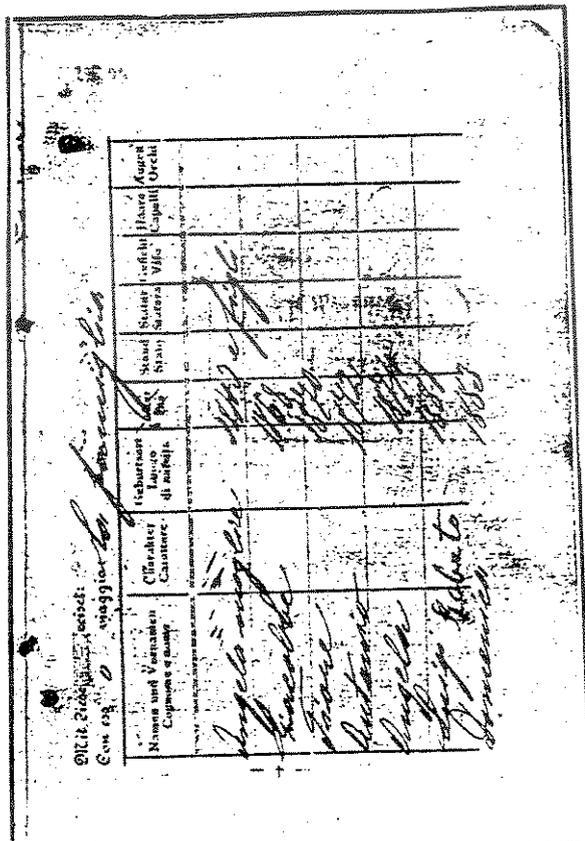
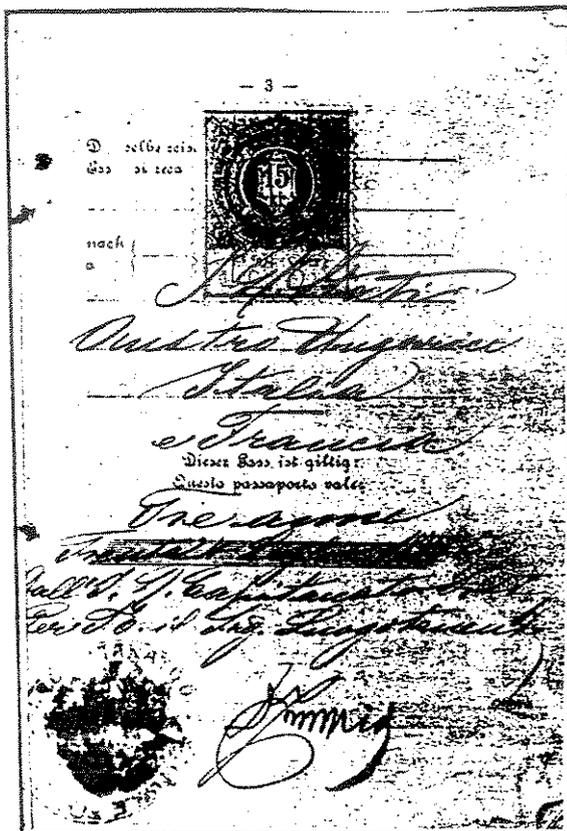
No bairro todos sabem contar essa história. Ela é repassada de geração à geração pelos arquivos pessoais, pelos eventos locais e pela tradição oral, reiterada tanto em ocasiões e eventos especiais quanto cotidianamente.

⁵⁹ Sobre a corrente migratória da I República, ver Maria Teresa Schorer PETRONE, "Imigração"..Bóris FAUSTO (org) op. cit., pp.93-133.

⁶⁰ Em relação ao conceito de "história do vencedor", ler prefácio de Marilena Chauí, à obra de Edgar Salvadori DE DECCA, 1930: **O silêncio dos vencidos**, pp.11-28.

Eram quatro famílias, Carbonari, Tomazetto, Steck e Lourençon, oriundos do norte da Itália, que chegaram no Brasil no final do século XIX ...

Passaporte de Roberto Carbonari - 1883



Passaporte original dos Carbonari. Pelo documento confirma-se o desembarque de Roberto Carbonari no porto de Santos, no ano de 1883. Nele consta o registro dos membros da família, acompanhado do nome e respectivo ano do nascimento. Desta forma, fica comprovada, legalmente, a saída de Roberto Carbonari e sua família de Trento, Norte da Itália, e sua entrada no Brasil.

Mostrando fotos, documentos e relatando diferentes passagens, os os descendentes repetem uma versão dos acontecimentos históricos.

Imigrantes da família Thomazetto



Família de Salvador Thomazetto, tal como no momento da chegada no Brasil.

A análise minuciosa desses documentos revela aspectos ocultados na versão "oficial" da história do bairro: A expressão "embarcação ignorada", que consta na certidão de Maria Lourenção, difere da embarcação denominada "Rosário" escrita na de Roberto Carbonari Filho. É um dado que pode significar que Maria Lourenção tenha viajado clandestinamente. Havia também, na origem dos fundadores do bairro, pessoas "sem posse" e pessoas que vieram da Itália com liras de ouro", conforme o narrado por uma das descendentes da família Carbonari. A existência de padrões econômicos diferentes entre os fundadores do bairro foi confirmada por um dos descendentes da família Thomazetto. Este explicou que o forte da família Thomazetto na época da fundação do bairro, não estava nos recursos econômicos, mas na habilidade dos serviços de marcenaria.

Emigrante de Treviso

POLICIA DO ESTADO DE SÃO PAULO N. 113

SERVICO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

CERTIDÃO DO REGISTRO

CERTIFICO que o Sr. a. MARIA LOURENÇÃO
 de nacionalidade italiana - - - natural de Treviso - - -
 nascida aos 12-8-1882 - - - filha de Paulo Lourenção
 e de Luiza Thomazetto - - - de estado civil casada - - -
 exercendo a profissão de prendas domesticas - - - casado com
 Roberto Carbonari Filho - - - de nacionalidade italiana
 nascida aos 27-5-1.881 - - - em Trento - - -
 com - - - filhos menores de 18 anos, admitido no território nacional em caráter
 permanente - - - com permanência definitiva - - -
 nos termos do artigo 22 - - - do Decreto 3.010 - - -
 desembarcado em Est. SÃO PAULO no porto de Santos - - -
 da embarcação ignorada - - - cumpre as exigências
 do artigo 149. do Decreto 3.010. de 20 de agosto de 1938.

DELEGACIA DE POLICIA DE JUNDIAÍ

29 de A G O S T O de 1939

Paulo Carlos de Menezes
 Delegado de Polícia

Emigrante de Trento

POLICIA DO ESTADO DE SÃO PAULO N. 112

SERVICO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

CERTIDÃO DO REGISTRO

CERTIFICO que o Sr. ROBERTO CARBONARI FILHO
 de nacionalidade italiana - - - natural de Trento - - -
 nascido aos 27-5-1.881 - - - filho de Roberto Carbonari - - -
 e de Angela Tomedi - - - de estado civil casado - - -
 exercendo a profissão de lavrador - - - de nacionalidade italiana - - -
 nascida aos 12-8-1.882 - - - em Treviso - - -
 com - - - filhos menores de 18 anos, admitido no território nacional em caráter
 permanente - - - com permanência definitiva - - -
 nos termos do artigo 22 - - - do Decreto 3.010 - - -
 desembarcado em Est. SÃO PAULO no porto de Santos - - -
 da embarcação "Rosario" - - - cumpre as exigências
 do artigo 149. do Decreto 3.010. de 20 de agosto de 1938.

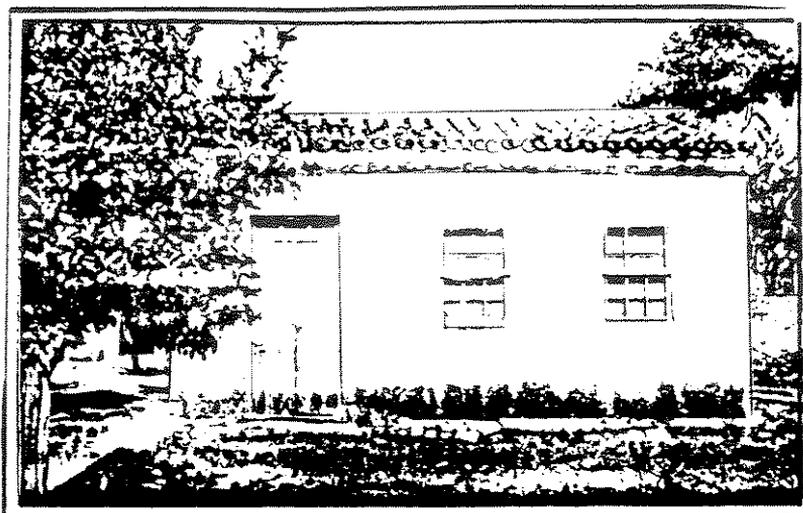
DELEGACIA DE POLICIA DE JUNDIAÍ

29 de A G O S T O de 1939

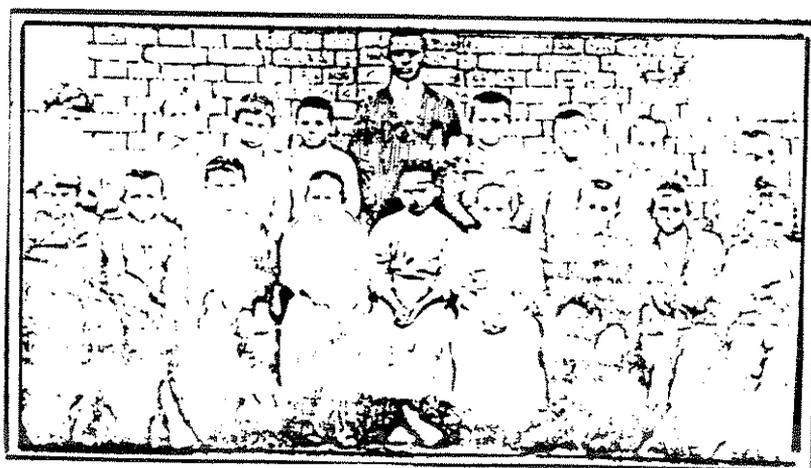
Paulo Carlos de Menezes
 Delegado de Polícia

O interesse pelo ensino, somado à necessidade da manutenção dos valores culturais dos imigrantes e a vontade de manter a população no local, foram responsáveis pela construção da primeira escola do Traviú, que, anos mais tarde, transformou-se na E.E.P.G."Jurandyr de Souza Lima".

A primeira Escola do Bairro do Traviú - 1917



Alunos do bairro do Traviú com o prof. leigo Alexandre Vacari: Aurélio Lorenzon, Hermínio Condini, José Tomasetto, Amadeu Tomasetto, Atilio Rizzetto, Eloy Condini, Ricardo Steck, Luiz Carbonari, Luiz Lorenzon, Sperendio Tomasetto, Angelo Boriero, Noemi Lorenzon, Amália Lorenzon, Élide Tomasetto, Rodolfo Carbonari, Giacomo Lorenzon e Armando Steck.



Desde os primeiros tempos a "comunidade" do Traviú , tradicionalmente católica, se reunia para orações e cânticos sacros em procissão. Embora hoje as manifestações dos fiéis do bairro se apresentem com outras características, a expressão da Igreja no Traviú é marcante. No local, os conflitos sociais são atenuados com o auxílio e poder da igreja junto à força da tradição cultural. Essa fusão tem facilitado, certamente, a gestão daquela "comunidade".

Procissão ao Monte Traviú - final do século XIX



**Procissão ao Monte Traviú, no final do século XIX
Arquivo pessoal da família de René Thomazetto**

Na construção de uma imagem de si mesmos, os moradores do bairro adotam uma postura de realização de festas tradicionais e comunitárias. A primeira Banda do Traviú fortaleceu a fundação da Segunda Corporação Musical do bairro, Lira Traviuense. Embora tenha sofrido com o falecimento dos principais músicos diretores, ela é retomada através da composição recente da canção "Cento Anni di Traviú", uma homenagem ao centenário do bairro, em 1993⁶¹.

Primeira Banda do Traviú - Início do século XX



Dos componentes da banda, 4 (quatro) eram da família Carbonari; 5 (cinco) pertenciam à família Lourenzon; 1 (um) à família Steck; 1 (um) à família Rizzetto e 1 (um) à família Pompermayer. Quanto aos demais, um deles entrou para o grupo através do casamento, o outro era o padre da paróquia local e dois deles não identificados.

⁶¹ Cento anni di Traviú. Anexo 4, capítulo I.

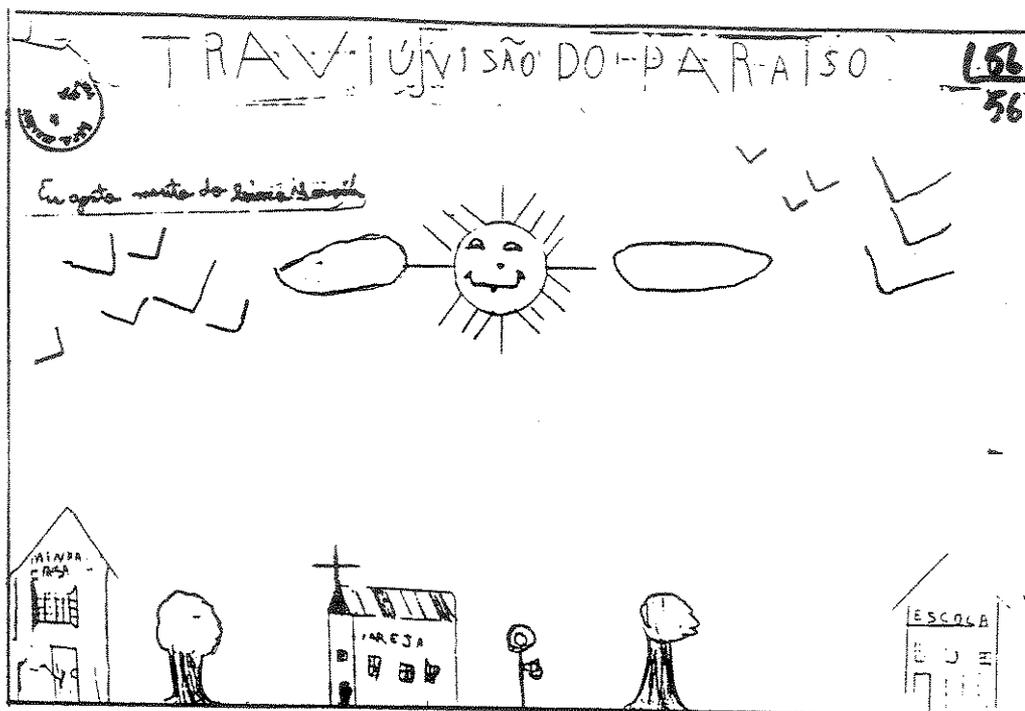
Ao se aproximar o ano do centenário do Traviú, 1993, o interesse em preservar esta versão vitoriosa da origem do bairro tornou-se ainda mais intensa. As famílias proprietárias viram a igreja, a escola, o grêmio e o clube particular como locais privilegiados para a realização de diferentes eventos comemorativos.

Os organizadores da festa entraram em contato com os diretores das demais instituições para a “troca de idéias” sobre a programação.

Na época, atuando como diretora da escola, fui convidada, antecipadamente, a participar da missa, juntamente com minha família, doando durante o ofertório, simbolicamente, objetos escolares⁶². Sem dúvida, o gesto, à primeira vista tão honroso, procurava assegurar a união de três instituições fortes para a “comunidade” do Traviú: escola-família-igreja . Aquele é um “bairro de família”, como confirma o obelisco fixado em local de destaque.

⁶² Fica evidente a preocupação em definir o lugar da mulher na família e na “comunidade” O convite, extensivo à família, demonstra mais uma vez que a profissionalização da mulher é aceita desde que o vínculo com a família permaneça. No Traviú, a primeira identidade feminina é da esposa, seguida pela da mãe e só por último, a de profissional. Minha experiência não é única. As lembranças de Dona Juventina Brandão Tomazetto, 66 anos, merendeira da escola, desde 1969, reforça o problema em relação ao gênero feminino. “ ...ali no Traviú, eu era muito humilhada, inclusive, a Aletícia Tomazetto dizia: -Por que você vai trabalhar na Merenda? É para aparecer, para conhecer autoridades?...”

Imagem do bairro Traviú numa representação em forma de desenho.



Aluno do Ciclo-básico continuidade da escola do bairro.

Os acontecimentos até aqui narrados evidenciam que a Escola Pública do Traviú, diferente de outras, só pode ser compreendida no interior de um longo processo histórico, perpassado por lutas e contradições.

Nela, existe mais que a burocracia oficial do ensino e a sala de aula com sua dinâmica própria. Ali, conta também, e muito, a vida pessoal de cada um e do grupo, ou melhor, dos diferentes grupos sociais.

No local, pode-se perceber a insistência de um esforço tão grande em “participar”, que se revela pela cooptação e se traduz numa política de domínio⁶³. É sobre isto que falaremos a seguir.

⁶³ Cf. os relatos de diretores e professores do Traviú que reforçam essa hipótese, como veremos no próximo capítulo.

Anexos do Capítulo I

(ANEXO 1)

Título de remoção da professora Brandina Penteado.

G/M



ESTADO DE SÃO PAULO

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO remove, por concurso, a professora d.BRANDINA PENTEADO, da escola mista de Mátó Dentro, em Bragança, para a 2a. mista de Traviú, em Jundiá.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos
21 de Janeiro de 1936.

Antônio de Almeida
Almeida

(ANEXO 2)

Certidão de Nascimento de Carolina Thomazetto Carbonari.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DA CAPITAL

Primeira Circunscrição do Registro Civil de Pessoas Naturais Freguesia de Candelária, Ilhas e Santa Rita - Sede Av. Erasmo Braga 111, sala B-101 - Sucursal Estrada da Cacuia, 2574

GUILHERME AUGUSTO DA ROCHA VIANNA
OFICIAL

DONALDSON GOMES DE ANDRADE
SUBSTITUTO

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICA que a fil. 269 do livro SA14-3 Sob o n.º 2.215 de registro de nascimento, foi lavrado hoje o assentamento de ////// Carolina Thomazetto Carbonari //////////

nascido(a) 25 de agosto de 1979 às 13 horas e 45 minutos na clínica Bosa Parca, na Ilha do Governador

do sexo masculino, filho(a) de José Carlos Thomazetto Carbonari e Rosa Bonetto Carbonari

sendo avós paternos Angelo Carbonari e Rosa Bonetto Carbonari

e maternos Marcellino Thomazetto e Aleticia Carbonari Thomazetto

Foi declarante A MENIDORA

e serviram de testemunhas Edward Gonçalves Cardoso e José Osvaldo Lira

Observações

Estado do Rio de Janeiro, 21 de setembro de 19 79

O Oficial
[Handwritten Signature]
Matricula - I. 283 06/04/75

(ANEXO 3)

Cópia das atas de reunião do clube particular "Sociedade Amigos de Traviú"

Ata número 245 (duzentos e quarenta e cinco). Aos trinta dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e noventa, foi realizada a assembléia da diretoria da Sociedade Amigos de Traviú, onde foram tratados os seguintes assuntos: reunião de alguns representantes da comunidade realizada dia nove de janeiro do corrente mês com o objetivo de planejar e organizar o trabalho dos mesmos para a festa da uva 90. Decidiu-se que na venda da uva, seria destinado 10% (dez por cento) do valor para as obras beneficentes do bairro... a renda da festa, como já foi escrito anteriormente, será para benefício da comunidade, sendo distribuído para as entidades: Sociedade Amigos de Traviú; Grêmio Traviú; Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Primeiro Grau "Jurandyr de Souza Lima" e Igreja Nossa Senhora das Vitórias, cabendo à Sociedade Amigos de Traviú a administração do dinheiro e sua distribuição.

Ata número 246 (duzentos e quarenta e seis). Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 1990 foi realizada a assembléia da diretoria do clube Sociedade Amigos de Traviú, onde foram tratados os seguintes assuntos: reunião com os membros da Associação de Pais e Mestre da Escola Estadual de Primeiro Grau "Jurandyr de Souza Lima" situada neste bairro, contando ainda com a presença dos senhores René Thomazeto e José Jacob Carbonari, mais os componentes desta diretoria, para combinar detalhes referentes à inauguração do novo prédio escolar. Definimos o dia, horário e combinamos fazer um coquetel sob a responsabilidade deste clube, ficando a cargo do mesmo: salgadinho, chopp e refrigerante. À prefeitura coube convidar as autoridades necessárias e a nós convidados do bairro. A inauguração ficou marcada para o dia quinze do corrente mês às dezoito horas.

Ata 247 ... Foi atendido o pedido da escola "Jurandyr de Souza Lima" para a prática das aulas de Educação Física em nosso ginásio de esportes. Houve uma reunião com algumas pessoas do bairro com a finalidade de promovermos gincana esportiva no decorrer do mês de abril, aniversário do nosso bairro ... Foi destinado para a APM da escola "Jurandyr de Souza Lima" a importância de 31% (trinta e um) por cento do que foi arrecadado na barraca do churrasco na festa da uva 90.

(ANEXO 4)

Música e letra da canção Cento Anni di Traviú.

CENTO ANNI DI TRAVIÚ

C'è un pos-to ca-ro e bel-lo che va dal mon-te al-tre i
valli tan-te vi-ti nei vi-gne-ti mi-le fran-de nei vi-a-
-li ver-de e fio-ri nei quin-tali li-bran li-bran li-
bran li-bran li-bran libian, li-bran li-bran li-
bran li-bran li-bran li-bran li-bran
E' o-ra e can-tan tut-ti in o-mag-gio ai nos-tri ca-
ri per i cen-to an-ni ben vis-su-ti.

C'è un posto caro e bello
Che vá dal Monte oltre i valli
Tante viti nei vigneti
Mille fronde nei viali
Verde e fiori nei quintali.

Libian, libian, libian...
È ora, e cantan tutti
In omaggio ai nostri cari
Per i cento, anni ben vissuti.

Da lontano son venuti
De 'sto posto li abitanti
D'oltre mare furon i primi
Che belle cose hann fatto tante
Delle quali siamo amanti.

Libian, etc.

In questo anno giubilare,
Del Traviú faccian la festa
Ricordiamo li antenati
Del suo posto il compleanno
Pur presente tutti li anni.

Libian etc.

MAIO DE 1902

(ANEXO 5)

Questionário aberto para entrevistas

1. Você mora no bairro? _____ Há quanto tempo? _____
 - que faz? _____
 - qual é o local de trabalho? _____
2. Além do conhecimento transmitido na escola, na sua opinião, a escola desse bairro serve para alguma outra coisa? _____

3. Você vê alguma diferença entre a escola do bairro hoje e de alguns anos atrás? _____ Quais? _____

4. Você conhece a história do bairro? _____ Quem contou para você? _____

5. Na sua opinião, quem manda no bairro? _____
Por que você vê dessa forma? _____

6. E quem manda na escola? _____
Por quê? _____

7. Em relação ao passado, você acredita que sua família hoje, no Traviú, se encontra em situação econômica:

_____ melhor _____ pior _____ igual
8. Se você pudesse fazer alguma mudança no bairro, por onde começaria? _____

9. E na escola do bairro, você acha necessária alguma mudança? _____
De que tipo? _____

CAPÍTULO II

Do passado ao presente: a história da escola

“ ... a memória onde nasce a história que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens...”

(Jacques Le Goff , 1994)

CAPÍTULO II

Do passado ao presente: a história da escola

1. Burocracia e Cotidiano

Ao focar, neste capítulo, a unidade escolar como um espaço de relações sociais, o objetivo foi alcançar um distanciamento do padrão burocrático mais evidente. Melhor dizendo, neste caso procura-se trabalhar os múltiplos fatores existentes num processo de identificação burocrático para compreender a origem social carregada para dentro da carreira escolar e, posteriormente, para o universo de trabalho.

No Traviú, esta origem social é o elemento mais densamente observável no interior da escola. A distinção entre os alunos ricos e pobres é quase visual, amenizada apenas pelo uso do uniforme. Mas, tanto os funcionários quanto os corpos docente e discente sabem quem é quem, sem precisar de qualquer tipo de nomeação formal.

Além da diferença de origem social - proprietários e trabalhadores - há também a diferença de “herança cultural”; ali, os alunos se diferenciam não pela vestimenta mas pelo próprio modo de falar, de gesticular, de expor suas idéias, enfim, aqueles que são descendentes dos imigrantes fundadores do bairro carregam uma história de vida marcada pelo signo da vitória de seus antepassados. E, no fundo, como mostramos no primeiro capítulo, todo o processo de formação da E.E.P.G. “Jurandyr de Souza Lima” evidencia os interesses dos grupos proprietários dominantes.

Os alunos pobres, filhos de trabalhadores rurais - e eles próprios trabalhadores do campo também - vivem uma experiência diferenciada : a escola transmite, para eles, uma realidade desconhecida. Através da escola, ao mesmo tempo, são empregados mas também se apropriam de um saber dominante. O campo de lutas mantém-se num terreno movediço que se estende ou distende dependendo do aproveitamento dado pelos pobres àquilo que aprendem na escola: se apenas assimilam os conhecimentos, perpetuam a ordem social do bairro, marcada por profundas desigualdades. Se pelo contrário, se apropriam deste conhecimento e o transformam em estratégia de luta, os conflitos sociais locais do Traviú se intensificam⁶⁴.

É isto que se percebe na atual situação concreta da escola: a reorganização escolar promovida pela Secretaria da Educação no corrente ano, (1996) "inundou" a escola de crianças pobres, vindas de bairros pobres da vizinhança. Embora estas crianças sintam-se, muitas vezes, constrangidas diante da riqueza local, seus pais estão felizes, acreditando que poderão, através de um ensino melhor, alterar a situação em que se encontram atualmente.

São estas particularidades sociais, que o padrão burocrático de registro tende a homogeneizar, devido mesmo às próprias exigências oficiais⁶⁵. Mas pensamos que a recuperação da escola, enquanto espaço social de lutas e jogos políticos pode ser levada adiante no interior da sociedade em que é produzida. Nesta pesquisa, tenta-se mostrar que esta alternativa é viável, podendo, inclusive, garantir uma compreensão melhor da realidade escolar em relação às possibilidades de mudança⁶⁶.

⁶⁴ Pierre BOURDIEU, *Coisas Ditas*, *passim*.

⁶⁵ Fernando Motta mostra como a burocracia se transforma num instrumento para aliviar e homogeneizar as diferenças. Ver Fernando C. Prestes MOTTA, *O que é burocracia*, p. 24.

⁶⁶ No terceiro capítulo, tentaremos indicar caminhos para análise qualitativa da burocracia escolar.

Essa questão mais ampla, da qual a burocracia do sistema educacional não consegue dar conta, ou seja, essas relações e diferenças que existem nas escolas⁶⁷, torna a escola do Traviú um caso para análise científica. Para tanto, esse estudo procura considerar as *interações visíveis* que se desenrolam no interior da escola do bairro, insistindo também nos *laços invisíveis* que associam as pessoas que vivem e agem dentro dela numa *cooperação de concorrência*⁶⁸.

Nesta ótica, procurando observar a escola como processo em construção e não como algo juridicamente fechado sobre si mesmo substituímos o critério jurídico, no qual se baseia a burocracia, pela construção das relações sociais, pertinentes ao cotidiano escolar, tal como ensina Pierre Bourdieu⁶⁹. Em outras palavras, a escola está sendo vista aqui como uma escola de bairro com seus modos próprios de organização, seu prédio, seus documentos escritos. Mas também com as suas relações de poder que geram ambigüidades na participação dos diferentes grupos em seu interior.

Em função do crescimento populacional do bairro, em 1961 foi construída a E.E.P.G.(agrupada) do Bairro Traviú. Em 1985, ela foi transformada em E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima". Nessa ocasião, inclusive, devido à falta de

⁶⁷ Dentro da análise de "Uma perspectiva de conjunto para o estudo da instituição escolar e do processo de escolarização", ver texto de Jean-Michel CHAPOULIE e Jean-Pierre BRIAND pp 1-46. Nesse estudo salienta-se o tripé que sustenta a instituição, ou seja, as três forças que agem sobre a escola: a do domínio político, a da demanda populacional, que se somam no interior da escola, com a do corpo docente e especialista de educação; dessa somatória se filtra a política escolar daquele respectivo estabelecimento. Ver também sobre a diferenciação escolar, Jean-Manuel DE QUEIROZ, *L'école et ses sociologies*; "L'établissement et son contexte: unité d'analyse", pp. 98-114.

⁶⁸ Cf. Norbert ELIAS, as relações invisíveis são reais tanto quanto as relações visíveis. Resultam das associações de pessoas nas quais estão ligadas umas às outras por um modo específico de dependências recíprocas nem sempre visíveis. Um exemplo que explica a imagem desse processo permanente de relações em cadeia é a do tabuleiro do jogo de xadrez. Ver Norbert ELIAS, *op.cit* capítulo IV p.118; ver também Roger CHARTIER, *A história cultural entre práticas e representações*, capítulo III, p.102.

⁶⁹ Cf. Pierre BOURDIEU em *O poder simbólico*, capítulo VIII "A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico", pp. 209-254.

espaço físico, foram cedidas as dependências do Grêmio Traviú, pela população local para uso escolar⁷⁰.

A E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima" foi criada pelo decreto 24.538, de 2 de janeiro de 1986. Sua denominação foi dada através da Lei n. 4.828, de 12 de novembro do mesmo ano. Em 1990, foi inaugurado o prédio atual com capacidade para abrigar um total de 648 alunos, embora a demanda escolar do bairro ainda esteja abaixo da plena capacidade física do estabelecimento.

A análise qualitativa da escola só pode ser aprofundada quando consideradas as diversas categorias sociais que atuam no seu cotidiano. Essa atuação, por sua vez, está circunscrita aos momentos e movimentos da história do lugar onde existe a escola. Assim, a escola só pode ser compreendida, em toda a sua complexidade, quando estas diferentes categorias sociais e suas respectivas histórias são encaradas como elementos constituintes da instituição de ensino.

Aquilo que, à primeira vista, pode parecer confuso revela, ao olhar atento, a existência de uma diversidade social que o critério jurídico da burocracia não pode alcançar porque é essa diversidade social que leva à diferenciação interna da instituição⁷¹. A burocracia além de encobrir e homogeneizar as diferenças, freqüentemente, ela representa poder, repressão e controle. Ela perverte as relações humanas, traduzindo-as em dados distantes. Coloca o impessoal no lugar do pessoal⁷².

⁷⁰ É possível perceber o empenho dos moradores na construção de uma boa escola para o bairro, conforme anexo 1 do capítulo II.

⁷¹ CHAPOULIE e BRIAN, *op.cit.*, p. 29.

⁷² Maurício TRAGTENBERG, *Burocracia e Ideologia*. Capítulo IV.

Na E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima", assim como nas demais escolas e em toda sociedade, a escola pública do bairro é entendida pelos moradores mais tradicionais do local, como um espaço do qual podem e devem se apropriar, legitimam tal apropriação trabalhando para a melhoria das condições físicas da escola e da qualidade do ensino.

Diferentemente do que ocorre na maior parte das escolas públicas, nesta, a comunidade tem um enorme acesso. Os moradores do Traviú não vêem a escola como se fosse um "favor" do Estado. Conhecem seus direitos sociais, abandonando uma posição de submissão e, mesmo considerando as limitações que os regimentos escolares impõem, conseguem se fazer presentes nas decisões do cotidiano escolar.

De outro lado, o especialista de educação, envolvido pelas marcas próprias e históricas do local identifica cada uma das pessoas, sua condição econômica e suas aspirações à partir de outros critérios. Mas ele também está no centro de um equilíbrio de forças entre o geral - as normas e regras adotadas pela Secretaria de Educação - e o particular - os conflitos existentes no dia à dia daquela escola. Como deve, portanto, trabalhar essa problemática em relação a esses dois universos diferentes, mas necessariamente entrelaçados?

São estes questionamentos que percorrem toda a análise feita a seguir. Neste capítulo, será abordado, inicialmente, a diferenciação interna da instituição e em seguida, tratar-se-á a questão dos registros.

A história da escola, que procuramos construir por meio de diferentes fontes, é um caminho possível para a análise desta diferenciação, bem como da atitude dos profissionais da educação diante dessa realidade e seus efeitos.

2. Entre o ontem e o hoje: a inserção da população no cotidiano escolar.

A presença da escola como fato importante para a vida dos filhos dos moradores do Traviú pode bem ser observada nas fotografias do bairro e nos depoimentos dos mais antigos moradores.

A primeira escola data de 1917, tendo como professor Alexandre Vaccari. Mesmo antes dessa fundação, as primeiras letras eram ensinadas de maneira assistemática por um dos membros das famílias instaladas no local, o senhor José Condini e também pelo padre Armando Guerazzi. Alexandre Vaccari, filho de imigrantes italianos, procedente do Núcleo Colonial de Jundiaí, embora leigo, foi convidado pelo padre Guerazzi a se ocupar da instrução dos filhos de italianos do bairro, passando a ser considerado o primeiro educador do Traviú.

Mercedes Vaccari, 80 anos e Herman Vaccari, 63 anos, ambos filhos do Prof. Alexandre Vaccari contam orgulhosos a trajetória escolar do pai, mostrando-a de modo muito semelhante a de tantos outros imigrantes do início do século.

“...nosso pai foi para o Traviú depois que fugiu do seminário de padres alemães em Pirapora. No seminário permaneceu dos doze anos até atingir sua maioridade. Ele nunca teve vocação para o sacerdócio, mas sofreu pressão por parte dos nossos avós, aliás, na época era quase obrigatório ter uma freira ou um padre na família. No seminário adquiriu uma cultura musical fabulosa além de sair dominando quatro idiomas fora português...”⁷³”

Inicialmente, Vaccari foi contratado pelos “patriarcas” do bairro para dar aula aos filhos dos imigrantes, ensinando-os a ler, escrever e contar. Mais tarde,

⁷³ A trajetória da família Vaccari se assemelha, assim, à trajetória de tantas outras famílias do Brasil, desde o período colonial, que se esforçavam por fazer, de pelo menos um de seus herdeiros, um padre ou freira. Ver Maria Elizabete XAVIER et. alli. *História da Educação*, pp. 25-122. Ver também foto, anexo 2 deste capítulo.

porém, estimulou o interesse dos jovens, na faixa dos 20 anos, pela instrução musical. Vaccari iniciou suas aulas de música e não tardou a formar a 1ª Banda no Traviú, com o incentivo e auxílio do padre Armando Guerazzi.

Portanto, desde o início do século, o clientelismo favoreceu o fortalecimento das relações entre a banda do bairro, a escola e a igreja. As pessoas que ocupavam estes três lugares eram - e continuam a ser - as mesmas: O padre indica o professor, que cria a banda que toca nas festas religiosas, composta por outros imigrantes, que mandam seu filho à escola, vão à missa, contribuem com os dízimos e se divertem aos domingos ouvindo a banda tocar . Os espaços públicos do Traviú, inclusive a escola, são ocupados sempre pelas mesmas pessoas, geração após geração. Criam um padrão de comportamento e de atitudes que tendem a reforçar esses vínculos e a considerar como "estrangeiro", qualquer um que pense de modo diferente ou queira se contrapor à tradição por décadas construída.

Residindo no Traviú, Prof. Alexandre Vaccari casou-se com uma das alunas, Maria Tomasetto, de 16 anos, filha de um dos imigrantes fundadores do bairro. Aos 17 anos Maria teve sua primeira filha , Mercedes, seguida de outros dez filhos:

"... ah! meu pai era muito severo tanto na escola como em casa. Ele ensinava os alunos por uma cartilha que não me lembro o nome, só sei que tinha uma vaquinha. O que jamais esqueço é que fazia só cinco dias que estava na escola e eu respondi alguma coisa errada e ele me bateu no rosto com toda a força - isso me marcou muito !..."

Semelhança e diferença se fazem presentes na memória do cotidiano escolar. Como em outras escolas, o castigo físico era amplamente usado e reconhecido como método legítimo de ensino⁷⁴. Porém, diferente de muitas, esta escola esteve ligada, desde a origem, a um grupo de proprietários de terra

Em 1923 a escola do Traviú transformou-se em escola pública. O leigo Alexandre Vaccari foi substituído pela professora vinda da Escola Normal, titular de cargo público do Estado, professora Clotilde⁷⁵. Logo após sua chegada, Vaccari mudou-se do bairro e foi administrar uma fazenda em Jundiáí⁷⁶.

Entre o passado e o presente, buscamos compreender como se deu o processo educacional na escola do Traviú. Dentre os diversos depoimentos recolhidos, destacamos o da professora Dona Brandina Penteado, sem sobrenome italiano, com 84 anos, removida em 1936 para a 2ª Escola Mista Rural de Traviú.

“...eu me lembro que na escola existia somente livro de chamada, de matrícula e de inventário. Nada do que dávamos era registrado. O programa a gente desenvolvia da forma que tinha aprendido na escola normal. Eu mesma estudei na Escola Carlos Gomes em Campinas e lá adquiri uma boa base porque era preciso ter muitas horas de regência de classe (...). A primeira coisa que eu fazia quando chegava em uma escola nova era uma classificação geral: pegava a classe inteira e examinava para ver o grau de inteligência, saúde dos alunos. Via se o menino era surdo, se enxergava, se tinha memória ou se era distraído. Daí eu levantava as três questões A-B-C, isto é, médio, forte, fraco⁷⁷. Sempre usei o método analítico

⁷⁴ Sobre o castigo físico na disciplina escolar, ver: Michael FOUCAULT, *Vigiar e Punir*, pp. 125-206.

⁷⁵ Observa-se que quando o sobrenome é italiano é fácil encontrá-lo, caso contrário, não. Provavelmente o sobrenome da Profa. Clotilde seja português.

⁷⁶ O quê confirma a idéia de trabalhador- morador; discussão levantada no capítulo anterior - só mora no Traviú se tiver prestando serviço à população do bairro.

⁷⁷ Classificar os alunos significava também estigmatizar os considerados mais fracos. Este era um recurso amplamente utilizado pelos “pedagogos” do final do século XIX e início do XX. Ver Philippe ARIÈS, *A História Social da Família e da Criança*, pp. 174-197.

porque para mim o método sintético de Tomaz Galiardo era para crianças retardadas, aquilo era uma afronta para crianças normais: $b+ a= ba$, isso não tem sentido. Eu partia do princípio: interessar primeiro para ensinar depois; sem interesse não há atenção e sem atenção não há aprendizagem. Eu dava a cartilha inteirinha na lousa. No método analítico você sabe, parte da história para as frases, da frase para as palavras e das palavras para as sílabas e das sílabas para as vogais. Desse jeito a criança se interessa e é mais fácil para gravar. Se você for numa rua que tem portinha, portinha igual você não se acha, mas se for numa rua que tem quitanda, mais adiante pastelaria, você se orienta melhor. Eu desenhava com giz colorido uma linda boneca, caprichava no seu chapéu e aí eles iam montando a história oralmente. Eu escrevia na lousa e eles iam lendo aquilo que eles falaram e saiam felizes pensando que já estavam lendo (...). Em aritmética eu objetivava tudo ! Nunca eu mandei um aluno escrever um número sem saber o que era. Eu levava vários objetos, porque mandar escrever números de 0 até 50 como cópia não adianta nada. Depois iniciava os sinais com representação na prática e dava frações e problemas. Em história, geografia e ciências dava noções. Tinha também aula de trabalhos manuais e religião. (...) No final do ano o inspetor ia com auxiliares aplicar o exame. As provas vinham lacradas. No dia do exame eu pedia para os alunos virem limpinhos e calçados. Aconteceu um fato engraçado - depois que foram distribuídas as provas de linguagem e começaram a distribuir as de aritmética um aluno chamado Nemézio Rizetto, 2º ano, arrancou de repente os sapatos e as meias. Sua irmã Íria Rizetto quando viu aquilo falou: - 'Que fára Nemézio, vô contá para a máma que tirô os sapato !' Ele respondeu no mesmo instante: - 'Não tá vendo, Íria, que tá chegando a hora das conta ..."

Foto dos alunos com a professora D.Brandina - 1936



Brandina explicou no seu depoimento, as diferenças entre os alunos calçados e os descalçados. Embora fossem todos “italianos”, os descalços eram os mais pobres: “Os Carbonari estavam sempre de sapatos”. Impossível não estabelecer uma comparação entre essa realidade e aquela vivida pelos escravos no século passado. A marca da escravidão eram os pés descalços⁷⁸.

O que Dona Brandina relata de modo pessoal e emocionado revela aspectos mais gerais sobre a história da escola pública no Brasil. A data de sua remoção para o Traviú, 1936 é também o momento em que ocorre no Brasil uma série de ações planejadas pelo Estado no sentido de organizar, em nível nacional, o ensino e ampliar o processo de identificação das pessoas pelo Estado (critérios de registros, papéis de identidade para controle, identificação por meio de arquivos). A abertura de ministérios, departamentos, conselhos, autarquias e outros, com a conseqüente constituição de um forte aparelho burocrático, mostra a tentativa de controle, por parte de Estado, de todas as esferas da vida pública. Estudos apontam

⁷⁸ Sidney CHALHOUB, in *Revista Trabalhadores* n° 6. “Classes perigosas”, pp. 2-22.

que, nesse período, todos os estados, tiveram o maior número de contratações de funcionários públicos⁷⁹. Mostram também a maneira pela qual se desenvolveu no Brasil o processo de burocratização.

O sistema escolar passou a se caracterizar, a partir do Estado Novo, como uma organização complexa, implicando numa exagerada dependência de regulamentos⁸⁰. Com a evolução da máquina burocrática, a padronização de regras dificultava sua aplicação a diferentes grupos de pessoas e de realidades.

Neste sentido, Maurício Tragtenberg mostra que a burocracia escolar é, na verdade poder, repressão e estratégia de controle. Disfarçada pela idéia de racionalização e, portanto, de eficiência, a burocracia acaba por esvaziar as relações humanas, lugar central de qualquer prática pedagógica.

O padrão burocrático e oficial de registro da vida escolar se revela, quando analisado mais qualitativamente, como um complexo sistema de vigilância, plenamente hierarquizado, ou melhor, como um reservatório que “permite o conhecimento e o controle perpétuo de sua população através da burocracia escolar, do orientador educacional, do psicólogo educacional, do professor ou até dos próprios alunos”, como já bem demonstrou Maurício Tragtenberg.⁸¹

A criação oficial pelo Estado da Escola Mista Rural de Traviú, foi um marco importante para a população do bairro. Entretanto, muitas eram as dificuldades encontradas. Estas dificuldades envolviam desde o idioma “italianado” dos habitantes do bairro até o acesso difícil dos professores à região. Lembra o

⁷⁹ Sérgio MICELI, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, p. 133.

⁸⁰ Maurício TRAGTENBERG, *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*, pp.35-54.

⁸¹ Maurício TRAGTENBERG, *Educação e Sociedade*, pp. 40-45.

senhor Bonddio Tomazetto, 80 anos: " eu mesmo fui muitas vezes buscar e levar a professora Clotilde de charrete na estação ferroviária de Louveira".

Sorrindo, Dona Mafalda Steck Tomazetto, 73 anos esposa de Bonddio, confirma lembrando:

"... é, naquela época os alunos eram impossíveis...sabe, aqueles que tinham vindo das famílias do Tirol, eles eram esquentados, briguentos e mal educados. A professora dava um duro que só vendo⁸²..."

Essas lembranças foram complementadas com o depoimento da professora Brandina Penteado, sem sobrenome italiano portanto, com 84 anos. Junto com as memórias de dona Brandina caminham os jogos políticos que ajudaram a construir a história da escola. Esses jogos são visíveis na trajetória das professoras e podem ser compreendidos como resultado de um conjunto de iniciativas por meio dos quais os imigrantes trabalhavam para orientar, em seu proveito, a instituição escolar.

"...eram duas salas separadas, uma funcionava no lugar que hoje é o pátio da igreja com a professora Lutércia Pichi e a outra funcionava em uma sala no terreno da viúva dona Maria Lourençon, mãe de dez filhos. A substituta não pagava aluguel, também, ela era filha de italianos; já, eu, pagava todo mês vinte e cinco mil réis (...)No início ia e vinha todos os dias de trem de Jundiá a Louveira. Pagava cento e cinquenta mil réis de charrete que era dividido entre minha colega e eu. Depois veio uma efetiva que não podia viajar porque tinha sido operada e

⁸² O riso de Dona Mafalda está relacionado ao fato de que ela e seu marido são de regiões diferentes da Itália: ela do Tirol e ele de Trento. Neste caso, as diferenças de origem não impossibilitaram o casamento, embora, jamais tenham sido apagadas de suas lembranças.

então passamos a morar no bairro (...) A gente morava na casa do Sr. Roberto Carbonari Filho, de segunda a sábado. Pagávamos duzentos mil réis por casa e comida. Lá era tudo muito bom (...) Meu salário era de quatrocentos mil réis e no final do ano tinha um prêmio do Estado de seiscentos mil réis para quem tivesse preenchido três condições básicas: frequência da classe, promoção dos alunos e atividades da professora...”.

Reconvertendo seus capitais em poder social⁸³, os imigrantes ao se tornarem proprietários de terras, procuraram usar uma espécie de relação clientelista⁸⁴ que passou a funcionar como princípio de poder social. O estranho, leia-se o não italiano, é encarado como suspeito e um tipo de estratégia utilizada para afastá-lo é a de neutralizá-lo. Por exemplo, o custo elevado do transporte de charrete e a oferta da moradia foram, indiretamente, uma forma de obrigar a professora de fora, designada pelo Estado, a permanecer no bairro, convivendo com os italianos e, portanto, absorvendo parte daquela cultura. Ainda assim os valores dos aluguéis e o tratamento doméstico dispensado às professoras variava de acordo com a origem das mesmas. Àquelas designadas pelo Estado - vistas aos olhos dos imigrantes como impostas de cima para baixo - restavam apenas duas alternativas: ou submetiam suas vidas privadas à vigilância do proprietário, suportando situações que mesclavam acolhimento e recusa, ou afastavam-se daquela escola.

Não parece estranho supor, mediante o relato da diferença de tratamento dispensado às professoras de acordo com suas origens, que era a segunda a mais desejada pelos italianos em relação às “forasteiras”. Além disso, moça jovem viajando diariamente e só, representava um exemplo perigoso e uma

⁸³ Michel Offerlé analisou a oferta de bens privados transformados em bens abstratos, nos meios urbanos, no final do século XIX, ver: Michel OFFERLÉ, “Mobilisation électorale et invention du citoyen - L'exemple du milieu urbain français a la fin du XIX” (mimeo)

⁸⁴ Ver, Ana Maria Fonseca de ALMEIDA. “Administração da Educação Pública e Construção de Prédios Escolares: um estudo de relações clientelistas”, Capítulo III, 1993, Unicamp.

ameaça ao recato das moças do bairro. Em outras palavras, havia ou o enquadramento moral, ou o banimento. Foi uma estratégia ambígua, também, porque colocava o educador “de fora” sob a vigilância das famílias do bairro mas, ao mesmo tempo, permitia a esse educador observar de perto as peculiaridades do grupo; ameaça, é claro, minimizada pela força do coletivo sobre o individual. É ainda Brandina quem relata:

“... ao chegar nessa escola achei os alunos muito indisciplinados em relação aos das outras escolas. Ali não tinham brasileiros, todos italianos (sic). Eles não eram humildes, às vezes, nos desafiavam mesmo. O Adolfo Pompermayer uma vez me levou umas laranjas muito bonitas. Depois ele não soube a tabuada e eu o coloquei de castigo. Ele falou assim para mim: - ‘Tó, que eu trago mais laranjas...’. Eu peguei as laranjas e devolvi para ele. (...) Imagine, logo no primeiro dia de aula foi só passar uma charrete buzinando que eles saíram até pela janela e eu fiquei sozinha na classe. No outro dia eu combinei o seguinte: batia palma e eles giravam a perna, batia outra vez ficavam de pé e mais uma vez eles viravam para frente. Daí formavam fila e só daí saíam. Creio que eles ficaram com muita “asa” porque os pais colocaram aquela professora para fora - aquela que esfregou o rosto da menina na lousa e saiu sangue do nariz (...). Naquela época não tinha reunião de pais, eles só vinham na escola quando acontecia casos especiais como o da criança que a professora machucou ou ainda, para reclamar que as crianças não tinham livros. Que mães ignorantes!, queriam livros, que livros que nada, o Estado mandava giz uma dúzia de lápis, tabletes de tinta e uma resma de papel pautado. Eu é que costurava na máquina e montava os cadernos para os mais carentes.(...) Só depois que eu passei a dominar a classe é que as mães passaram a confiar em mim. Davam-me até dinheiro para comprar material escolar e também para trazer carne, aviamentos, tecidos, enfim, tudo que precisavam. Elas eram agradáveis para mim, mandavam flores, frutas, frangos, sempre me agradavam...”

Além daquela condição de “auxílio-moradia”, o poder que o grupo manifesta sobre a escola aparece também na troca de favores. Por exemplo, a compra de aviamentos, tecidos pela professora às famílias do bairro recebendo em troca flores, frutas e frangos. A professora é a mulher que, diferente das demais, frequenta a cidade. Outro aspecto em relação ao depoimento da professora Brandina, é o fato de mostrar como se dá a aprendizagem da disciplina escolar. Assim, a professora que imaginava a disciplina escolar como algo natural, não se deu bem no seu primeiro relacionamento com os alunos do bairro. A “falta de disciplina”, como narra a professora Brandina, na verdade era até mesmo desconhecida pelas próprias famílias italianas que não foram escolarizadas na Itália. No entanto, a professora considerou, a princípio, que a causa tivesse sido pela ação da ex-professora que agrediu a aluna, ocasionando a interferência dos moradores junto à inspetoria escolar do município. De qualquer modo, a professora Brandina reconhece no grupo o discernimento sobre os limites da disciplina em relação às agressões físicas e à importância do relacionamento cordial entre a professora e o grupo local. A experiência demonstra que o professor precisa do consentimento daquele grupo para permanecer no local, ao mesmo tempo que as famílias aprovam a atitude firme e disciplinadora do docente. Os alunos, vivendo no meio das plantações, isolados da vida urbana, aprenderam com a professora a disciplina escolar e sua conseqüente situação de inferioridade diante da mesma. Entretanto, a autoridade da professora era limitada pela ação dos pais que, através do exemplo da expulsão, “avisavam” sobre quais deveriam ser as práticas adequadas.

Esta tendência continua existindo até hoje no Traviú. Os professores, funcionários e diretores experimentam situações semelhantes de cooperação/concorrência nas suas relações com os moradores locais. Depoimentos de professoras que trabalharam em diferentes épocas na escola, confirmam essa relação:

“...a escola do bairro Traviú lembra muito uma associação, um clube em que um grupo está sempre em atividade, eu digo, um grupo que está fora da escola (...); a bem da verdade se o grupo concorda com o que está acontecendo ele faz de tudo para ajudar, pois dinheiro e influência não lhes falta, porém se ele não concorda, não só deixa de colaborar como te pressiona...”

(Tânia Regina Ribeiro, professora de geografia)

Tânia mostra claramente que a ajuda só é obtida com concordância. Se o professor, entretanto, adotar medidas consideradas negativas, a ajuda se transforma em mecanismo de exclusão. A palavra associação reforça a força coletiva, como ocorre também no próximo depoimento:

“...sabe, a escola do Traviú, no meu tempo, era muito usada para passar assuntos de interesse da comunidade local, inclusive, minhas aulas de matemática eram muitas vezes interrompidas com diversos informes (...); mas numa coisa eu dou minha mão a palmatória, os pais ali atuavam e atuavam firme com os filhos...”

(Jane de Martello Orsi, professora de matemática)

Aqui, ainda que de forma mais leve, reaparece esta ligação entre escola e comunidade. Porém, a utilização do termo “interrompidas” pela professora, deixa vaziar, mais uma vez, a impressão de domínio sobre a escola.

Uma professora de ciências também percebeu, rapidamente, a existência dessa pressão coletiva:

“...embora exista diretor e a escola seja subordinada ao governo, as famílias tradicionais do bairro ao mesmo tempo que participam não permitem que se “mexa” nas tradições deles; aquele que não segue suas normas de

alguma forma é excluído de lá, até mesmo gente da escola pública...”

(Elenita Lourençon, professora de ciências)

É interessante notar a denúncia sobre a pressão do grupo, capaz de modificar a vida de um funcionário público, cuja segurança e estabilidade são garantidas por lei. Professores efetivos, entram em remoção quando assim o desejam. Mas a lei e os direitos adquiridos não parecem tão fortes quanto a pressão do grupo, capaz de tornar “insuportável” a vida dos considerados “indesejáveis”. Convém salientar que Elenita reside no bairro há oito anos e sua “fala” tem, assim, o fundamento não só do docente, mas também do morador fundador do bairro, em outras palavras, carrega consigo toda essa tradição, ela faz parte daquele grupo

Num outro depoimento:

“...ah, eu sempre preferi dar aulas aqui porque a clientela é muito boa, melhor que a do meu bairro; os alunos são espertos embora a comunidade de um modo geral é muito prepotente. Quando eu cheguei aqui, as mães vinham pedir coisas para seus filhos por conta dos nossos laços de parentesco. Uma coisa eu posso dizer, sempre coloquei limites e logo ia dizendo: família é lá fora do portão da escola, aqui eu só sou a professora Vandinei...”

(Maria Vandinei Brunelli, professora primária)

Prepotência da comunidade. Mais que isto, Vandinei mostra a exigência, por parte dos pais, de se considerar o privado - o parentesco - como critério de atuação no público - a escola.

“... no tipo de participação daqueles pais, na escola do Traviú, a gente observava coisas muito mesquinhas. Por exemplo, em conversa com uma mãe, comentei que já tinha sido casada. Aquilo repercutiu de tal forma,(...) não em relação às perguntas dos alunos, no dia seguinte, mas

nos próximos contatos e reuniões com as mães. Estas, até então, tinham um carinho que me parecia especial, mas desde aí, mudaram. Ah... sem dúvida, mudaram sim!..."
(professora de C.B. à 4ª séries)

Mais do que a qualidade de ensino, as famílias tradicionais do Traviú, exigem dos professores o que consideram como sendo as "virtudes" morais fundamentais. Uma mulher divorciada, pois foi pelo gênero e não pela profissão que passou a avaliação feita pelas mães, representa um mal para os filhos e uma ameaça de instabilidade familiar.

Como se pode perceber, pelos exemplos até aqui analisados, a escola do Traviú, tem sido encarada pelos ricos proprietários do local como um lugar privilegiado de preparo das crianças para a vida em comum: se herdeiros, serão administradores; se pobres, trabalhadores rurais. A interferência desses moradores na E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima" vai no caminho de um esforço contínuo de preparar a criança para a vida adulta. A escola, junto com a igreja, o grêmio e a família deve impor aos pequenos os padrões sociais, culturais, morais e econômicos dos adultos. Isto é o que querem os proprietários.

Se analisada exclusivamente sob a ótica desses proprietários, a escola pública do Traviú, casa-se perfeitamente com o pensamento durkheimiano: " A educação não é, pois, para a sociedade, se não o meio pelo qual ela prepara, no íntimo das crianças as condições essenciais da própria existência ... A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estudos físicos, intelectuais e morais, reclamados pela

sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.⁸⁵

Aliás, quando se analisa o quotidiano das relações entre a Escola e as demais instituições do bairro do Traviú, percebe-se claramente esta intenção. Esta era a situação, por exemplo, daquela mãe “apavorada” diante de conteúdos que passavam pela questão da sexualidade. Este é o caso também, de alguns dos depoimentos dos professores há pouco citados.

Confirma-se, assim, que a preocupação dessas famílias em relação ao enquadramento moral, ultrapassa a questão dos conteúdos e dos aspectos cognitivos transmitidos pela escola. Para eles, a união entre família, escola, igreja e demais instituições do bairro, como o grêmio, por exemplo, é fundamental para a transmissão dos valores morais do grupo e para o enquadramento das novas gerações.

Assim sendo, certifica-se, uma vez mais, o grande interesse dessas famílias em manter seus filhos na escola pública local, com tantas e tão graves crises, ainda que possuam recursos econômicos suficientes para matriculá-los nas melhores escolas particulares do município e da região. Ali, o domínio se mantém sob a orientação dessas famílias.⁸⁶

O modo como procuram agir na escola, instrumentalizando-a de acordo com os seus interesses, é também o modo como agem em relação à igreja. Na década de 80, os proprietários agrícolas do Traviú, construíram uma casa paroquial para o bispo da cidade. Este, por questões de saúde, jamais chegou a

⁸⁵ Émile DURKHEIM, *Educação e Sociologia*, pp. 31-32.

⁸⁶ Essa questão foi exaustivamente tratada durante o curso de Jean-Pierre FAGUER, Seminário de Administração I, Unicamp, 1996.

ocupar esta residência. No entanto, como conta a irmã Ana Luiza, a casa foi construída com objetivos especificamente religiosos e, na ausência do representante maior a população se mobilizou e trouxe freiras de Atibaia para viverem no local. Irmã Ana Luiza conta que o objetivo desta vinda era o de garantir a ordem moral do local, especialmente em relação aos meeiros e aos empregados locais⁸⁷. Elas, as freiras, deveriam visitar os moradores, lutar pela regularização dos casamentos não “legítimos”, insistir na educação religiosa das crianças, enfim, garantir certa ordem, especialmente em relação à população que vivia no Morangal.

Mais do que semelhança, estas atitudes estão relacionadas entre si. A fusão entre família, escola e igreja se concretizou no ano de 1991, quando foi construída uma gruta no interior na escola, dentro do pátio, conforme mostra o documento em anexo.⁸⁸

Resta, entretanto, o outro lado desta história. Se a ação dos proprietários é compreensível, mais difícil é trabalhar a condição dos pobres no interior deste contexto. Entretanto, esta dificuldade pode ser amenizada através da leitura das entrelinhas dos depoimentos destes trabalhadores:

“... a escola do bairro para mim foi muito boa porque foi lá também que consegui ter vários amigos, embora, todos de nível baixo como o meu, continuam amigos até hoje (...) além de aprender a matéria, ali eu aprendi mais educação, sabe, aquelas coisas que a mãe da gente não pode ensinar porque nunca teve...”

(Kleber, ex-aluno da escola).

⁸⁷ Não pude gravar a fala da irmã Ana Luiza que colocou esta restrição para a realização de nossa conversa. Citei-a, aqui, de memória, enfatizando a questão do silêncio tratada na introdução.

⁸⁸ Ver anexo 5, capítulo II.

A origem da escola, registrada inicialmente a partir das lembranças do professor Vaccari, mostra que a instrução e a difusão da cultura através da escola servia aos imigrantes fundadores do bairro Traviú, como um instrumento para manter vivo os valores que desejavam preservar, como o de ser italiano, e através dele criavam o imaginário da Itália. Eles criam e recriam um novo ambiente cultural e material construído com as lembranças e imagens do passado e com elementos concretos do presente. A defesa desses valores acabou sendo confiada às escolas primárias tanto no meio urbano como nos estabelecimentos precários da zona rural, tal como o Traviú.⁸⁹ Esses valores estavam presentes nas cantigas, nas danças, na língua e nos dialetos, nas brincadeiras e nos jogos infantis, na prática da religião e nos valores morais. Isso tudo penetrou o solo do Traviú, para ser assimilado e reinterpretado pelas gerações seguintes, que incorporaram ao seu “dia a dia”, uma tradição do passado, sem perceber e tão pouco sem questionar sobre a sua procedência. Por este motivo, tanto a professora do passado, nomeada pelo Estado é vista com desconfiança pelos moradores antigos quanto as professoras do presente.

Com a transformação da Escola em Escola pública e oficial a população do Traviú rearticula-se diante da nova realidade dos anos 30⁹⁰ e busca outras estratégias, nestas, estão presentes a pronta colaboração no atendimento às diversas dificuldades encontradas na escola, ou seja, bens públicos ao seu redor e bens simbólicos no seu interior.

Os exemplos mais recentes que se podem citar são os da construção de benfeitorias, tais como o empenho na construção de uma zeladoria,

⁸⁹ Estudos apontam que a inexistência de ajuda do governo italiano às instituições que os imigrantes tentavam construir acabou por levar à criação de escolas primárias por associações, comunidades locais ou pelos próprios professores. Ver, Ângelo TRENTO, *Do outro lado do Atlântico - Cem anos de imigração italiana no Brasil*, pp.177-183.

⁹⁰ Como já discutimos no capítulo I deste trabalho.

embelezamento da escola ⁹¹ e a sugestão feita pelos moradores à diretora, de uma “ajuda de custo” para melhoria dos salários dos docentes em troca de aulas suplementares, por ocasião da greve⁹². O gesto adquiriu legitimidade, por conta da garantia da qualidade do ensino.

Sem dúvida, ainda que a primeira escolinha fundada pela comunidade de imigrantes do bairro tenha sobrevivido pelo período de seis anos, deixou marcas e rastros que resistiram ao longo do século, após sua transformação em escola pública. Aparentemente, a população utiliza a escola na transmissão de uma “verdade” histórica, considerada única e absoluta, que se mantém viva ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de uma relação de poder misturada à idéia de participação. No passado e no presente a interação entre a “comunidade” e a escola torna-se evidente. Mas esta interação ocupa um lugar em que o espaço da experiência pessoal é visto como espaço coletivo moral; participar significa, por vezes, controlar e excluir o diferente⁹³.

Há que se fazer, portanto, uma mediação entre os ideais de participação popular e a realidade existente numa sociedade capitalista. Entender a participação dos moradores do Traviú no interior da instituição escolar, coloca também a necessidade de se perceber que esta não está livre das desigualdades do mundo que a cerca. Impossível exigir uma participação popular ao pé da letra, ou seja, participação de todos e igualmente, dentro de uma sociedade que não é igualitária.

⁹¹ Proposta dos pais para a construção da zeladoria conforme ata da reunião da Associação de Pais e Mestres em 28/ 02/ 91.

⁹² De acordo com as discussões realizadas no Conselho de Escola em maio de 1995.

⁹³ A escola não só seleciona como auto-elimina, de acordo com Jean-Pierre FAGUER no curso Seminários de Administração I, Unicamp, 2º semestre de 1996.

A escola pública tem origem na Revolução Francesa que, desde os seus primórdios, não foi uma revolução da igualdade social e sim da igualdade jurídica. Assim, a escola pública nasce intimamente comprometida com a ordem burguesa. Ela não nasce, necessariamente, como uma escola popular. Seu objetivo é a educação laica, gratuitamente oferecida pelo Estado, para todos.⁹⁴

Assim, se a escola é de todos, é também lugar das lutas sociais que ocorrem para além de seus domínios. Talvez seja conveniente refletir sobre a importância desta participação e sobre os modos possíveis de alargá-la ao invés de condená-la por seu caráter classista. Inserida no social, não se pode exigir da escola que, além da participação, garanta uma igualdade de condições que não existe na realidade capitalista.

Em contrapartida, as professoras pressionadas e impressionadas diante de alunos e pais, usuários da escola, reconhecem as peculiaridades do Traviú. Vivem, também elas, uma experiência delicada: a conformidade com os interesses dos moradores das famílias tradicionais implica na perda de parte da autonomia. A situação atual do corpo docente também parece contribuir para que o espaço da escola seja transmissor de uma determinada visão da realidade local. Os professores, provavelmente, encontram-se fragilizados cada vez mais, tanto pela precariedade dos seus salários quanto pelas deficiências próprias de um sistema de ensino do qual são, ao mesmo tempo, sujeito e objeto.

Assim, parece difícil exigir do professor uma visão e uma postura democrática, coletiva e popular, dentro de uma sociedade que se lhes mostra hostil,

⁹⁴As oportunidades eram iguais para todos mas não o desempenho diante destas oportunidades. A questão não era o republicanismo e sim o liberalismo. O sentido da igualdade para o liberalismo vigente está ligada aos direitos naturais e jurídicos do homem, mas não necessariamente aos seus direitos sociais, entregue às qualidades e aptidões individuais. Ver Moacir GADOTTI. *Histórias das Idéias Pedagógicas*. Pp. 87-93.

tanto por princípios quanto pela situação mesmo de penúria vivida pelos professores das escolas públicas brasileiras atualmente.

O corpo docente é também constituído por trabalhadores assalariados, fragilizados pelas dificuldades econômicas e entregues, como de resto toda a sociedade, aos sabores e dissabores do individualismo que hoje nos acomete. Se aceitam e participam das “negociações” entre escola e comunidade, não devem ser desmoralizados, numa perspectiva ingênua e tendenciosa. Devem ser percebidos como pessoas e não como heróis. Entre o grupo do Traviú e a aula que seus filhos recebem, o professor é uma ponta do tripé, que sustenta a escola, e perceber sua fragilidade, financeira e de formação, talvez seja um modo de entender aquela realidade e a pouca resistência oferecida pelos docentes ao clientelismo que reina naquele local.

Segundo Maria Helena de Souza Patto, “não basta a origem de classes dos professores e educadores e sua visão da clientela, descrever suas condições de trabalho e analisar a legislação e as políticas educacionais, para explicar a vida numa unidade escolar. Esta também se faz no confronto de desejos e interesses dos grupos em presença, cujo desfecho depende, a cada passo, do contrapoder do usuário, seja econômico, seja advindo da consciência de seus direitos e sua mobilização e organização no sentido de garanti-los. Quanto menor o poder do usuário, maior o poder dos profissionais da escola”.⁹⁵

No caso do Traviú, pode-se levantar a hipótese de inverter esta equação social: quanto maior o poder do usuário, menor o poder dos profissionais da escola.

⁹⁵ Maria Helena de Souza PATTO. *A produção do fracasso escolar*, histórias de submissão e rebeldia. p. 125.

Talvez assim se possa compreender porque, diferente do que ocorre em grande parte das escolas públicas do país, até mesmo as reformas do prédio escolar não sejam entregues totalmente ao poder público. Por isso, ali, a população tem um enorme acesso à escola, não apenas a suas dependências físicas mas também ao seu funcionamento e orientação pedagógica.

E os professores, sem o mesmo poder econômico e político e sem uma formação profissional que lhes garanta uma possibilidade de negociação não podem participar da escola em condição de igualdade. Talvez, ainda, acreditem que este é o caminho possível e concordem. Em outras palavras, aceita-se passivamente tudo que vem da comunidade, aliás, não se questiona que tipo de participação, ou seja, se os pais participam, é bom. Nesse caminhar, os professores vêm perdendo espaço e, possivelmente, sentem-se inseguros em fazer uma análise dessa participação da comunidade.

A escola do Traviú ocupa este lugar de intersecção entre o positivo e o negativo; entre o participar e o mandar. Mais que isto, participar e mandar são duas atitudes que convivem em seu interior.

Esse mesmo problema pode ser visto para além dos muros escolares. Em meio à antiga fazenda e ao moderno frigorífico se estende uma relação clientelista, que começa no espaço específico de trabalho e vai até a escola; o que o grupo de "italianos" faz com seus empregados é repetido na escola, utilizando estratégias diferentes que levam ao mesmo fim: a busca de manutenção da ordem social local.

O grupo mais tradicional que detém o poder econômico no bairro transforma a relação material em relação social e afetiva com os demais grupos, na escola, na igreja, no trabalho. Ocorre, portanto, uma troca de doações

comprometedora porque inscrita numa relação clientelista. A doação de bens materiais e simbólicos, por exemplo, implica numa série de obrigações pessoais numa relação de trocas interessadas⁹⁶. Essa relação sobrevive enquanto existir uma troca recíproca entre as partes e com base na necessidade material mesmo da população mais pobre do bairro. Os proprietários sabem o poder do dinheiro. Contudo, são astutos ao lidar com esse poder de forma bastante sutil: falam genericamente sobre o bem comum; filantropicamente sobre os possíveis auxílios financeiros; gentilmente, sobre doações e presentes. Mas exigem o reconhecimento de direito e de fato de sua autoridade. E isto ocorre tanto na plantação quanto na escola.

O fundamento material da relação clientelista se torna eficiente enquanto contribuição na sustentação legítima dessas ligações, ou seja, enquanto é interpretado e avaliado subjetivamente, através das categorias simbólicas, que permitem aos atores sociais, dar sentido e justificativa às suas relações. Assim essas relações são legitimadas ou até mesmo encaradas como obrigatórias, pelas pessoas com elas comprometidas⁹⁷.

É assim que os antigos Carbonaris, Tomazettos, Stecks e outros, têm conseguido preservar muito de suas tradições e fazer valer suas vantagens, apesar das mudanças qualitativas e quantitativas que acontecem no bairro, nas famílias e na escola. Conseguem preservar a “verdade” histórica por eles construída apesar da modernização tecnológica crescente, da inserção constante de sua economia às regras mais gerais do capitalismo e da mudança do cotidiano do bairro e de suas instituições pela chegada de novos moradores.

⁹⁶ Norbert ELIAS, ao estudar as relações sociais no interior da sociedade do Antigo Regime, durante o governo de Luís XIV, demonstra a relação de dependência como uma importante categoria de análise na configuração de campo, Ver: **Sociedade de Corte**, pp. 116-119.

⁹⁷Ana Maria Fonseca de ALMEIDA, op. cit., *passim*.

Esta situação só pode ser compreendida em toda sua ambiguidade, quando afastada da imagem paradisíaca do bairro, construída pela experiência dos donos de terras, e consideradas as contradições ali existentes: os canais de participação estão bloqueados aos mais pobres, que abrem pequenas brechas nessas barreiras: seus filhos desfrutam de uma escola melhor, graças a intervenção dos proprietários no local. Assim, têm, pelo menos teoricamente, mais chances de melhorar a vida, embora submetidos também aos desmandos do local.

Para as famílias proprietárias, mandar os filhos para uma escola particular da cidade é considerado uma derrota. Isto se confirma numa discussão, em Reunião do Conselho de Escola, no período de greve⁹⁸.

“...tem gente que tira o filho da escola pública e coloca na particular. Na realidade, não é que a particular seja melhor, mas é que a gente não fica por dentro dos problemas(...)No momento, a “nossa”, ainda tem condição de se organizar se cuidarmos daquilo que temos. Nunca dizer: - Meu filho vai estudar em outro lugar. Temos que resolver aqui!..” (Benilde Lourençon - mãe).

“...é ilusão tirar nossos filhos dessa escola(...) Na escola particular eles colocam distância, aqui, você participa mais..” (Judite Carbonari - mãe).

As “falas” comprovam que o “problema” não é o custo financeiro, como foi no passado, mas sim o fato de que isto representa uma perda moral grave. Ao mesmo tempo, manter a qualidade do ensino público da escola - a qualquer preço representa motivo de orgulho e continuidade dos relacionamentos interpessoais. Os pais dos alunos mais pobres, apesar de todas as estratégias de

⁹⁸ Reunião do Conselho de Escola, em maio de 1995.

domínio, sabem tirar proveito dessa realidade peculiar e, embora reconheçam a superioridade simbólica dos proprietários, contam com sua superioridade quantitativa.

“...aqui eles aprendem coisa boa, como os filhos do patrão, e não vão sofrer como eu e o meu velho sofre na lida com a terra...”

(Dona Hilda, mãe e meeira)

Sentados nos bancos da escola, esses alunos pobres e seus pais, acreditam na possibilidade de uma revanche: com melhor ensino, terão maiores possibilidades de se afastar do domínio pessoal dos proprietários⁹⁹.

3. A história do bairro, narrada pelos alunos: o processo de transmissão.

A história do bairro narrada pelos alunos demonstra o processo de transmissão de uma tradição e revela aspectos desse jogo de participação e domínio.

O projeto desenvolvido na escola em 1992 denominava-se, significativamente, “Traviú, a visão do paraíso!?”. O título relacionava-se, por sugestão da professora de história, com a obra de Sérgio Buarque de Holanda¹⁰⁰. Só que no livro, Sérgio Buarque de Holanda trabalhava as tensões entre palavras e noções, mito e história. Procurava exorcisar o mito do paraíso terrestre que, segundo autor, ainda rondava o Brasil contemporâneo. Na escola, ao contrário da intenção

⁹⁹Esta também foi a conclusão de uma pesquisa pública na *Revista Nova Escola* n. 92 S.P. Abril, 1996, pp. 49-51.

¹⁰⁰ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Visão do Paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.

criativa do autor quanto ao modo dos portugueses de apreender a realidade, a paisagem e de aceitar o mundo tal qual lhes parecia ser, o projeto visava:

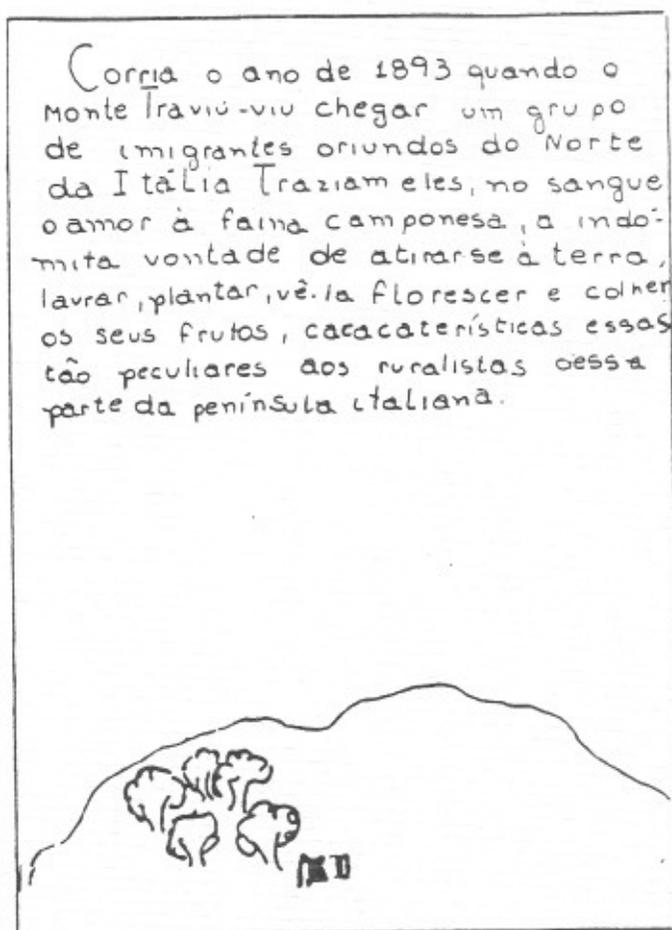
- Desenvolver a consciência ecológica dos alunos que vivem, segundo a visão dominante, num paraíso, mas um pouco alienados desse presente;
- melhorar as relações humanas no interior da escola;
- valorizar a memória histórica daquele espaço social, despertando o interesse dos alunos pelo passado do Traviú;
- incrementar o espírito crítico dos alunos para que valorizassem as coisas boas do bairro e percebessem as falhas que podem ser sanadas com trabalho e participação de todos.

O projeto foi coordenado pelas professoras de história e ciências que, infelizmente, não puderam direcioná-lo totalmente para o lado da reflexão crítica, talvez, pela própria condição do corpo docente. O projeto interdisciplinar envolveu professores, alunos e funcionários. Contou também com a colaboração de muitos pais, de antigos moradores, de enfermeiras atendentes e de freiras, sempre “solícitos” na contribuição com as atividades escolares especiais.

O resultado, como não podia deixar de ser, foi a reprodução da história “oficial” produzida por Hilário Caniato, 89 anos, antigo morador do bairro, casado com a filha de um dos fundadores e reconhecido como historiador local, tanto pela imprensa do município quanto pelos moradores. Essa história foi reproduzida por quase todos os alunos da escola, nas mais diversas

apresentações, tais como: gibis, livros, jornais, poesias e desenhos¹⁰¹. Todos os trabalhos apresen-tavam um conteúdo semelhante ao desta história que foi narrada por Evandro e Érico, alunos da sexta série, filhos de empregados trabalhadores, exposta a seguir:

Reprodução da história do bairro, de autoria do sr. Hilário Caniato.

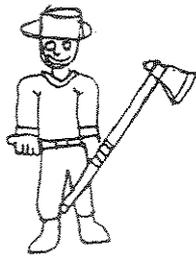


¹⁰¹ Ver outros trabalhos de alunos, anexo 3 e 4, capítulo II.

Compraram terras e nelas encontraram pequenas cafezais, um pouco de milho no paiol, dois cavalos, seis choupanas de pau a pique e pequenas áreas destinadas a pasto. Tudo deles! Que alegria! E quanta largueza! Estavam ali, muito bem empregadas, os dez contos de reis como pagamento inicial; outras cinco prestações anuais de três contos, acrescidas dos juros de 6 por cento ao ano, completariam o preço ajustado.



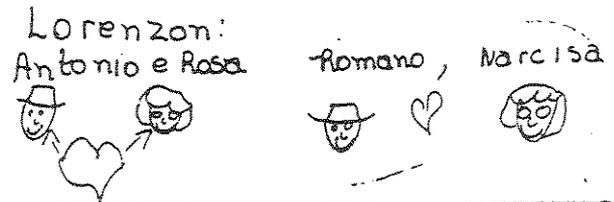
Todo o trabalho era feito em conjunto. Todos, grandes e pequenos se esforçavam nas tarefas que lhe eram atribuídas pelos mais velhos, segundo as capacidades de cada um em que se destacava, como pedreiro e carpinteiro, o chefe da família Domingos Tomasetto.

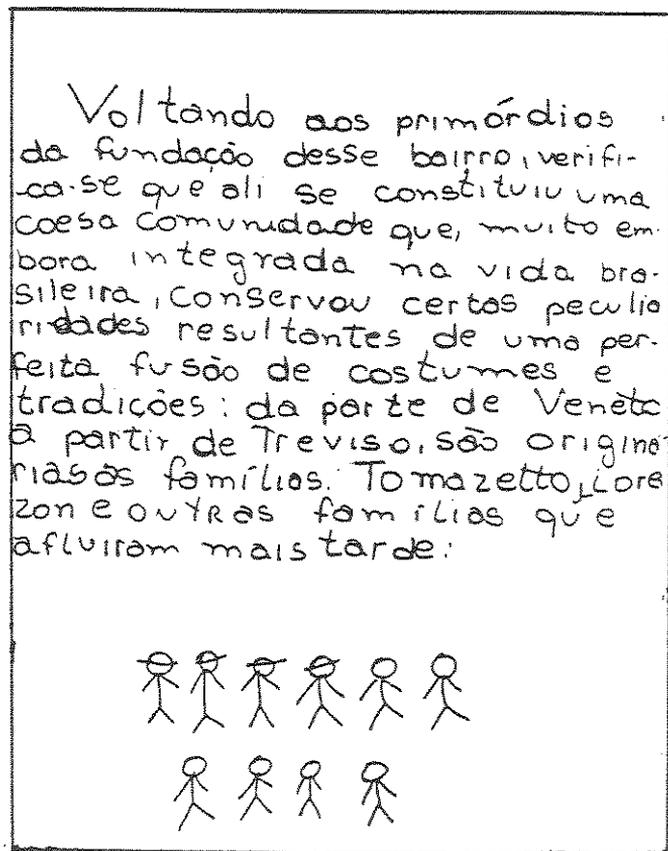
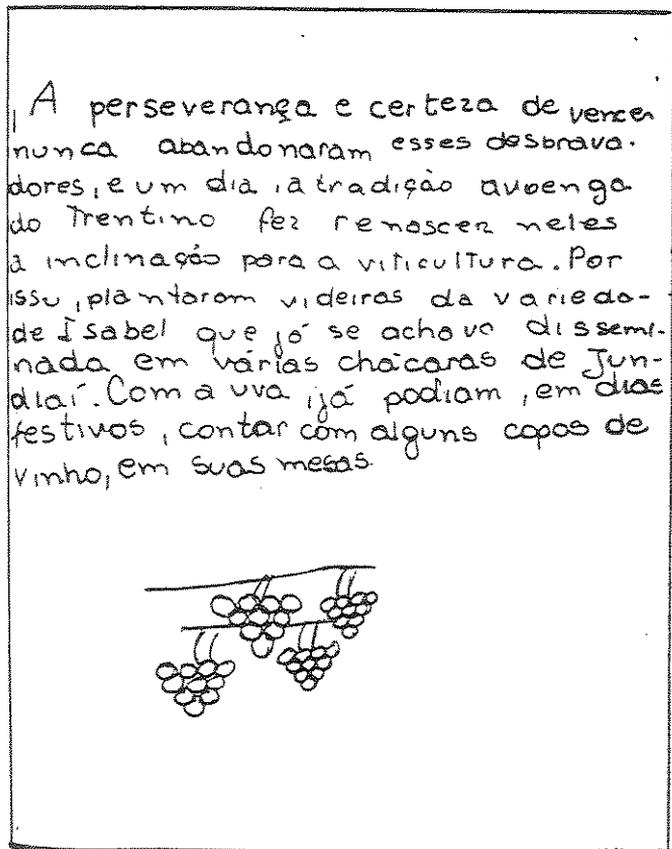
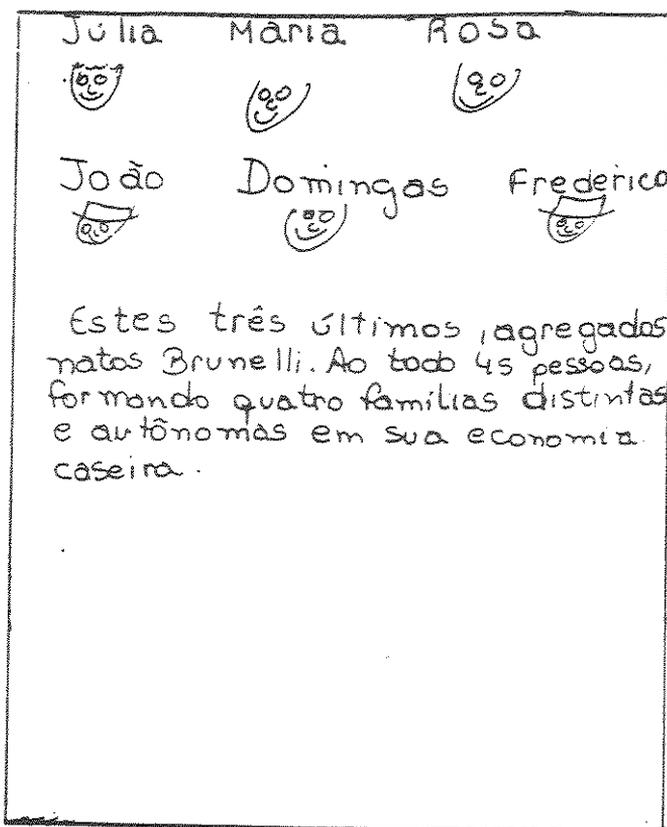


Consta, na escritura de compra feita ao Cap. Francisco de Moraes Campos, lavrada em 27 de outubro de 1823, o nome dos mais velhos membros das famílias compradoras, os quais, naquele tempo, também, liderraram todas as atividades na propriedade. Entretanto, como se depreende da tradição e se pode comprovar pelas certidões, as famílias eram assim constituídas: Carbonari; Roberto e Angela



João Maria José





Rizzetto, Masetto, Pilon, Soldeira, Cabrimi, Bertazzi, Turra, Della Noce, Boriero e Falca de.



Do Trentino, Romagnano, provem os Carbonari, Steck e outras famílias que ali, posteriormente, participaram como Pompermayer e Condini, a exceção da família Sacco de origem napolitana, não havendo, entretanto qualquer diferença quanto ao espírito comunitário.

Tradicionalmente católica, a Comunidade desde os primeiros tempos, se reunia para orações e cantos sacros no pequeno barraco improvisado que ostentava um quadro de com a imagem de N. Sra. das Vitórias.



Já, no ano de 1895, com tijolos de sua própria fabricação, construíram uma capelinha no meio do Bairro, onde em 1905, com grande contentamento, colocaram a imagem de N. Sra. das Vitórias.



Para comportar o grande aumento de fiéis, tornou-se necessário, em 1914, a construção de uma outra capela maior, ao lado, que durante 43 anos foi o santuário onde, tantos e tanta foram batizados e casados e de onde são lembradas piedosas missões.



Em 10 de junho de 1956, em presença de decono de Jundiá, Monsenhor Dr. Artur Ricci, do vigário Pe. Domingos Herculanino Casarim, mais autoridades eclesásticas e municipais, era lançada a primeira pedra para a construção de nova e grande igreja, já que a outra se tornou insuficiente aos números de fiéis. No ano seguinte, em 27 de abril de 1957, em meio de grande

testa e presença de grande massa popular, foi inaugurada a atual Capela N. Sra. das Vitórias, com missa solene e Te Deum, com a participação do coral Píoxi de Campinas, cantando a obra Sacra de Perosi.



Buscando na história desse povo, vamos encontrar muito de interesse, seja destacando acontecimentos isolados, seja quanto à sua natureza extrovertida, alegre, comunicativa, sempre com a disposição e presença de espírito para um dito jocosu ou uma anedota. As condes montanhosas, lembrados pelos mais velhos, se faziam presentes, logo aos primeiras copos de vinho: "Quej mazolin de fiori" "Fia Bigiotta la ga un puttim" e outras, ecoavam pelas montanha.

Como em todo povo da mesma origem, os sentimentos são ali exacerbados; a solidão e a dor se fazem presente, na alegria e no dor.

Muitos rapazes e moços do bairro buscaram instrução em colégios de padres e freiras. Na grande família Lorenzon, de grande amor à religião, dos rebentos se entregaram ao serviço da igreja, Terezinha e frei Afonso.



Ainda temos: Irmã Veridiana, Irmã Tomasetto, Irmã Edviges, Maria Pompermayer e Irmã Carolina Rizzetto - entrada no convento aos 13 anos, com grande destaque e dedicação, no ensino a surdo-mudos.



Com estes resumidos relatos, que poderão servir como elementos para um melhor e completo trabalho, não há nenhuma pretensão de se fazer literatura, nem apresentar a inteira história de um povo, mas sim, o primordial objetivo de trazer à tona e salientar alguns aspectos da formação desse bairro e seus vicissitudes as quais, à sua chegada não encontraram nenhum "eldorado" mas souberam construir ali, o que constitui um belo e edificante exemplo para os jovens de hoje.

Hilário Coniato

2



Hilário Coniato

Nessa narrativa, alguns aspectos se destacam: a idéia de harmonia, união e ausência de conflito, divulgada pelos descendentes dos imigrantes; a reiteração do trabalho como fonte de progresso material e uma imagem bucólica do bairro; a participação da escola na transmissão dessa idéia, tanto pelo desenvolvimento do projeto quanto pelos resultados obtidos, em que foi reforçada aquela versão histórica com o aval da equipe escolar, embora por alguns momentos o grupo questionasse sobre uma outra visão.¹⁰²

A história contada por seu Hilário Caniato também permite levantar outras hipóteses: a reiteração desta memória laudatória dos imigrantes pode ser reveladora da falta de consistência teórica do próprio corpo docente, com dificuldades para trabalhar as diferenças entre memória e história, numa forma de reflexão crítica, e mesmo para perceber os processos seletivos e apaziguadores da memória histórica.

Também pode ser reveladora de um mito da participação que, no senso comum, desperta a noção de que esta participação é de todos e igualitária. A bandeira da participação dos pais e da comunidade no interior da escola tem contribuído, em alguns momentos, para encobrir o fato de que nem toda participação é apenas positiva. Também revela os equívocos a que a idéia de participação da comunidade, em contraposição à força do Estado, pode levar. Não há participação eqüitativa dos diferentes grupos sociais, nem no interior da escola, nem em outras instituições, que não seja, também, sinal e reforço das desigualdades sociais. E, aqui, os baixos salários, a falta de unidade de categoria, as diferenças entre os próprios professores também contribuem, provavelmente, para a vitória desta versão do passado.

¹⁰² Conforme a poesia premiada de uma aluna, filha de lavradores migrantes, p.111.

Essa história produzida pelos imigrantes e transmitida pela escola, ao ser inculcada na população do Traviú, legitima o poder de um determinado grupo e oculta o de outro grupo, como o dos lavradores do Morangal. Esta romântica história, além de legitimar o poder do grupo proprietário, serve também para ocultar centenas de outras histórias não tão bonitas e sem finais felizes, sobre as quais falaremos a seguir.

4. O Morangal : Um espaço concreto muitas vezes ocultado

A extensão do projeto permitiu que os alunos da 7ª série procurassem o posto de saúde do bairro, para entrevistar médicos e enfermeiras atendentes. Estes referiram-se em especial às condições de vida da população do Morangal. Foi quando o “caso do Morangal” estourou na escola de forma contraditória. Os alunos constataram um elevado índice de verminose, pela falta de cuidados com a higiene e as precárias condições de saneamento básico do local. As professoras relatavam que as crianças do Morangal, quando questionadas em prova sobre higiene, apresentavam respostas corretas e completas, ainda que os traçados do lápis fossem delineados por dedos com unhas grandes... e sujas. Elas sabiam, mas não tinham condições materiais em casa, assim como, tesoura, sabão, escova de dentes...

Daí surgiu a idéia do grupo ir ao Morangal e orientar as meninas pequenas, responsáveis pela limpeza da casa e dos irmãos menores, sobre os cuidados com a higiene. Embora o trabalho tenha se iniciado, as expectativas mal chegaram a ser concretizadas pois, quando se deram conta, o Morangal já não existia mais. Segundo explicações recebidas, a terra estava saturada e a produção de morango se tornara inviável. Esta situação tinha sido agravada, também, pela queda do preço do produto no mercado, resultante de sua baixa qualidade. O

prejuízo levou os meeiros a aceitarem a proposta de se mudarem com a família para terras dos mesmos proprietários, em outro Estado, por não terem como saldar suas dívidas.

Nos registros da escola, eles também sumiram da coluna de retidos ou promovidos e entraram na coluna de afastados por abandono. Na direção da escola, naquela época, pude perceber claramente que, a falta de opção, de escolha, resultado da dívida contraída pelos meeiros, “livrava” a escola de alguns alunos que traziam “problemas” a uma parcela do grupo proprietário que, por exemplo, procurou muitas vezes a direção para se queixar dos piolhos das crianças.

Sendo assim, a história desses alunos acabava como a história do Morangal, sem deixar nenhum rastro. As casinhas foram desmontadas e carregadas junto com a miséria dos seus moradores, para um lugar ainda mais escondido. Na escola, como esses alunos não solicitaram transferências, as ausências foram caracterizadas como abandono ou seja, evasão escolar.

O problema do Morangal deixou de ser enfatizado como o centro das preocupações e se deslocou para um outro universo que é o da Secretaria da Educação. Nessa instância, a realidade peculiar desses trabalhadores não tem lugar e a evasão dos alunos jamais poderá ser aí avaliada em termos qualitativos. A Secretaria de Educação se limitará a afunilar esses números de abandonos aos outros repassados pelas demais escolas, e divulgará a taxa de evasão, como por exemplo, no quadro à seguir:

Secretaria da Educação - ATPCE/CIE
2ª D.E. Jundiá

REPT - 211
P/1994-2

SECRETARIA DA EDUCACAO - ATPCE/CIE
SISTEMA DE INFORMACOES EDUCACIONAIS

24/02/95

CDPRD 2 DRE: 04 DE: 18

ATENCAO QUADRO PARCIAL DO MUNICIPIO

QUADRO RESUMO - MATRICULA FINAL - 1994

MUNICIPIO - JUNDIAI

ESCOLAS ESTADUAIS

PRIMEIRO GRUO - TOTAL

SERIE/ TURNO	AFASTADOS POR		RETIDOS POR		PROMOV. OU EM CONTIN.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	TRANSF.	ABAND.	FREQ.	AVAL.			EVASAO	RETERNC.
1 C/JU	139	99			1733	1971	9.48	
1 S/JU	57	64			1195	1346	9.88	
2 C/JU	384	151	1	424	1632	2424	8.72	29.37
2 S/JU	344	111		528	1174	1939	6.12	29.12
3	228	123	1	385	2725	3456	3.89	18.89
4	283	98	4	278	2742	3347	3.24	8.84
1 1/4	783	669	6	1819	11741	14785	4.83	15.22
5 D	374	227	9	744	2919	3819	6.63	21.28
6 D	62	341	7	287	331	988	38.41	22.84
7 D	272	152	6	337	1918	2677	6.56	14.01
8 D	62	263	11	196	591	1831	28.27	20.82
9 D	174	75	4	129	3453	3863	5.74	7.63
10 D	48	183	5	184	598	1886	19.87	3.18
11 D	118	31	3	32	994	1128	3.36	17.33
12 D	63	172	2	69	773	1829	12.83	7.16
T. S/S	1135	1412	43	1876	9855	13521	11.74	15.14
T. 1/8	2138	2872	49	3691	28296	28226	8.12	14.13

URBANA

SERIE/ TURNO	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
		EVASAO	RETERNC.
1 C/JU	1747	9.38	
1 S/JU	1289	4.79	
2 C/JU	2488	7.99	29.67
2 S/JU	1871	6.26	29.31
3	3233	4.01	12.01
4	3146	3.38	8.82
1 1/4	13716	4.84	15.36
5 D	3466	6.37	21.32
6 D	968	38.41	22.84
7 D	2592	6.56	14.01
8 D	1831	28.27	20.82
9 D	3889	5.94	7.63
10 D	1886	19.87	3.18
11 D	1128	3.36	17.33
12 D	1829	12.83	7.16
T. S/S	13288	11.82	15.17
T. 1/8	28916	8.29	14.22

RURAL

MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	EVASAO	RETERNC.
284	9.93	
57	12.24	
218	2.16	24.32
88	2.73	24.15
223	8.93	18.15
241	1.08	9.18
989	3.22	11.98
153	15.84	28.28
85	8.43	12.84
63		7.01
28		
321	6.41	14.14
1318	4.54	12.17

ENSINO SUPLETIVO

TIPO	SEMEST. /TURNO	AFAST. P/ ABANDONO	RETIDOS	PROMOV.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
						EVAS.	REY.
I	13 I	39	49	36	144	27.08	47.91
	2	98	67	196	263	36.22	25.47
	25 I	48	86	33	189	25.39	45.38
	2	65	33	149	247	26.31	13.36
II	15 I	83	36	133	274	31.82	28.43
	2	61	32	179	263	18.87	13.16
	3	48	32	218	298	18.10	18.73
	6	34	18	182	286	18.38	4.85
	25 I	76	31	113	228	34.34	14.89
	2	57	21	145	223	23.56	9.41
	3	45	11	193	249	18.87	4.41
4	37	8	232	277	13.35	2.88	
S.P.							
TOTAL		663	456	1712	2833	23.47	16.99

EDUCACAO INFANTIL

ZONA	TOTAL
URBANA	
RURAL	
TOTAL	

EDUCACAO ESPECIAL

ZONA	DEF. AUDIT.	DEF. FISICO	DEF. MENTAL	DEF. VISUAL	TOTAL
URBANA					
RURAL	43		32		75
TOTAL	43		32		75

EDUCACAO COMPENSATORIA

ZONA	N I	N II	TOTAL
URBANA			
RURAL			
TOTAL			

NOTA: -As taxas de evasao e retencao foram calculadas sobre a matricula total
anos e meses de alunos afastados por transferencia.
-A taxa de retencao refere-se apenas a retidos por avaliacao.
-A taxa de evasao refere-se a retidos por freq. mais afast. por abandono.

Na tabela, o número toma o lugar da experiência pessoal

Do mesmo modo que deixaram de existir as casinhas do Morangal, com seus moradores sem nenhum registro histórico no bairro, no ano seguinte não existiu registro nenhum dos alunos do Morangal na escola. O acontecimento foi

dato por encerrado, tal como, provavelmente, se repete em outros locais do estado e do país. Neste caso, o domínio foi mais forte que a resistência¹⁰³.

O trabalho administrativo oculta, muitas vezes, a extensão e profundidade das relações sociais da escola com as instituições existentes no bairro. São essas peculiaridade locais, somadas às decisões do domínio político, que irão nortear a ação dos atores na instituição escolar, isto é, dos professores. São eles que, envolvidos por esses dois universos - a escola enquanto instituição pública mais geral e a escola como lugar real, específico e com vida própria - administram esses conflitos, e produzem um determinado tipo de conhecimento.

Ao relacionarmos a história do bairro ao quadro numérico da Secretaria da Educação, em relação ao Resumo de Matrícula Final de Alunos, veremos que o padrão formal de registro da instituição também ocultou a existência de uma população que freqüentava a escola e simplesmente desapareceu, passando para o quadro de afastamento por evasão.

Enfim, o quê a escola estava ocultando através de números na forma burocrática, também impediu de ver a existência de um grupo de alunos que fez parte da escola mas que não fazia parte da história oficial do bairro dos imigrantes. Esse grupo serviu então de mão de obra para produzir a riqueza do bairro e de número para constituir as classes da escola, mas não é citado na construção da identidade social do bairro.

Num bairro com essas características tradicionais, certamente o interesse das famílias tradicionais de italianos em manter os filhos na escola pública do local se liga a uma preocupação maior que é a de preservar seus valores

¹⁰³ Mais uma vez somos obrigados a concordar com as idéias de Maurício Tragtenberg, tratadas anteriormente.

tradicionais e o enquadramento moral daqueles que de alguma forma estão ligados ao grupo. O desejo de "ordenar a visão do mundo" no local é transmitido de geração à geração.

Embora as relações sociais no bairro se manifestem dentro de um espírito de cordialidade, deixam rastros que não se apagam, tais como aqueles denunciados na poesia escrita por uma aluna. Trata-se de uma aluna migrante no bairro, se apaixonou por um descendente das famílias fundadoras do Traviú. Essa menina, embora correspondida, se viu impedida de levar adiante essa paixão em razão de sua origem social e mudou-se do bairro.

Traviú, a visão do paraíso?

Quando aqui cheguei
cigo de estranhos poti
notei que tinha beleza
mas pouco amor com certeza.

Com o tempo percebi
que algo de estranho tinha aqui,
há fé, imaginação e nem ilusão.

Descobri que faltava amor
apesar deles fazerem troça de favor
tinham em si amizade
mas faltava sinceridade.

Faltava um pouco de harmonia
apesar de toda simpatia.
E então descobri o que faltava,
quando descobri já não adiantava.

mas esse era o lugar que procurava
pois era aqui que a felicidade estava
foi aqui que encontrei
o amor que tanto procurei!

Na última década, as preocupações dos descendentes de italianos com a preservação das características e da moral do bairro tem se intensificado. As comemorações do Centenário do Traviú das quais a poesia faz parte, se revestiram, exatamente por este motivo, de um forte caráter político.

Cada vez mais, os proprietários se deparam com um dado antes desconhecido, deparam-se com a entrada maciça de trabalhadores dos bairros vizinhos junto a seu cotidiano, na escola, na igreja, nas ruas do bairro. Diante desta nova realidade, se intensificam os espaços pela preservação não apenas da terra, cuja propriedade está garantida por lei, mas fundamentalmente daquela terra onde ergueram também seus bens culturais, ao longo de mais de um século.¹⁰⁴ O temor diante dos pobres não é simplesmente econômico, é o temor de perder o significado cultural que foi construído sobre aquela propriedade.

Só assim se explica a violência material e simbólica, às vezes sutil, com a qual “atacam” o “estranho” que chega. Uma análise rápida, vê nesta nova situação apenas o domínio. Contudo, o que existe é um embate de forças entre aquele que se considera dono da terra e detentor da cultura e o outro, encarado como forasteiro, como “estranho”, que o pressiona a intensificar os processos de dominação. Em outras palavras, no Traviú, como em outras partes do Brasil, o camponês reaparece como sujeito histórico; reaparece como um problema,¹⁰⁵ por exemplo, a questão do sem terra.

É isto que fica claro na poesia de C. C.: ela chegou ao local, se apaixonou e foi correspondida . Mas esta história de amor adolescente foi palco de lutas: o romance não foi adiante. Interrompido, sem que qualquer palavra a respeito

¹⁰⁴ José de Souza MARTINS, *A Chegada do Estranho*, pp. 44-45 (pergunta da professora Ilse Scherer Warren ao professor José de Souza Martins).

¹⁰⁵ *Ibid.*, pp. 27-32.

fosse dita. Ao longo desse processo, a família violou a correspondência de ambos, procurando caminhos para pôr fim ao romance, até que, mediante tamanha pressão, C.C. se retirou do bairro, sem mesmo pedir transferência na escola.

Mais do que reforçar o domínio, queremos ressaltar a pressão que os pobres têm feito, enfatizando mais o conflito que a dominação. Este aspecto fica evidente quando comparamos a poesia de C.C., migrante, com a poesia de S.S., descendente de italianos, reproduzida abaixo:

Travú, a mão do paraíso!
Travú um bairro de encantos,
cheio de esperança e de fé,
no começo progrediram plantando café

Depois de muito tempo
verdes que não tinha mais feto
subiram em seu monte altaneiro
e pensaram: - Porque não ganhar
mais dinheiro?

O povo para seguir sua carreira
foi cultivar as videiras
trabalhando dia a dia
o imigrante progredindo lá

Construíram uma igreja
que é uma beleza
e seu povo com toda esportega
preservou a natureza.

Apar no Travú é maravilhoso
quando amanhêce
tudo se engrandice
e quando anoitece
o povo faz suas preces

Sulmara Steck
6º série A

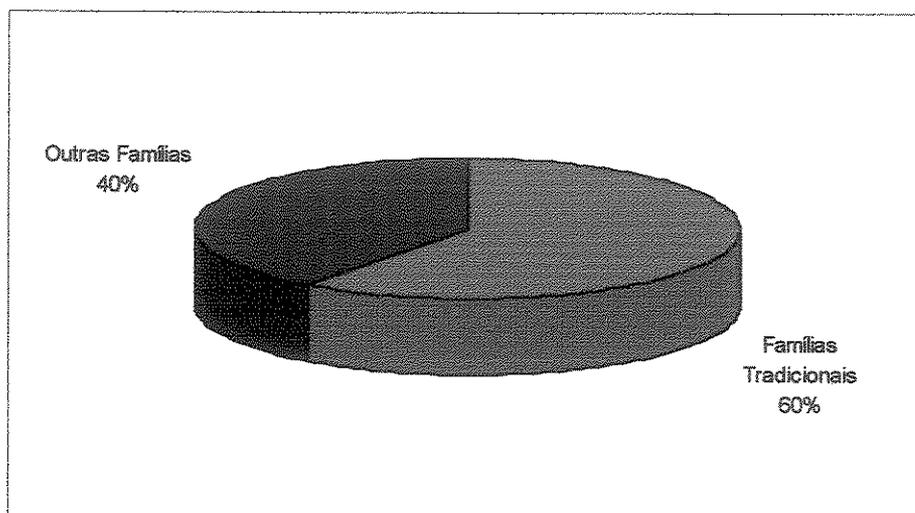
Na mesma ocasião desse projeto “Traviú, a visão do paraíso!?”, foi organizada uma eleição para escolha do mini prefeito de Jundiáí entre os alunos da escola. O resultado surpreendeu o grupo de professores conforme o relato da coordenadora do ciclo básico, que permanecia em tempo integral na escola.

“...ah, eu adorei o resultado! Os dois mais votados eram representantes dos alunos filhos dos empregados. Foi merecido, eles batalharam na campanha. Os comícios tinham um conteúdo inteligente e a oratória era vibrante - um deles, aquele pequenino, quando falava a veia do seu pescoço parecia que ia arrebentar - era muita emoção! Na verdade, os grupos de elite achavam que iam ganhar, eles estavam acostumados a ganhar sempre sem muito esforço... Não lutaram, não se organizaram, enfim, não se preocuparam muito em trabalhar na campanha... para eles o sobrenome era a arma mais importante. ...”
(Lenir Novaes Olyntho, coordenadora de Ciclo Básico)

No projeto “Traviú, a visão do paraíso” fica clara a ambivalência de atitudes do grupo dos alunos migrantes, filhos de lavradores, frente ao grupo de alunos das famílias tradicionais. Tal conclusão se torna particularmente expressiva se observarmos, por um lado, a eleição e o concurso de poesia evidenciando-se a disputa entre os grupos; por outro, aliás, o que caracteriza a estrutura desse campo¹⁰⁶ num jogo interessado, é precisamente o fato dos alunos filhos de lavradores, no momento da eleição dos representantes de classe e do Conselho de Escola escolherem, na maioria das vezes, os alunos das famílias tradicionais, elegendo-os seus aliados e protetores, conforme aponta o gráfico.

¹⁰⁶ Norbert ELIAS, op.cit. p.109.

Eleição de alunos representantes no Conselho de Escola 1986-1995



Fonte: Livro-ata do Conselho de Escola da E.E.P.G. "Jurandyr de Souza Lima"

A situação concreta dos diferentes habitantes do bairro não é construída apenas nas relações sociais visíveis. O real também é construído através da criação de laços invisíveis entre os diferentes agentes, com suas estratégias peculiares. Esta complexidade feita de uma situação material concreta e uma realidade simbolicamente articulada, penetra o interior da escola, transformando-a, também num campo de forças¹⁰⁷ Uma lógica maquiavélica parece ordenar aquele bairro; uma crença de que os homens louvam o passado, embora não conheçam toda a verdade sobre ele. Esta história gloriosa, tantas vezes repetida no local revela também a necessidade das famílias tradicionais ganharem para si a simpatia

¹⁰⁷ Cf. Pierre BOURDIEU, *Coisas Ditas*, *passim*.

de seus trabalhadores, unindo o passado glorioso às comemorações do presente.¹⁰⁸

É hora, portanto, de recolocar o especialista da educação diante do conflito aqui reconstituído, de tentar responder às perguntas feitas nas primeiras páginas deste capítulo.

¹⁰⁸ Refiro-me aqui especialmente aos seguintes trechos de Maquiavel: " Portanto, aquele que se torna príncipe por favor ao povo deve procurar sempre conservar sua afeição, não pedindo o povo nada mais do que não ser oprimido. Mas aquele que, contra o povo, se torna príncipe por favor dos grandes, deve antes de mais, tentar ganhá-lo a si, o que será fácil se o tomar sob sua proteção(...) Ora, a boa vontade do povo pode ganhar-se por diversos meios, de que não falarei por não poder formular uma regra exata, pois é preciso mudá-la segundo os tempos(...) O príncipe deve enfim, em certas épocas do ano, ocupar o povo com festas e espetáculos(...) mostrar-se clemente e generoso, sem deixar de manter a majestade da sua dignidade, que em tudo deve transparecer." George Maquiavel MOUNIN. *O príncipe*. pp. 67-68.

Anexos do Capítulo I I

(ANEXO1)

Empenho dos moradores do bairro na construção do prédio escolar

Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Jundiá

HELÍDIO CAZIANI, presidente da Comissão de Construção da Escola, do Bairro de Traviá, deste município, vem, respeitosamente, à presença de V. Excia. afim de expor o seguinte:

1. Já desde o exercício de 1960, se encontra à disposição desta comissão a importância de Cr\$ 100.000,00, destinada ao início da construção da referida escola, de acordo com planta da Prefeitura Municipal. A uma solicitação nessa, foi autorizado o pagamento de mais Cr\$ 200.000,00, ainda no exercício de 1961, a importância esta ainda não levantada pela comissão.

2. Parece, entretanto, que o processo existente na Prefeitura Municipal não se encontra plenamente instruído, de acordo com a legislação que autoriza essa magnífica forma de colaboração da Prefeitura com os bairros rurais. Faltam a relação da comissão encarregada da construção, com a distribuição de funções, bem como o compromisso dos membros. Para esses dois documentos solicita-se a imediata juntada.

3. Além disso, a importância de Cr\$ 300.000,00 (parte já depositada e parte já autorizada) são, evidentemente, insuficientes para a construção total da obra. Em vista dos casos de outros bairros em que as obras atingiram e ultrapassaram a casa dos Cr\$ 600.000,00, nos anos anteriores. Acreditamos que a construção da escola, com as pequenas alterações de melhoria que pretendemos fazer, deve atingir Cr\$ 800.000,00.

Requer, por isso, o presidente da Comissão, além da juntada dos documentos anexo, a imediata liberação dos restantes Cr\$ 200.000,00, importância já autorizada, com o que iniciar-se-á a obra, bem como a feitura de novo orçamento, autorizando-se oportunamente, o aumento da subvenção, até o total das despesas que se fizerem.

[Assinatura]

Jundiá, 29 de maio de 1962

RELATÓRIO DOS MEMBROS DA COMISSÃO CONSTRUTORA DA ESCOLA

Bairro de Traviá.

- Presidente - *Helídio Caziani*
- Secretário - *Luis Carbonari*
- Tesoureiro - *Gilio Tomasetta*

MEMBROS:

COMPROMISSO -

Os abaixo assinados, membros da comissão de construção da escola do Bairro de Traviá, se comprometem por isto, a tudo fazer para a construção da referida escola, recebendo para tanto a subvenção do município, de tal modo prestada perfeita conta à Prefeitura Municipal em balanço comprovado, bem como a, na medida de possível, conseguir a colaboração dos moradores do bairro, para que a escola seja fruto da mútua colaboração e cooperação entre os moradores e a Prefeitura.

BANCO MOREIRA SALLES S. A.

Jundiá 7 de dezembro de 1960

RECEBEMOS de Sr. Hilario Caniato e/ou Luis Carbonari e/ou Gilio Tomasetta

o valor de - cem mil cruzeiros -

200.000,00-

para depósito em nome de movimento

Banco More...

CR\$ 100.000,00

Cheque nº 46422 a/Remeredit-Jundiá

BANCO FEDERAL DE CREDITO S. A.

Nº 747941

PARA CREDITO DE:

Hilario Caniato Luis Carbonari e Gilio Tomasetta

RECIBO DE DEPÓSITO EM DINHEIRO EM CHEQUES

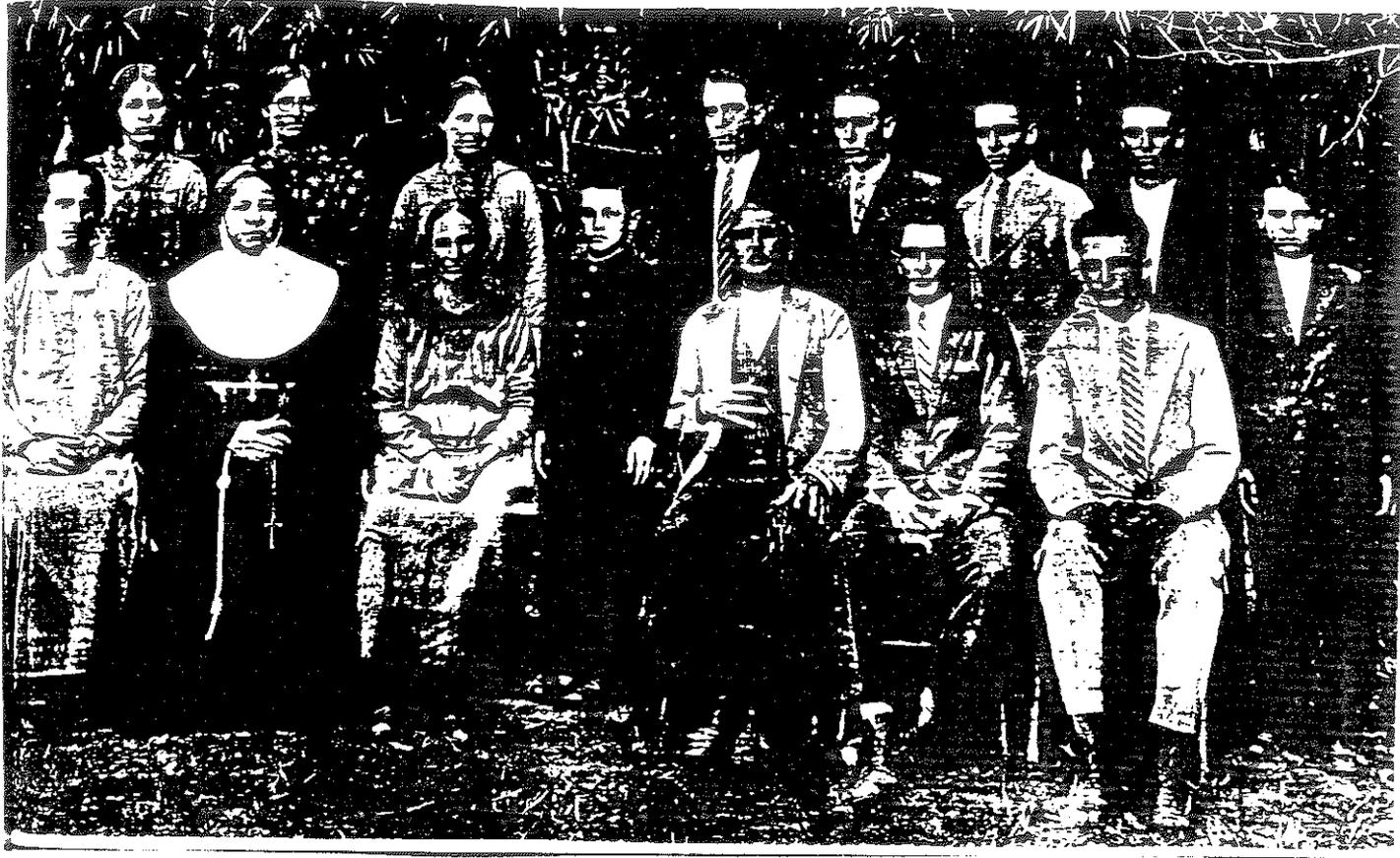
RECEBEMOS

VALOR DO DEPÓSITO	DATA DE DEPÓSITO	ASSINATURA
200.000,00	21/12/60	

SOLO FOI PAGO POR VENDA ESPECIAL

(ANEXO 2)

Foto da Família Thomazeto



(ANEXO3)

Poesia de aluno durante o projeto "Traviú, a visão do paraíso!?"

Traviú, a visão do paraíso?

Tinóleses e itálicos não se davam
Mostram um para o lado de cima
e o outro para o lado de baixo.

Mas num acordo chegaram
e juntos se emanciparam
a vaidade da terra
logo cultivaram.

Ainda bem que sempre aqui morei
Posso mudar
mas nunca vou cessar
deste baixo lembrar.

Yuri Carbonari
G. 131116 A

(ANEXO4)

Jornalzinho montado por alunos durante o projeto "Traviú, a visão do paraíso!?"

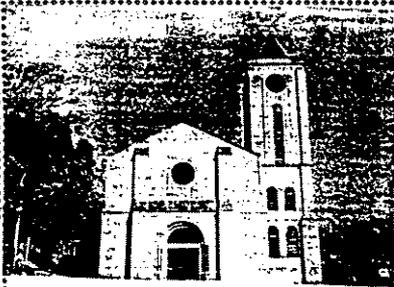
GAZETA DO

TRAVIÚ

O NOSSO BAIRRO

Traviú

Na série de reportagens sobre o nosso bairro, mostramos hoje o Traviú - tradicional pela sua produção de uva. pag



- N.S. das Vitórias pag

98 anos do Programa do BAIRRO pag

Horóscopo pag

Mensagens pag

Culinária pag

Versos pag

Para você pensar pag

Músicas pag

-fotos pag e

Atésteis pag : Eventos do mês pag

-Notícias Superinteressantes pag

BAIRRO TRAVIÚ

Bairro Traviú. Mais que um bairro. Um lugarejo simpático, bonito e arborizado. É um lugar que no início, se dedicou à viticultura; de tal maneira se apaixonaram seus imigrantes por esta atividade, que o Traviú acabou se tornando um centro de irradiação, de conhecimentos, de novos tipos de uva atingindo os municípios vizinhos.

Entre as crianças e adultos o Traviú foi se tornando com um total de 40 pessoas pertencentes às famílias: STECK, CARBONARI, TOMASETTO e LOURENÇÃO.

"Corria o ano de 1893, quando o monte Traviú (guia) viu chegar um grupo de 40 imigrantes do Norte da Itália, vindos de regiões do Veneto, Vênezia Giulia e Trentino. Donos dos 80 alqueires adquiridos com muito sacrifício, puseram as mãos e os pés na terra, que seria ótimo para o plantio de uva, é claro, depois de descobrirem que não seria para a cultura do café e cereais.

Suas moradias eram as mais simples, casebres de sapé e o chão de terra batida. O que importava, não era o conforto mas o fato que havia a nova terra, o trabalho que não faltaria enquanto o sol fizesse sempre um arco no céu.

Toda atividade era feita em conjunto, atribuídas sempre pelos mais velhos.

No centro das chácaras dos imigrantes italianos haviam construído uma igreja em louvor a NOSSA SENHORA DA VITÓRIAS, com tijolos fabricados ali mesmo em 1905 onde todos os domingos havia terço às 12:00 horas e aos sábados novamente.

O padre Capuzinho, vinha de São Paulo uma vez por ano, rezar missa, após ter celebrado em Louveira. A imagem de madeira esculpida na Itália, e trazida por Roberto Carbonari com a ajuda de José Steck foi colocada na igreja. Mais tarde com o aumento da população foi necessário com que fizessem uma nova igreja, onde a missa passou a ser rezada uma vez por mês pelos padres: GILIO, POLICARPO, BERNADINHO e ESIDORO

em 1914; mas foi só em abril de 1957 com grande alegria e festa, foi inaugurada a capela que hoje reúne - todo o povo do BAIRRO TRAVIÚ.

Os anos se passaram e foram sendo construídas as entidades representativas do Bairro Traviú, como o GRÊMIO TRAVIÚ, em 59 e a SOCIEDADE AMIGOS TRAVIÚ, em 61 cada qual liderando os movimentos culturais e de reivindicações para um dos bairros que hoje se constitui, **UM BELO E EDIFICENTE EXEMPLO PARA OS JOVENS.**

A padroeira

Os fazendeiros bem que isolavam subvenciam a construção do casé mas não foi possível. Sua missão, foram o trabalho e o suor produzidos, assim os fazendeiros, que residiam nas fazendas vizinhas. Mas no final do verão, começaram a plantar uva. E não é que os imigrantes começaram a plantar uva. E não é que...

As pessoas - chamam a atenção - estão passando a plantar uvas - de vinho e de uva. Aí a Terra foi crescendo e se transformou em uva e depois a uva e a uva foi regada produtora de uva.

Mas o Traviú não para com a história e a história de sua Padroeira, Nossa Senhora das Vitórias, que era um quadro litográfico traçado pela família Tomascio, de Traviú. A comunidade custava a comprar e a pagar suas paginas baratas impregnadas. Em 1955, entretanto, com ajuda que a própria comunidade fabricava, foi construída uma igreja verdadeira no meio do bairro. Alguns meses mais tarde, em 1962, a igreja ganhou uma imagem de Nossa Senhora das Vitórias, esculpida em madeira e transportada de Romagnano, Treviso, por Roberto Calabrese e José Sisti.

A história, porém, não termina aí. Em 1914, a comunidade percebeu que a igreja já não era adequada para todos e resolveu construir outra, no lado da antiga. Essa nova igreja foi inaugurada em 1957 e está em uso até hoje.

Os moradores no Traviú podem não conhecer essa história com muitos detalhes mas como a maioria carrega os costumes das primeiras famílias, fazem com respeito aos fundadores do bairro. E, principalmente, o bairro não tem mais esse bairro por nenhum outro no mundo. O bairro vive uma grande família.

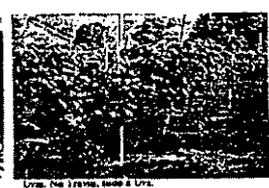
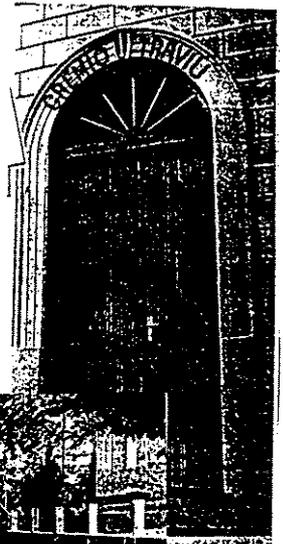
NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS



TRAVIÚ



O bairro Traviú é mesmo uma grande família. Ah, todos são descendentes dos primeiros imigrantes italianos que fundaram o bairro. A vida corre tranquila entre os seus habitantes e alunos do bairrinho. Mas há também alguns problemas.



O TRAVIÚ TAMBÉM TEM PROBLEMAS

O Traviú é um bairro de vida tranqüila. A rua principal é largamente asfaltada com árvores das duas laterais. Mas o bairro também tem seus problemas, principalmente, quanto à falta de lazer que é a maior reclamação dos jovens. Ainda assim há outros problemas em que não se tem preocupação em relação ao que o bairro possui de bom.

O próprio João Lourenço aponta o problema de falta de Saúde da Prefeitura que funciona praticamente numa pequena alameda. Ali há um só médico por dia e, portanto, apenas 20 pessoas são atendidas — um número insuficiente para a procura diária do posto.

— Acho que seria muito bom se investissemos outro terreno — comentou João — porque as áreas vazias ficam sem serem atendidas. Algumas precisam voltar ao dia seguinte. Além do mais, o terreno não tem nenhuma estrutura para o cliente.

Outro problema que o bairro enfrenta, segundo ele, é a segurança do serviço de ônibus. As linhas após a abertura do bairro e por isso decoram muito tempo sem chegar ao centro da cidade. Além disso, os horários são ruins e, pelo menos, há gente que perde até o horário de chegar ao trabalho.

— Acho que se aumentassem os horários de ônibus, o bairro estaria melhor servido.

Apesar das reclamações, João não reclama em seu bairro, onde tem um mercado que vende praticamente de tudo, por mencionar outro na cidade. O lugar é tranqüilo, limpo e a água é das melhores.

Falta lazer

— É sempre a reclamação de falta de lazer no bairro, principalmente, são os jovens. Cada vez se vive como se fosse um deserto no centro da cidade ou alguns pontos mais próximos. Outros aproveitam para ir às paradas de ônibus.

— Eu saio para jogar futebol — contou Rosemary Lourenço — e a gente costuma reunir uma turma toda final de semana. Aqui a gente não tem muito o que fazer mesmo, então, cada um passa o tempo como pode.

Essa também é a opinião de Jairo Maria Carmo, que, por incrível que pareça, ocupa uma função na semana trabalhada. Para ele, na verdade, não é um trabalho que tem uma diversão, algo muito difícil de se encontrar no bairro.

— Eu saio "bites" nos sábados e domingos — ele

contou. — É um trabalho numa empresa que organiza festas de casamento e me permitem trabalhar muitas vezes fora. Aqui no bairro, a gente não tem muito o que fazer e, para passar, tem que sair daqui.

Durante a semana, Jairo não tem mais de 15 minutos no Traviú e, de vez em quando, vai visitar os pais no apartamento. É para ele, está fazendo mesmo uma pausa para que os jovens possam aproveitar o verão e permanecer no bairro.

— Hoje estão no Centro — ele disse — mas não é um certo e nunca mais foram feitos. Então, cada um tem que fazer o que pode. Mas não vou dizer que é difícil de encontrar porque aqui está um tempo e não comoda, o seu carro. Para sair, basta apertar.

— Mesmo assim, ele reconhece que o serviço de ônibus não é a única coisa que poderia ser melhorado para melhorar a vida no bairro. Outros problemas? Não, porque não tem problema de vida aqui, então se precisar, ele não tem vontade nenhuma de sair da cidade.

— Mesmo sem diversão — ele comentou — é muito bom morar no Traviú. A meu todo mundo se conhece, é limpo, não tem violência e a gente pode viver sossegado. Isso com certeza é diferente do centro de cidade.



João Lourenço, dono do bairro Traviú.



Rosemary Lourenço, mãe de João Lourenço.



SUPERMERCADO "TRAVIÚ LTDA."

BAIRRO TRAVIÚ S/Nº - JUNDIAÍ - EST. DE SÃO PAULO

Um bairro onde tem até "eleição"

Os moradores do bairro Traviú sempre procuraram resolver sozinho os próprios problemas. O trabalho, basicamente, está dividido em três setores: o Centro Traviú, a Sociedade Amigos do Bairro Traviú e a Comissão da Igreja, ligada às entidades religiosas. Em todos eles, há a participação dos moradores que se reúnem nas reuniões. E há a eleição: os presidentes são escolhidos por voto direto de todo o bairro.

O Centro Traviú funciona como uma entidade cultural e beneficente. É ele quem organiza alguns encontros entre os jovens, principalmente nos finais de semana, além de proporcionar o do bairro — e coordena campanhas para ajudar os mais pobres. Segundo o morador João Lourenço, todo o bairro participa quando se organiza uma campanha beneficente.

O Centro também trabalha sozinho — ele disse — e todos os moradores colaboram com boa vontade. Já foram realizadas feiras e campanhas de arrecadação de roupas e de mantimentos, dependendo das necessidades. A diretoria do Centro fica no cargo por dois anos e depois é substituída. Aqui, João explicou, praticamente, já passou pelo Centro e já fez outras atividades. Mas o que demonstra bem o nível de vida no Traviú é a Comissão da Igreja. Como o padre só vai ao bairro nas festas de santos, para eleger os membros, são os próprios moradores que precisam responsabilizar-se pela manutenção da igreja e das demais entidades religiosas.

— Quando os moradores percebem que a presença regular era muito pequena — comentou João — a comissão se reúne e parte para a luta. É necessário angariar fundos e todos precisam colaborar de alguma forma.

Em algumas ocasiões, os moradores organizaram festas para conseguir essas fundações e em outras contaram apenas com a ajuda do bairro. Em casos mais sérios, como a colocação dos novos anos, todos os "chefes" de família foram chamados para uma reunião em que seria definida a forma como a cumprir dois anos.

Aqui e ali, disse João — a gente decide todo um grupo e forma toda gente.

A eleição da diretoria é feita também a cada dois anos de uma maneira bem diferente. No final de agosto, todos as famílias são convocadas para uma assembleia geral quando o presidente que está grande com o nome das pessoas que se candidatarão à presidência. Normalmente, essas pessoas não podem assumir cargos — como sei da Sociedade Amigos de Bairro e da Comissão da Igreja no mesmo tempo.

— Não é preciso muito tempo para escolher — comentou João — porque aqui todo mundo se conhece e a gente acaba quem acha melhor. Eu sei já foi presidente de comissão.

A Sociedade Amigos de Bairro do Traviú tem, neste ano, uma sede própria e funciona há pouco mais de dez anos. A entidade tem por objetivo, basicamente, buscar soluções para os problemas do bairro ou encaminhá-los às autoridades. O presidente da Sociedade, Waldemar Ribeiro, acrescentou, não que comentar a situação do bairro com quem queria as principais reivindicações dos moradores ao novo período.

— Eu sei o bairro tem. Foram os moradores, com seus próprios recursos, que construíram também as áreas do centro e da sociedade sempre do bairro. Isso que não tem quem construa o governo de amigos do Traviú — um galpão enorme e cuberto onde os jovens costumam jogar nos finais de semana. O problema, aqui, pode ser resolvido por qualquer um do bairro já que todos colaboraram com o construtor.

FRAGRÂNCIAS

MALUÁ

FRAGRÂNCIAS MALUÁ

.....
 : NOICIAS SUPERINTERESSANTES :

Telefonemas anônimos atacam o Traviú.

Foram anos de estudo que fizeram de nosso cientista o que ele é hoje: o SENHOR MATEUS JOSÉ TOMASETTO. Após tanto estudo conseguiu desenvolver um método de antena que serve não só para passar imagens em todas as 30 tevas da Vila Tomasetto como também para entrar em contato com MARTE. Não são só americanos que mandam satélites, os tradicionais Italianos também ocupando o seu céuzinho. Não se deixa longe a possibilidade de uma oficina eletrônica em Marte. Só falta a união com a Professora D. LENIN para lançar o novo VOYGE II.

Está expressamente proibida a passagem pelo atalho Bôndio-Rene que lig a Única e asfaltada avenida do Bairro com as Mansões Thomasetto. MOTIVO- Houve na semana passada um deslizeamento. O Único ferido foi o raparigo FABIO. Ele estava em uma das calmas reuniões da Gazeta do Traviú, quando na volta es um delicado bate boca com a donzela GIOVANA houve um empurra-empurra e também um joga-joga no córrego Rosário vulgo com REGUINHO. Agora com todo esse vai e vem não se sabe onde está o FABIO, terão que penejar a água.

CHOPS e UISQUE fazem mal para as idéias dos convidados da FESTA houve bastante amiguinhos de beijinhos e abraços, mas só amiguinhos

TEXAS MOTEL a atracção dos ITALIBAIANOS



Esportes

"98º ANIVERSÁRIO"

PROGRAMA

- Dia 24-3 Início Torneio de Tênis
- Dia 7-4 8:00h. Passeio ciclistico até o Bairro do Poste que será oferecido suco de frutas pela comunidade local.
- Dia 8-4 19:30h. Início Torneio de Snooker
- Dia 9-4 19:00h. Início Torneio Fut-Sal
- Dias 13 e 20-4 19:30h. Torneio de Truco
- Dia 14-4 8:30h. Corrida de Siciçieta
- Dia 20-4 19:30h. Início Torneio Tênis de Mesa
- Dia 21-4 8:00h Início do Bate-Fundo de Bocha obedecendo a tabela e horário prefixados
- Dia 21-4 8:30h. Maratona
- Dias 22,24 e 26-4 19:30h. Volei
- Dia 27-4 13:00h Giãcana
- Dia 27-4 15:00h Futebol Compo (Tiroleesses x Italianos) (somente para sócios)
- Dia 28-4 8:30 Corridas 100 mts.

Eventos Culturais

Dia 27-4 19:00h Missa Solene comemorativa de aniversário celebrada pelo Bispo diocesano D. ROBERTO PINARELLO DE ALMEIDA

Dia 28-4 Coral e Danças Típicas Italianas

Dia 28-4 As 12:00horas, almoço comunitário no Ginásio de Esportes, sendo que cada convidado poderá levar seu cardápio já preparado ou optar por encomendar seu churrasco até o dia 25 do corrente, no bar com o Airton, de vez que ao local onde haverá um complemento serviço de bar.

PARTICIPEM.

MÚSICAS

13

CANÇÃO DO TRAVIÃO

Travião é um doce encanto
Com sabor de lenda antiga
É poesia por todo canto
Inspirando uma cantiga

Em teu monte altozeiro
Feiticeiro dos vinhedos
Avesinha em torção
Ensalando sus folgedas

Na tua alva (s) torre os sinos
Tangendo sentidas als
São poeiras de meladas
No azul prato dos Vinhate

Ficdo diu i sol se escorde
Acorder jovens aos ansios
É o coração que corresponde
Na garrelle das passeias

CANÇÃO DOS VINHATEIROS

Entre ramagens e videiras
Vinhateiros desta terra
Canta um hino sonbraçeiro
Das quebradas junto a serra

Bagas loiras, rosa tintas
Sem retintos nos sarmentos
Cada ramo uma promessa
Para alegrar todos momentos

2 Sus Vinhateiros Vinhateiros
Para a vindina com ardor
Colher uvas prezentiros
Para a mesa e p'ro licor

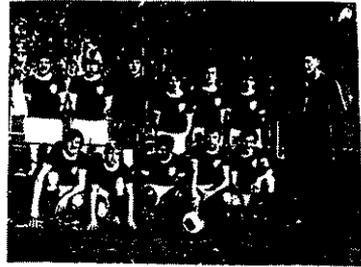
818 Para a festa do cenho
Para a festa do amor
Para o alimento cotidiano
Para o culto ao Redentor

ZUM ZUM SU LA BELAMONTE

ZUM ZUM SU LA BELAMONTE
SU LA BELAMONTE A RESTELAR
CO LA FALZE E COL COZZAE
CO LA PIERA E COL MARTEL
ANDEROM PIAN PIAN BEL BEL
SU LA BELAMONTE A ZECHEMTAR
E LE NOZZE MAZZEOTTE
VEGNERA CON NOI VIA MONTE
LE FARA POLENTE COTTE
AI ZIECADORI DA CHE PORTAR

LA PASTORA

E LASSU SU LA MONTACNA
GH'ERA SU'NA PASTORELIA
PASCOLAVA I SUOI CAPRIN
SU L'ERBA FRESCA E BELA
E DI LI PASSO UN SIGNORE
E' L GHE DISS-: "OI PASTORELA
VARDA BEN CHE I TUOI CAPRIN
LUPO NON SE LI PIGLIA"
SALTA FO LUPO DAL BOSCO
CON LA FRACCIA NERA NERA
L'A MANCIA 'L PU BEL CAPRIN
CHE LA PASTORA AVEVA
ED ALLOR SE MESE A PIANGERE
LA PIANCEVA TANTO FORTE
AL VEDERE IL BEL CAPRIN
VEDERLO ANDAR A MORTE



ANTIGO TIME DE FUTEBOL, NA ORIENTAÇÃO DE JOAQUIM;

CAQUIS TAUBATE

UM PRODUTO 7 IRMÃOS
Ney José Tomazetto e irmãos

SITIO RIO BONITO
MUNICIPIO - BURI - C.P. 34 - DIST. ARACACU
PRODUZIDAS NO VALE DO PARANAPANEMA - S.P.

(ANEXO 5)

Escola - Igreja

MISSA POR OCASIÃO DA ENTRONIZAÇÃO DA IMAGEM DE NOSSA SENHORA DE LOURDES NA E.E. JURANDYR DE SOUZA LIMA - TRAVIÇ - 08/11/91

Introdução:

Comentarista: Como comunidade escolar, reunimo-nos em torno do altar para participarmos desta santa Missa. Alegria e gratidão nos envolvem nesta manhã em que teremos a bênção e entronização da imagem de N. Senhora no pórtico da nossa escola. Queremos glorificar e agradecer a Deus que nos presentou Maria como Nossa Mãe e Educadora. Ela que é imaculada, toda bela, pura e cheia de graça! Vamos iniciar esta celebração acolhendo a imagem de Maria. Cantemos todos juntos o canto nº 3 para recebê-la.

Canto: À Virgem Maria...

ATO PENITENCIAL

Canto: Senhor tende piedade peccai e nossa culpa, e peccai a nossa culpa. Forque nós somos vossa povo que vem pedir vosso perdão. Cristo tende piedade... Senhor tende piedade...

LITURGIA DA PALAVRA

MISSA DA IMAGINADA CONCEIÇÃO DE NOSSA SENHORA - Santoral pág 389

ACLAMAÇÃO AO EVANGELHO

CANTO: Bate palmas, de alegria/ a Jesus que vai falar. O evangelho/que nos guia/ nós queremos acalmar.

Com.: Ave, Maria, cheia de graça, eis que o Senhor é contigo, bendita és tu entre as mulheres.

Canto: Bate palmas...

P R E S E N

1. Rezamos pelo nosso Papa, João Paulo II, que tem por lema: "Sou todo teu, ó Maria!", para que ela o proteja e fortaleça em sua grande missão e lhe recompense por todas as mensagens que nos deixou em sua visita à nossa Pátria, rezamos ao Senhor;
2. Pelos Bispos e Sacerdotes, especialmente pelo Pe. José Carlos, agradecendo sua disponibilidade em vir celebrar esta Missa conosco. Que Maria lhe interceda muitas graças e bênçãos, rezamos ao Senhor;
3. Nas intenções de nossa Diretora e de todos os nossos professores que com amor se dedicam, dispendem, a nós. Que as Marias eles encontrem sempre o modelo e as forças necessárias para empretem esta bela e grande missão de educar, rezamos ao Senhor;
4. Por todos nós, alunos, para que a Mãe de Deus nos presenteie muitas graças e o Espírito Santo e nos anime e aproveite bem este tempo de estudo para o nosso crescimento como pessoas, rezamos ao Senhor;
5. Por todos os funcionários de nossa escola, por nossos pais e

2

todos os que de alguma forma nos ajudam em nossa educação, para que sejam recompensados com êxitos benéficos nesta vida e um dia, com a coroa da vida eterna, rezamos ao Senhor:

C E R T I F I C

Comentarista: Este momento em que o pão e o vinho serão ofertados a Deus, queremos oferecer também a nossa vida. e nosso coração todas as orações e sacrifícios que fizemos na preparação à "vida" de Jesus, Senhor em nosso meio, e que estão simbolizados na construção espiritual da gratidão.

~~Em nome de Jesus Cristo, depositamos estas nossas orações e sacrifícios nas 12 rosas de 12 pétalas, para que sejam apresentadas à Mãe, uma coroa de 12 rosas. São as rosas do Senhor Amor, colocadas na cabeça de Nossa Senhora.~~

Canto das ofertas: Folha nº 4 - Linha vida tem sentido...

S A N T O: Folha nº 5 - Deus é santo, Deus é forte...

Canto de Comunhão: Nº 6 - Lavado seja meu Senhor...

CANTO FINAL: Nº 7 - O meu coração se alegrou no "senhor..."

ANOS A MISSA

1. Bênção de Imagem de N. Senhora pelo Sacerdote
2. Criação, ou melhor, comentário;

Sacerdote: Agora, vamos convidar Maria para se estabelecer na pequena gruta, através desta imagem. Cede vos que a contemplamos, queremos nos lembrar de que Maria é nossa Mãe carinhosa que está sempre pronta a nos ouvir e orientar; a nos proteger e ajudar em nossas necessidades. Queremos dar-lhe um lugar de honra em nossa escola, mas também e sobretudo em nosso coração, pois se Maria, a Imaculada, estiver conosco, ela cuidará que o nosso coração se conserve sempre p u r o, como foi o seu.

(Neste momento, o sacerdote envia as crianças a rezarem juntos a oração "Vas Maria, doce à terra...");

"Vas, Maria, doce à terra!

Transforma esta nossa escola num lugar onde a educação se encontre no amor.

Sê tu, Nossa Rainha e Educadora!

Sob tua proteção, ó Mãe Imaculada, queremos educar-nos a fim de sermos personalidades firmes para a construção de uma nova sociedade.

Abençoa a Direção da escola, os nossos pais e educadores, os funcionários e todos os alunos que por aqui passam. Fica conosco hoje e sempre. Amém."

Ó minha Senhora, é minha mãe...

3. Promissas até a gruta: (Na frente, vão as 12 crianças levando as 12 rosas, em seguida o sacerdote com a imagem de Maria)

Canto: Folha Nº 10 - Maria de Nazaré...

Nº 12 - Imaculada, Maria de Deus...

CAPÍTULO III

Uma janela para o observador: O Conselho de Escola

“ ... se há uma verdade, é que a verdade é um resultado de lutas ...”

(Pierre Bourdieu, 1994)

CAPÍTULO III

Uma janela para o observador: O Conselho de Escola

1. Entre o Estado e a Escola: o especialista de educação

O diretor de escola pública encontra-se, exatamente, diante da possibilidade de mediar a relação entre o burocrático e o social; a preocupação do especialista de educação deve ser a de realizar um trabalho no qual a competência técnica, em constante processo de construção, se alie à criatividade e à inteligência, adequando o administrativo e a realidade particular daquele local, colocando o primeiro a serviço da segunda. Nesse processo a grande dificuldade está, justamente, no fato de que também esta realidade local é conflituosa.

A tendência à burocratização é marcante na história das sociedades contemporâneas e, evidentemente, as unidades escolares também sentiram a influência dessa tendência e adotaram-na como forma de administração. Segundo Max Weber, uma das funções da administração burocrática é evitar o arbítrio pessoal e, de certa forma, impedir as relações de clientelismo.

Hoje em dia a palavra burocracia apresenta forte aspecto negativo, ligada à idéia de propostas emperradas, pilhas de papéis e entraves para a efetivação das práticas institucionais: os "tais" trâmites burocráticos.

Contudo, este não era seu sentido original. Weber explica que a burocracia foi pensada por sua eficiência, visando impedir o arbítrio pessoal, uma

vez que todos a ela submetidos deveriam obedecer tais leis. Deste modo, formas de clientelismo e relações pessoais seriam evitadas.¹⁰⁹

Nas sociedades contemporâneas, porém, a burocracia está longe de cumprir esse papel. Para nós, a burocracia representa obstáculos à participação, regulamentação da vida cotidiana e, fundamentalmente, um modo de transformar as questões políticas em simples questões técnicas.

É isto que, infelizmente, também é visto no cotidiano dos diretores de escola: engolidos pela papelada oficial, eles se distanciam da população escolar e se aproximam mais, devido às exigências legais, das Delegacias de Ensino e das Secretarias de Educação. Em outras palavras, são vistos mais como técnicos do que como educadores.

Na rede pública de ensino, dentre as diversas facetas que o modelo burocrático apresenta, encontram-se os registros oficiais. Através destes, têm-se uma visão da rotina escolar padronizada, dando a impressão que todas escolas estaduais são dotadas das mesmas características e, portanto, exatamente iguais.

Nos arquivos da instituição escolar, os registros burocráticos são tantos, que não permitem captar as particularidades de cada realidade, pois a formalidade que é mantida no preenchimento dos documentos encobre a movimentação de todo processo educacional ali existente.

Atas e mais atas, impressos e mais impressos buscam, estrategicamente, formas padronizadas de preenchimento, evitando assim, o não cumprimento legal das determinações estabelecidas pela Secretaria da Educação.

¹⁰⁹ Sobre características da burocracia, ver: Max WEBER, *Ensaio de Sociologia*, pp. 229-232.

Essa estratégia, na maioria das vezes, é encarada como uma forma de se deixar o trabalho do “dia a dia” fluir. O cotidiano da escola, porém, aparece de forma muito mais dinâmica quando analisado a partir de suas relações sociais, a partir das vivências pessoais e de grupo no interior da escola que são, ora de reciprocidade, ora de conflito. A reciprocidade aparece, por exemplo, nos momentos em que todos (pais, professores, diretores, alunos) se envolvem no desenvolvimento de projetos específicos como aquele citado no capítulo II, Traviú a visão do paraíso. Mas é também aí, simultaneamente, que os conflitos se condensam. Relações de poder e resistência perpassam o cotidiano escolar, ligadas diretamente à distribuição desigual.

A base destes conflitos, no interior da EEPG “Jurandyr de Souza Lima” reside, em grande parte, na distribuição desigual da participação dos diferentes grupos sociais nas decisões sobre os rumos da escola.

Até pouco tempo atrás, essa relação tão delicada aparecia de modo bastante dissimulado. Impossível não retomar, aqui, as palavras de Bourdieu: “Assim, a função mais dissimulada e mais específica do sistema de ensino consiste em esconder sua função objetiva, isto é, dissimular a verdade objetiva, de sua relação com a estrutura das relações de classe... O tempo (e, portanto, o dinheiro) desperdiçado é também o preço que é preciso pagar para que fique dissimulada a relação entre a origem social e os resultados escolares, pois, querendo-se fazer com menor gasto e mais rapidamente o que o sistema fará de todas as maneiras, deixar-se-ia exposta, anulando-as ao mesmo tempo, uma função que só pode ser

exercida quando permanece dissimulada. É sempre ao preço de um gasto ou de um desperdício de tempo que o sistema escolar legitima a transmissão do poder de uma geração a outra...»¹¹⁰

Nunca os grandes proprietários do Traviú impediram o acesso à escola por parte de seus trabalhadores. Aliás, quase sempre, demonstraram o desejo de que as crianças pobres, filhos dos operários e lavradores, freqüentassem a escola. Assim também, ganhavam a credibilidade dos diretores e funcionários ao mesmo tempo em que, aos olhos dos trabalhadores apareciam com uma falsa aparência de generosidade.

A escola do Traviú, vista sob este ângulo, é mesmo um lugar central na manutenção das relações de classes ali existentes. As forças em conflito nesse delicado jogo de poder marcam a escola desde o seu nascimento. Sofreram, porém, a partir do final de 1995 e no decorrer deste ano de 1996, um forte abalo. A reorganização das escolas, com a separação de alunos de diferentes idades e graus de ensino, do estabelecimento, instalou uma situação de conflito visível no local.¹¹¹ A escola que, até então, contava com duzentos e vinte alunos aproximadamente, é hoje (1996) freqüentada por cerca de trezentos e oitenta alunos.

Esta mudança foi oficialmente justificada, também, pelo melhor aproveitamento do espaço físico, pois, apesar de sua capacidade projetada ter sido para atender uns seiscentos alunos, a escola foi sempre de fato subaproveitada.

¹¹⁰ Pierre BOURDIEU e Jean Claude PASSERON. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**, pp. 216-217.

¹¹¹ Para justificar a separação das escolas no Estado de São Paulo, a Secretaria da Educação utilizou-se do artigo 2º e 3º da Lei 5692/71, que procedeu à junção de várias modalidades de ensino no mesmo estabelecimento, somado, também, a dados estatísticos que justificam o fechamento de escolas. Documentos oficiais da S.E., versão preliminar de 17/10/95.

Assim, a partir deste ano, dezenas de “forasteiros” chegaram à escola; novos atores entraram neste cenário. Alunos de bairros vizinhos passaram a conviver com as antigas estruturas, criando um conflito que, desta vez, rompeu a dissimulação antiga para se tornar visível e, até mesmo, público. A elite local vem resistindo, ao longo de todo ano, às determinações legais. Estas, por sua vez, estão sendo rigorosamente cumpridas; aquilo que esteve submerso veio à tona: A escola, que mascarava a relação de classe existente, apaziguando os conflitos sociais, tornou-se um barril de pólvora.

Fica evidente que a elite proprietária do Traviú aceitava a convivência entre seus filhos e os pobres a eles submetidos pelas relações de trabalho. A “nossa gente” podia conviver e era mesmo interessante que convivesse. Porém, com a reorganização do ensino, os pobres de bairros próximos ao Traviú passaram a ser maioria na escola. Por não estarem submetidos pelas relações de trabalho, não aceitam o domínio local passivamente.

Acompanhando uma tradição histórica que vê nos pobres “elementos” potencialmente criminosos, os proprietários definem esses “forasteiros” como agressivos, responsáveis pela sujeira das dependências escolares, por atos de vandalismo e pelo aumento do número de ocorrências disciplinares.

Em outras palavras, a medida do governo enfraquece o grupo dos proprietários locais, até então vitoriosos no campo de lutas.

Uma vez instaladas, essas situações apresentam dinâmica própria e duração indeterminada, principalmente no campo educacional, no qual as mudanças requerem tempo para se avaliar os resultados. Frente a esses problemas pode-se perceber como é difícil equilibrar o processo administrativo forçado a interagir com dois universos diferentes, que necessariamente se encontram na instituição escolar.

Certamente, muitos administradores, ao tentarem resolver os problemas, se perdem nessa malha inextricável entre o social e o burocrático, sentem dificuldade em relacionar diferentes grupos de pessoas à regras padronizadas.

Nesta pesquisa tratou-se, inicialmente, das relações entre os diversos agentes que atuam no interior da escola, permitindo compreender os laços invisíveis que associam essas pessoas que vivem e agem dentro dela. Agora, tentaremos compreender de que maneira tais relações entram em consonância com as decisões emanadas do domínio político. Para isto, tomaremos como lugar privilegiado de análise, o Conselho de Escola, no caso do Estado de São Paulo, buscando aí uma interpretação que considere não apenas as interações visíveis que se desenrolam no interior da escola, mas também, uma interpretação, uma descrição densa dos laços invisíveis que associam as pessoas que vivem e agem ali.¹¹²

2. O Conselho de Escola: da legalidade à possibilidade.

O Conselho de Escola foi escolhido porque é no seu interior que aparecem todos os agentes sociais envolvidos na escola, aparecem com suas opiniões e posturas específicas. Nele estão representantes das diferentes categorias sociais em questão, uma vez que formado paritariamente, de um lado por educadores e funcionários da escola e, de outro, por alunos e pais.

Dito de outro modo, o Conselho de Escola é um instrumento que pode garantir a participação da sociedade no cotidiano e em algumas decisões escolares. Além disso, esta escolha do Conselho de Escola como alvo da análise,

¹¹²Sobre o método da descrição densa, ver introdução.

explica-se também pelo fato de que, mais que qualquer outra instância da instituição escolar, apresenta um duplo sentido: é, ao mesmo tempo, *um dado* porque organiza legalmente, estruturalmente a relação entre o Estado e a Sociedade na Escola; mas é também *um ato* porque pode interferir mesmo no processo educacional no interior da instituição escolar.¹¹³

Assim, ao analisar o Conselho de Escola, podemos manter a dualidade que temos ressaltado ao longo deste trabalho: o burocrático e o social, a elite proprietária e os trabalhadores, a participação e o domínio, a regra geral colocada pela lei e a particularidade da escola onde esta lei é implantada. No Conselho de Escola todas essas dualidades, com seus respectivos atores, se fazem presentes.

As escolas públicas no Estado de São Paulo criaram, através desses “Conselhos”, uma relação entre elementos de “dentro” e de “fora” da escola, no momento das decisões tomadas no seu interior.

Conselho de Escola, com uma diversificação maior de seus membros foi criado em 1977, através do Regimento Comum das Escolas de 1º Grau do Estado de São Paulo, composto por representantes do corpo discente e por um representante da comunidade. Mais tarde, em 1984, este Conselho adquiriu caráter deliberativo reforçando, assim, a participação dos pais.¹¹⁴

¹¹³ Em consonância com uma das explicações da palavra instituição na obra de Lapassade: “esse termo assume, como ‘organizações’, um duplo sentido: ele significa : a- *um dado*: uma instituição é um sistema de normas que estruturam um grupo social, regulam a sua vida eo seu funcionamento; b- *um ato*: ver a expressão: ‘instituição’ das crianças, no sentido de :educação. Instituir é fazer ingressar na cultura.” George LAPASSADE , **Grupos, organizações e instituições**, pp.287-289.

¹¹⁴ Os Conselhos de Escola têm raízes nas antigas “Congregações” do ensino secundário e normal do Estado de São Paulo, compostos por professores efetivos presididos pelo diretor de escola (Decreto nº 22.036 de 05/02/53). Em 1965, estas Congregações foram substituídas pelos “Conselhos de Professores”, com caráter consultivo (Decreto nº 159-A, 19/8/1965). Ver Maria Salete GENOVEZ, **Conselho de Escola: espaço para o exercício da participação**, dissertação de mestrado, UNICAMP.

Na E.E.P.G. “Jurandyr de Souza Lima”, antes mesmo da criação oficial do Conselho de Escola, sempre houve uma participação ativa dos moradores do bairro em relação aos problemas da escola¹¹⁵. Em 1961, por exemplo, os moradores locais se comprometeram com a construção do prédio escolar local. Organizaram uma comissão e defenderam a “mútua colaboração e cooperação entre os moradores e a prefeitura.”¹¹⁶

Evidentemente, essa “colaboração” reforçava o poder dos proprietários locais sobre a instituição escolar, ao mesmo tempo em que melhora as condições de ensino local.

Com a intenção de utilizar a Reunião do Conselho de Escola como mais um instrumento de investigação para essa pesquisa, compareci à escola do bairro no dia 14/05/95, data prevista para essa reunião, conforme calendário escolar. Com a devida autorização da diretora da escola, foi possível observar, a partir de uma representação oficial concreta, a participação conjunta dos representantes das diversas categorias que agem distintamente dentro daquele campo escolar.

Desta vez minha presença tinha um aspecto diferenciado. Também eu era vista como o “outro”, como “forasteiro”, uma vez que foi exposto, durante a reunião, que se tratava de uma pesquisa científica sobre educação.

Parte da pauta em discussão, naquele dia, tratava da reposição de aulas. Frente à paralisação das atividades por motivo da greve, no primeiro semestre de 1995, os representantes do Conselho de Escola tomaram ciência da

¹¹⁵Cf. capítulos I e II.

¹¹⁶ Anexo 1 do capítulo II.

Resolução S.E. 104/95, que dispõe sobre reposição de dias e aulas. Os membros presentes foram informados pela diretora da escola, Ivete, que lhes explicou:

“... com a desistência das aulas de Português por uma das professoras, antes da “paralisação”, essas aulas não poderão ser repostas em julho por não caracterizarem “greve”. Portanto, obedecerão outra legislação, relativa aos créditos, que será reavaliada no final do ano...”

Uma representante do grupo se manifestou diante da notícia, oferecendo resistência a uma regra geral que na sua opinião não cabia àquela realidade.

“...pelo que a senhora colocou, diretora, os alunos que acabaram mais prejudicados foram os de 7ª e 8ª séries, porque além da greve tiveram falta de professor e estas aulas o governo não vai pagar. Mas acontece que se trata justamente das aulas de Português. Gente, isso não pode ser! ...” (Jânea Lourençon -mãe)

Percebe-se que, diante de uma decisão do governo, a mãe, sentindo-se diretamente atingida busca força no grupo, chamando-os à razão, pelo viés do “direito”. Sem dúvida alguma, essas decisões governamentais homogeneizam diferentes comportamentos. No entanto, cabe aos agentes, no caso, os membros presentes na reunião, a possibilidade, de direcioná-las, unindo seus interesses locais às exigências legais. Diante de múltiplas possibilidades resta aos presentes uma parte de arbitragem. Nesse caso o “direito”, reclamado pela mãe, é utilizado como um instrumento dócil, adaptável, leve, multiforme, mas colocado como efeito de contribuição para racionalizar as decisões, quando não se têm, às claras, em

nenhuma parte das instruções legais, uma solução para aquele caso particular.¹¹⁷

“... ora, não se paga o dízimo da igreja? E, a gente não vai receber o dinheiro da festa do Morango? Então... vamos resolver o problema da escola pagando por fora a professora...” (Judite Carbonari- mãe)

Percebe-se que, mesmo diante de uma decisão legal, o grupo abre uma brecha, e insinua a possibilidade de aquiescência do diretor e da professora da disciplina na solução do problema emergencial. Eles buscam uma estratégia, que dê legitimidade a decisão do grupo, sem que isso possa ferir a legislação ou que caracterize desobediência às regras.¹¹⁸ A resistência desses representantes, diante das normas burocráticas se mostra fortalecida através das relações sociais.

*“... poderemos estudar essa proposta e pensar na possibilidade de colocá-la em prática...”
(Ivete- diretora)*

*“...embora não se verifique, hoje, um atraso de programa, eu posso pensar num reforço...”
(Margarete- professora de português)*

*“...a meu ver, comunidade como essa “paga” para uma melhor qualidade como vocês estão propondo, mas e as demais? Na minha opinião vocês deveriam sim, era começar a pressionar o governo...”
(Delma - professora de geografia)*

¹¹⁷ Pierre BOURDIEU. “ A força do direito- elemento para uma sociologia do campo jurídico” in Actes de la Recherche en Sciences Sociales nº64, pp. 3-19.

¹¹⁸É aquilo que Bourdieu caracteriza de ‘jogo duplo’, em que as estratégias consistem em ‘legalizar a situação’, visto que os presentes se sentem no direito de agir de acordo com o interesse da população local mas mantendo as aparências de obediência às regras. Pierre BOURDIEU, *Coisas Ditas*, pp.77-95.

Observa-se, também, que no grupo de professores existem diferentes opiniões. Enquanto a professora de português aceita o pedido das mães representantes, a de geografia condena a medida porque acredita que as escolas públicas devam caminhar juntas para manter uma igualdade que na realidade é utópica.

“...na verdade a gente espera do governo e damos muito pouco de nós - os bens públicos são nossos! A escola do bairro é minha. Eu sou responsável por ela. Você, você... também é responsável por ela. Se o governo está desviando dinheiro, o problema é nosso, nós é que devemos ter consciência de comunidade - então sem “malhação”, vamos resolver isso. Afinal, o poder público para gerenciar essa imensidão tira do nosso imposto que vai cada vez criando mais “vagabundo”. Se a idéia da comunidade é a de colaborar pagando para o professor dar essa aulas, a questão é só entrar num acordo e vamos resolver entre nós mesmos...”(René Tomazetto- pai)

A fala de René Tomazetto - a mais articulada- deixa clara a sua idéia em relação a responsabilidade da comunidade frente aos problemas escolares, isso tudo, de forma independente do domínio público.

As discussões foram tomando um outro rumo, no sentido de fortalecimento da escola pública local, apesar de todos os problemas elencados e das diferentes posturas dos membros representantes. O Conselho era o palco, no qual diversos atores defendiam seus papéis, tendo na pessoa do diretor o mediador nas questões apresentadas.

Se, pelo texto legal do Estatuto do Magistério, o Conselho de Escola, tal como apresentado no artigo 95, tem uma aparência democrática e pode estabelecer a participação institucional da “comunidade” no interior da unidade escolar, nem sempre, infelizmente, ele é visto e tratado como tal.

A lei abre através do Conselho, a possibilidade de uma participação maior da comunidade. Porém, no calor das discussões particulares de cada realidade, esta participação, por vezes, cede lugar a outras formas de luta, estrategicamente utilizadas como as que aparecem nas falas citadas.

Novamente, o pensamento de Bourdieu pode nos ajudar. Para os proprietários, a escola do bairro, pública e, portanto garantindo supostamente a igualdade de oportunidades a ricos e pobres, contribui simbolicamente para a manutenção das relações de classe. Do mesmo modo, o Conselho de Escola também garante, ao governo, uma imagem democrática ao permitir a tomada de decisões por parte da “comunidade” mas, estas decisões são limitadas às particularidades daquela unidade escolar, submetida às decisões gerais da Secretaria. Finalmente, para os pais que participam do Conselho, a idéia de participação democrática, longe de representar a vontade da maioria está ligada à vontade do grupo.¹¹⁹

No interior de cada campo de luta há espaço tanto para dominação quanto para resistência. Porém, na relação entre esses campos e os “outros”, por exemplo, campo do domínio político, este espaço diminui e é isto que incomoda aquele grupo proprietário.

A ata do Conselho de Escola, enquanto um registro oficial, torna-se válida, atende as exigências legais, de acordo com a estrutura organizacional da Secretaria da Educação, tornando-se assim um documento legítimo. Ao ser lido pela diretora da escola, o texto da Resolução da Secretaria da Educação que dispõe sobre a reposição de dias e aulas referentes ao período de paralisação, fez com que todos os presentes tomassem ciência do cálculo efetuado pela escola. Na

¹¹⁹Pierre BOURDIEU e Jean Claude PASSERON. **A Reprodução**, pp. 216-217.

medida que os representantes do Conselho de Escola aprovaram o calendário de reposição, conforme as assinaturas no livro-ata, fica comprovado legalmente a realização de suas atribuições.

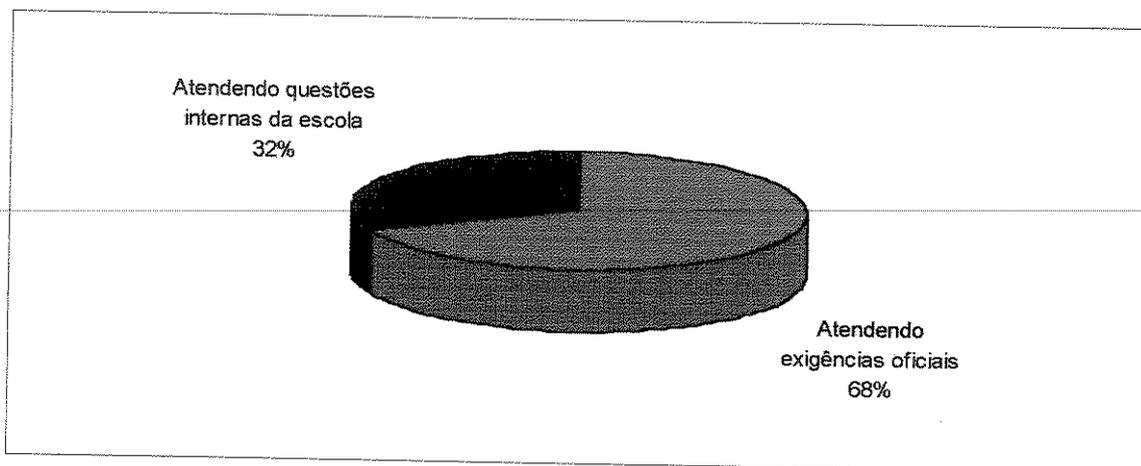
Em relação aos documentos oficiais têm-se algumas considerações a relatar: diante do registro em ata, não fica explícita a participação dos membros representantes dos diferentes segmentos frente ao tipo de registro padronizado; nas explicações da diretora será enviada uma cópia dessa ata juntamente com o calendário de reposição para uma apreciação do delegado de ensino e sua homologação. Isso confirma a queixa da grande maioria, que se “ressente” da falta de autonomia absoluta uma vez que as deliberações do Conselho de Escola passam pela aprovação ou não do delegado de ensino.¹²⁰

No entanto nas “falas” dos representantes do Conselho de Escola do Traviú fica claro que paralelo a este, funciona um outro “conselho”, com características mais informais. É ele que, efetivamente regula uma série de relações que marcam o “dia a dia” da EEPG ‘Jurandyr de Souza Lima’ e que muitas vezes escapam às instruções legais.

A escola do Traviú, sem dúvida, vale-se de mecanismos de consenso entre seus integrantes, legitimando suas decisões. Trata-se, pois, do resultado de toda uma trajetória histórica coletivamente construída. Mas, assim mesmo, cerca de 68% de suas decisões estão reguladas por algum tipo de resolução do domínio político, como se pode observar no gráfico a seguir:

¹²⁰ Cf. José Marcelino de Rezende PINTO, *Administração e liberdade: um estudo do Conselho de Escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas*, tese de doutoramento, UNICAMP. Ver também, Sérgio Luís AVANCINI, “Conselhos de Escola em São Paulo: etnografia da participação de pais de alunos” in série *Idéias* 12, pp.67-73.

Tipos de discussão nas Reuniões do Conselho de Escola.



Fonte: Livro- Ata da EEPG “Jurandyr de Souza Lima”, num universo de trinta e oito atas, de 1985 a 1995.

Ao salientar que embora o Conselho de Escola tenha sido um início para o amadurecimento de práticas sociais no âmbito educacional, é conveniente observar, que o artigo 95 da L.C. 444/85 que instituiu o Conselho de Escola teve, na época, um caráter eminentemente político e finalidade técnica. Não houve, portanto, tempo para o seu amadurecimento. Os termos “deliberação”, “atribuição” e “competência” merecem, inclusive, uma criteriosa análise na sua interpretação, sob o ponto jurídico, “ se competência é poder, atribuição é dever, portanto o Conselho de Escola não tem poder e sim dever. O Conselho de Escola não tem competência, tem atribuição e por isso dever a cumprir - cumprir como? Provavelmente dentro das limitações da competência do diretor de escola. Sendo assim, o Conselho de Escola somente delibera a respeito das atribuições que estão fixadas no inciso I do parágrafo 5. Tudo que for além do rol das atribuições da escola e da competência

do diretor, essa “tal” deliberação não prevalecerá. Tudo será nulo e sem efeito jurídico desfazendo o mito de que o Conselho de Escola é soberano...”¹²¹

Na realidade o Conselho de Escola tem uma “autonomia relativa” porque ao lado das relações de interação está a relação de poder. Conforme a teoria de Pierre Bourdieu, a comunicação se dá enquanto “interação socialmente estruturada”, em que os agentes da “fala”, no caso, diretor, pais, professores entram em comunicação num campo onde as posições já se encontram objetivamente estruturadas, sendo aqui, em relação ao campo do domínio político. Compreende-se, portanto, que “ se não existe, sempre, uma interação entre o ‘tu’ e o ‘outro’, é porque numa relação de poder esse ‘outro’ é muito mais forte e, assim, se reproduz a atribuição desigual de poderes negociados num plano da sociedade como um todo.”¹²²

Daí decorre, também, uma outra situação específica: em alguns momentos, o diretor de escola usa as determinações do domínio político para aplacar as tensões locais. Isto ocorreu, por exemplo, em relação à questão da reposição de aulas por motivo de greve. Ao receberem o calendário de reposição, todos os grupos sociais envolvidos, se articularam na busca de uma solução própria, mantendo o frágil equilíbrio que caracteriza essas relações de cooperação e concorrência.

¹²¹Luso Arnaldo Pedreira SIMÕES. “ O verdadeiro Conselho de Escola”, publicado no Jornal dos Professores: órgão do Centro de Professorado Paulista, SP., out/nov 1988.

¹²² Renato ORTIZ (org) in **Pierre Bourdieu**, p.13.

3. A polêmica em torno da reorganização do ensino¹²³.

Com tudo, isso não se repetiu por ocasião da reorganização, quando a “comunidade” não aceitou as medidas, vindas do domínio político, expostas pela diretora da escola, recorrendo à Delegacia de Ensino e à Prefeitura Municipal.

Quando as tensões foram provocadas por mudanças emanadas do domínio político, como no caso da reorganização da rede pública, o conflito se exacerbou. Palavras da diretora evidenciam a resistência dos grupos de moradores locais frente a esta nova atitude:

“...ao convocar os pais para informá-los sobre a reorganização, a maioria não acreditou. Quando se defrontaram com a situação, de fato, ficaram perplexos!(...)A partir do início do ano letivo as reclamações foram freqüentes. Os moradores do Traviú culpavam a escola por tudo o que ocorresse de ruim no local. Alegavam que os alunos dos bairros vizinhos eram “naturalmente” agressivos, ao mesmo tempo que os discriminavam, em razão as suas condições sociais. A situação estava caótica. Para eles, a escola é que não estava sabendo contornar a questão e que era competência do diretor solucionar o problema. Afirmavam que não poderiam concordar com a invasão de péssimos elementos num espaço que até então fora tranqüilo e controlado. Contraditoriamente, as suas acusações à direção, diziam que o transtorno causado ao bairro ultrapassava os portões da escola. Ao término do primeiro semestre fui notificada por um grupo de pais que estavam fazendo um abaixo assinado, por iniciativa dos moradores locais, que seria encaminhado à Delegacia de Ensino e à Prefeitura Municipal pedindo a intervenção no caso...”

No primeiro momento, os pais dos alunos do bairro enxergaram a

¹²³ Cf. Decretos: 40.476, de 21/11/95 e 40.510, de 5/12/95.

reorganização como uma invasão de “estrangeiros” agressivos, culpando a direção por tal fato. Naquele momento, mais do que nunca ela estava representando o domínio político, era uma forma de enfrentamento, na verdade naquele campo de lutas, tratava-se da fase mais aguda do jogo. Os moradores do Traviú, conforme se manifestavam, demonstravam também seu posicionamento de confronto, buscando, inclusive, fortalecimento nas instituições oficiais superiores, ao pedir intervenção no caso.

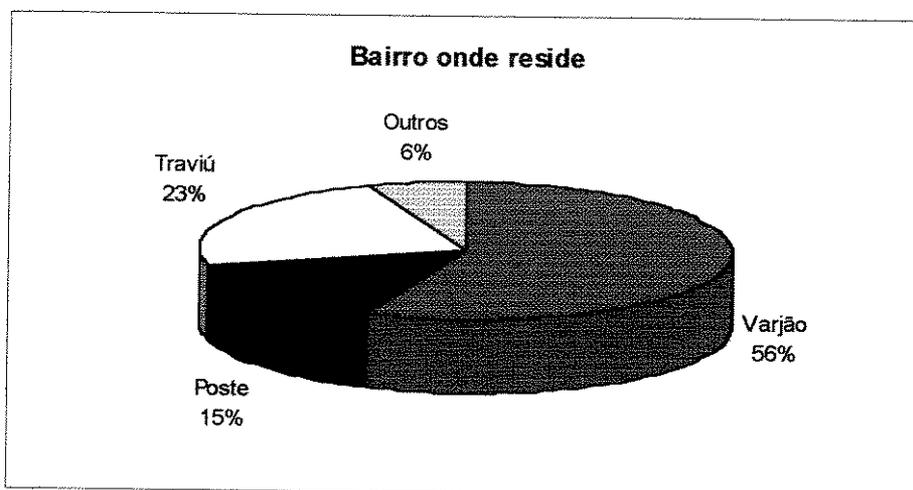
Na luta pela manutenção de suas tradições de domínio, naturalizam a questão social: “os alunos dos bairros vizinhos são naturalmente agressivos”. Estranham a perda do controle sobre a situação que, até então, mantiveram. Aqueles alunos de fora, não conhecem as regras e, portanto, não compartilham o jogo. Escapam, assim, das relações de poder pessoal que vigoram há mais de um século ali.

Às vezes, as contribuições resultantes da relação dos dois universos diferentes, que há pouco nos referimos, se encontram em relações discordantes por conta de uma perspectiva temporal muito ampla que se estabelece diferentemente entre esses dois mundos, o da população da instituição e o do domínio político. Essas diferenças de temporalidade podem causar sérios impactos provocando fortes reações nas diversas categorias que atuam na instituição, como no caso da reorganização da rede pública do Estado de São Paulo. Ora, “se por um lado as decisões políticas situam-se em geral em curto prazo de uma conjuntura particular(...) e as transformações do ensino ficam geralmente entrelaçadas a esse estágio institucional do momento,(...) as evoluções induzidas pelo funcionamento institucional inscreve-se freqüentemente numa temporalidade mais longa.”¹²⁴

¹²⁴CHAPOULIE e BRIAND, op. cit., p. 26.

A reorganização alterou, bruscamente, as relações escola-comunidade e mesmo a dinâmica do bairro, até então fechado em si mesmo. Dados quantitativos analisados qualitativamente, revelam as permanências e rupturas sentidas atualmente. Levantou-se a procedência dos alunos que passaram a frequentar a escola pública local, a partir da reorganização cujos dados foram os seguintes:

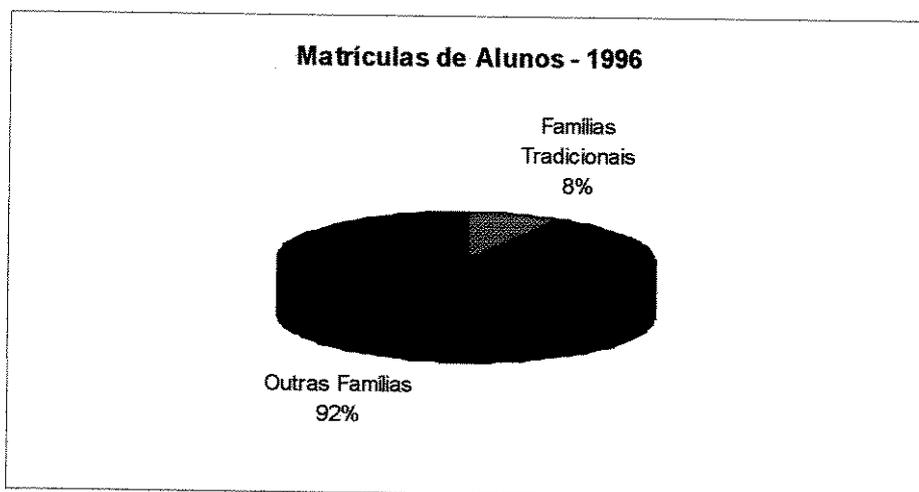
Procedência dos alunos da EEPG “Jurandyr de Souza LIMA”- 1996



Fonte: Questionário aplicado na escola, pela pesquisadora, num universo de 248 alunos, no final do primeiro semestre.

Ao analisar o quadro acima identifica-se que a maioria dos alunos, os quais passaram a frequentar a escola pública do bairro Traviú, isto é, o correspondente a 56% são procedentes do bairro do Varjão, cujas características culturais e econômicas divergem consideravelmente às da população do Traviú.

Deve-se considerar que as famílias tradicionais do bairro, cujos filhos trazem o sobrenome italiano, ocupam na lista piloto de matrícula, neste ano de 1996, um número muito inferior aos demais. Apenas 8% pertencem ao antigo grupo de proprietários fundadores. Jamais na história da escola do bairro estiveram com tão baixo índice percentual de matrícula em relação aos demais. Além disso, com a reorganização, os alunos de C.B. a 4.ª séries do bairro do Traviú foram transferidos para a escola do bairro vizinho.



Fonte: Lista piloto da EEPG “Jurandyr de Souza LIMA”

Nessa trajetória acredito que seja perigoso pensar na instituição escolar sem que nela se estabeleça uma perspectiva de conjunto, visto que, as soluções institucionais adotadas dependem do equilíbrio de forças no momento das tomadas de decisão em relação à organização, entrelaçando aspectos burocráticos às relações sociais.

4. Considerações Finais

Evidentemente, muitas perguntas ainda podem ser levantadas, mas, ao final deste trabalho uma conclusão se faz: escolas são lugares sociais e toda sociedade é historicamente construída. Assim, pretendeu-se mostrar que a análise da instituição escolar não pode se limitar àquilo que ocorre no interior de seus muros. A escola, enquanto lugar social, está imersa na trama de conflitos que compõem a realidade. Em outras palavras, conhecer uma escola significa também conhecer a história das pessoas e grupos sociais que atuaram e continuam atuando em seu interior.

Por este motivo, a memória da escola é também a memória das pessoas que construíram e que continuam a construí-la. Essa memória, por sua vez, contribui para fortalecer aquela comunidade local que faz uso da escola, atribuindo-lhe, verdadeiramente, um lugar social dentro daquele campo de forças. Este fio condutor, adaptado no trabalho e que também orientou a distribuição dos capítulos e questões, amarra todas as questões aqui levantadas, ao mesmo tempo em que procura abrir para outros pesquisadores, novos campos e problemas de pesquisa.

É certo que as desigualdades sociais são gritantes e perturbadoras. Mas elas não devem ser confundidas com diferenças culturais, com as quais precisamos aprender a dialogar e conviver.

Neste trabalho sobre a EEPG “Jurandyr de Souza Lima” do Traviú, as grandes plantações de uva e de morango que envolvem a escola representam sim uma enorme desigualdade econômica. Contudo, ao mesmo tempo, significam uma tradição cultural que, mesmo num meio tão globalizado, ainda consegue

sobreviver. A escola carrega esse duplo aspecto: a contradição social e a preservação cultural também. Mais que denunciá-la por aquilo que não pode resolver, procurei mostrar que há uma vida intensa se desenrolando ali e uma luta pela preservação de um espaço historicamente construído que hoje se vê ameaçado.

ANEXO DO CAPÍTULO III

Bibliografia:

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de. *Administração da Educação Pública e Construção de Prédios Escolares: um estudo de relações clientelistas*. Dissertação de mestrado. Educação, Unicamp, 1993.

AMADO, Janaína. "O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral". 1995, texto mimeo.

ANDRÉ, Marli. A pesquisa no cotidiano escolar. *In: Fazenda, Ivani (org). Metodologia da Pesquisa Científica*. S.P: Cortez, 1991.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

AVANCINE, Sérgio Luís. "Conselho de Escola em São Paulo: etnografia da participação de pais de alunos". *In: Série Idéias*, nº 12, São Paulo, 1992.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. *Rumos da Educação sob o signo do autoritarismo: um estudo sobre a política educacional no Brasil*. Tese de doutorado. IFCH, Unicamp, 1994.

BALAZS, Gabrielle, FAGUER, Jean-Pierre. "Un conseil de classe très particulier". *In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, France, 1986.

BASTIDE, Roger. "Os armênios em Valence." *In: Textos CERU 5*, 2ª série, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A;Queiroz / EDUSP, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

_____ *Les Sens Pratique*. Paris:Éditions de Minuit, 1980.

_____ *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ *Etudes Rurales* 5-6. Abril-Septembre, 1962.

_____ *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A, 1974.
- _____. *Lições de aula*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- BRIOSCHI, Lucila Reis e TRIGO, Maria Helena Bueno. "Família: representação e cotidiano; reflexão sobre o trabalho de campo." texto mimeo.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. "A família, a Escola e a questão Educacional." *In: Revista Leitura: Teoria e Prática* nº12, 1991.
- _____. "Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política." *In Revista Educação e Sociedade* 39, 1991.
- _____. "Metáforas do Parentesco e a duração em Política". // *Jornada Internacional sobre a Família*. USP, texto mimeo.
- CHAPOULIE, Jean-Michel e BRIAND, Jean-Pierre. "Uma perspectiva de conjunto para estudo da instituição escolar e do processo de escolarização." Texto mimeo.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.
- CIPOLATO, Aldo. *Jundiaí na História*. Jundiaí: Ed. Japi, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. "A guerra contra os cortiços". Campinas, IFCH / *Cadernos do IFCH*, 1993.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à Filosofia*. S.P: Ática, 1995.
- DAWATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. SP: Martins, 1972.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. RJ: Paz e Terra, 1972.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930: O silêncio dos vencidos*. S.P.: Brasiliense, 1981.
- DEMARTINI, Zeila. "Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais" *in* VON SIMSON (org). *Experimentos com Histórias de Vida: Itália/Brasil*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988.

- _____." Velhos mestres das novas escolas: um estudo da memória de professores da 1ª. República em São Paulo". *Relatório de Pesquisa-CERU*, 1984 texto mimeo.
- _____." Trabalhando com relatos orais: reflexões à partir de uma trajetória de pesquisa". in : *Textos CERU*, série 2, nº 3.
- DEMARTINI, Zeila e Long G.S. Alice Beatriz. *Educando para o trabalho: família e escola como agência educadoras*. S.P: Loyola, 1985.
- DESTRO, Marta. *Memória, cultura e educação*. O imigrante italiano em São Paulo tese, Unicamp, 1994.
- DURKHEIM, Emílio. *Educação e Sociologia*. 3º edição, SP: Melhoramentos, 1952.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- EZPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.
- FAUSTO, Boris (org) in *O Brasil Republicano*. Coleção História geral da civilização brasileira. S.P: DIFEL, 1977.
- FOUCAULT, Michel. Roberto Machado (org) in *Microfísica do Poder*. RJ: Graal, 1985.
- _____. *Vigiar e Punir*. RJ: Graal, 1986.
- GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. 3ª ed, SP: Ática, 1995.
- GENOVEZ, Maria Salete. *Conselho de Escola: espaço para o exercício da participação*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1995.
- HALBAWACH S.M. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Michael. "História oral: os riscos da inocência". in: *O direito à memória, patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: OPH;SMC, 1992.
- HALL, Michael e STOLCKE, Verona. " A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo ". in *Revista Brasileira de História* nº6.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1969.

- LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves e Editora SAI, 1983.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração, santuário ou instituição sitiada?* RJ: Paz e Terra, 1991.
- LEAL, José Victor. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª edição SP: Editora Alfa Ômega, 1975.
- LOBROT, Michel. *A pedagogia institucional*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1973.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EDU, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- _____ "As coisas no lugar: da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo." *Ciência e Cultura*, 30(1), jan. 1978.
- _____ (org) *Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2ª edição, SP.: Hucitec, 1993.
- MATTOS, Odilon Nogueira. "O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo." Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, no dia 9/9/1971. PUC Camp.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil. (1920-1945)* SP: Difel, 1979.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. *O que é burocracia*. 12ª edição SP: Editora Brasiliense, 1981.
- MOUNIN, Georges Maquiavel. *O príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984
- OFFERLÉ, Michel. "Mobilisation électorale et invention du citoyen l' exemple du milieu urbain français a la fin du XIX siècle." Texto mimeo.
- ORTIZ, Renato (org) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

- PATTO, Maria Helena de Souza. *A produção do fracasso escolar, histórias de submissão e rebeldia*. Tese de Livre- Docência. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1987.
- PEREIRA, Eduardo C. e FILIPPINI, Elizabeth. *In Cem anos de imigração italiana em Jundiaí., 1988*.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. *Administração e liberdade: um estudo do Conselho de Escola á luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas*. Tese de doutoramento. Unicamp, 1995.
- PRADO JR., Bento. "A educação depois de 1968, ou cem anos de ilusão." In *Descaminhos da Educação pós-68*. Debate 8, Brasiliense, 1980.
- QUEIROZ, Jean-Manuel. *L'école et ses sociologies*. Paris: Editions Nathan, 1995.
- Revista Trabalhadores* nº3, Imigrantes. Campinas: Secretaria de Cultura, 1989.
- _____ nº6, Classes perigosas, SP: PMSP/SMC, 1990.
- Revista Nova Escola* nº 92, SP: Abril, 1996.
- SAYAD, Abdelmalek. *L' immigration ou les paradoxes de l'alterité*. Paris: Editions Universitaires, 1991.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2ª edição. RJ: Editora Campus, 1982.
- SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do trabalho científico*. 19ª edição São Paulo: Cortez, 1993.
- SIMÕES, Luso Arnaldo Pedreira. "O verdadeiro Conselho de Escola", artigo publicado no *Jornal dos Professores: órgão do Centro do Professorado Paulista*, SP., out/nov 1988.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo; Editora Ática, 1974.
- _____ *Educação e Sociedade* . São Paulo: Cortez, 1985.
- _____ *Sobre educação, política e sindicalismo*. Coleção Teoria e Prática Sociais, 2ª edição. SP: Cortez, Editora/Autores Associados, 1990.

UHLE, Águeda Bernardete. *O exercício da docilidade: estudo da formação profissional no SENAC*. Campinas, SP.: s.n., 1982.

_____. "Avaliação e planejamento na escola", in *Cadernos Cedes* n° 28, 1992.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução: Waltensir Dutra, 5ª edição, RJ: Zahar Editores S.A, 1982.

_____. *Conceitos básicos de sociologia*. Tradução: Rubens Eduardo Ferreira Dias e Gerard Georges Delaunay, SP: Editora Moraes, 1987.

XAVIER, Maria Elizabete et. alli., *História da Educação*. SP: FTD, 1994.